



Dinâmica socioeconômica de municípios selecionados:

Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA),
Juiz de Fora (MG), Londrina (PR),
Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG)

Volume 1

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Valder Steffen Júnior

Reitor

Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Vanessa Petrelli Côrrea

Diretor

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Rick Humberto Naves Galdino

Coordenador

Relatores (as) / autores (as)

Volume 1 - Luiz Bertolucci Júnior

Volume 2 - Alanna Santos de Oliveira

Volume 3 – Marlene Marins de Camargos Borges

Ester William Ferreira

Volume 4 – Ana Alice B. P. Damas Garlipp

Volume 5 – Rick Humberto Naves Galdino

Volume 6 – Carlos José Diniz

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos relatores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IERIUFU.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais não são permitidas.

Citação deste volume:

BERTOLUCCI, Luiz. Similaridades e Diferenças Demográficas em Municípios Polos: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Londrina (PR), Juiz de Fora (MG), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG). In: Dinâmica Socioeconômica de Municípios Seleccionados. Uberlândia: CEPES/IERIUFU, V. 1, fevereiro de 2018. 81 p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/CEPES> .

Apresentação

A Pesquisa **Dinâmica Socioeconômica de Municípios selecionados: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG)** apresenta, nesta edição, um panorama do diferenciado processo de desenvolvimento demográfico, social e econômico experimentado por estes municípios selecionados, em regiões e estados tão distintos, mas que apresentam em comum um porte populacional próximo - todos tem mais de 500 mil habitantes conforme o Censo Demográfico do Brasil de 2010 (IBGE, 2010). Os resultados da pesquisa são apresentados em seis volumes organizados por áreas de estudo e análise.

No **Volume 1**, intitulado **Similaridades e Diferenças Demográficas em Municípios Polos: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Londrina (PR), Juiz de Fora (MG), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG)**, apresenta-se uma análise comparativa entre um conjunto de variáveis demográficas que explicitam as mudanças que ocorreram na dinâmica demográfica nos municípios selecionados, bem como nos estados dos quais integram, refletindo as importantes alterações observadas, nas últimas décadas, no padrão de crescimento populacional brasileiro. Destaca-se a dinâmica demográfica resultante do tamanho da população residente, forjando diferentes performances experimentadas pelos municípios, seja no ritmo de crescimento ou na composição da população urbana e rural, desagregadas por idade e sexo. As seções que integram o estudo, de igual maneira, sinalizam que, nas próximas décadas os municípios comparados, assim como o País, estarão se beneficiando de uma rara janela de oportunidade demográfica, bem como também poderão ser pressionados por intensos fluxos migratórios seletivos por idade e sexo, em busca de emprego e educação nos municípios polos. Deve-se, portanto, implementar e fortalecer as políticas públicas inclusivas da população jovem e adulta nos sistemas de educação média e superior, bem como impulsionar ações que dinamizem o mercado de trabalho formal para uma situação de pleno emprego e com melhores salários, garantindo renda que retire da pobreza o expressivo contingente populacional em idades ativas, ou que já se aproximam das mesmas, possibilitando que o País, como um todo, se beneficie de um bônus demográfico somente atingível ao longo deste Século XXI .

O Volume 2 propõe uma análise do Produto Interno Bruto (PIB) e seu componente, o Valor Adicionado Bruto (VAB), com vistas a proporcionar uma apreensão da dinâmica produtiva nos municípios selecionados, ao longo do período 2002-2015. A escolha do período em questão se deu por razões metodológicas que são devidamente explicitadas na introdução do referido trabalho. De um modo geral, pode-se afirmar que o produto cresceu de forma célere e significativa nos anos 2000, e também nos anos iniciais da segunda década (2010, 2011 e 2012). Verificou-se, por meio dos dados trabalhados, que esse crescimento econômico que se observa na economia brasileira foi reproduzido, em maior ou menor grau, no âmbito dos municípios selecionados. A dinâmica de crescimento produtiva dos municípios foi acompanhada de um processo relevante de redução das desigualdades econômicas, por meio da diminuição da concentração da renda, até o momento final considerado na análise. Em termos setoriais, observou-se que historicamente os municípios selecionados têm suas raízes tipicamente assentadas sob a atividade agropecuária, e que hoje, apesar da importância deste setor em associação com a indústria, sua participação no valor adicionado é a menor. Chama-se atenção para a importância inequívoca do setor de serviços, sendo este o que apresentou maior participação no VAB em todos os municípios selecionados, e tendo sido também o que evidenciou uma trajetória relativamente mais estável ao longo do período, com menores incidências de retrações.

O Volume 3 apresenta uma caracterização dos seis municípios selecionados no que tange à dinâmica do mercado de trabalho formal e à distribuição dos estabelecimentos empregadores formais, utilizando as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse volume está dividido em duas seções. Na primeira seção, intitulada “A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal no Brasil e nos Municípios Selecionados”, são analisados os dados de estoque de emprego (vínculos ativos em 31/12) de modo geral, comparando-se as informações municipais com as do Brasil e com as dos estados de origem dos municípios estudados, no período 2000 a 2016. De forma mais detalhada, são evidenciados os vínculos empregatícios segundo os setores de atividade econômica, o tipo de vínculo ativo e o tamanho dos estabelecimentos. A variação do estoque de emprego formal no País e nos municípios selecionados demonstra que a evolução do número de postos de trabalho teve ritmos diferenciados durante o período analisado e que, a partir de 2010, encerra-se o período de vigor, e o mercado de trabalho passa a apresentar sinais claros de desaceleração do crescimento do emprego formal, culminando com o aprofundamento da crise, em todos os municípios. No âmbito setorial, ainda que o ritmo de crescimento diferenciado seja

comum na maioria dos setores, os números evidenciam que o setor serviços e o comércio se destacam, em todos os anos analisados, com as maiores participações relativas no total das ocupações geradas. Com preponderância dos vínculos celetistas e estatutários, embora sejam crescentes os vínculos tidos como avulsos, temporários e aprendizes, os empregados formais se concentram, em sua maior parte, nos estabelecimentos de menor porte (até 99 empregados), destacando-se, no entanto, um aumento do número de empregados ligados às empresas de maior porte relativamente às demais no período considerado.

A segunda seção do Volume 3 – “Estabelecimentos Empregadores Formais nos Municípios Selecionados” – tem o objetivo de verificar como se encontra a distribuição do quantitativo de estabelecimentos formais nos seis municípios em estudo, segundo os setores e subsetores de atividade econômica e tamanho dos estabelecimentos, no período 2000 a 2016. No quadro geral da variação do número de estabelecimentos verifica-se que as mudanças na dinâmica da atividade econômica do País impactaram de forma diferenciada cada município – enquanto alguns iniciaram os anos 2000 com taxas de crescimento anuais mais elevadas, outros registraram taxas mais modestas. Contudo, foi comum, em quase todos os municípios, a manifestação de ritmo mais acelerado de crescimento entre os anos 2007 e 2010, seguindo-se uma trajetória de desaceleração a partir de 2011, que culminou na redução no número de estabelecimentos nos anos 2015 e 2016. A distribuição dos estabelecimentos formais segundo os setores e subsetores de atividade econômica mostrou que, em quase todos os municípios selecionados, os setores que mais concentram as firmas são Comércio e Serviços, abrangendo ampla gama de atividades que acabam por exercer importante polarização sobre os municípios circunvizinhos. No que tange ao tamanho dos estabelecimentos, predominam aqueles com até 19 empregados, o que evidencia a crescente importância dos estabelecimentos menores no âmbito da empregabilidade nos municípios estudados.

O **Volume 4** apresenta um panorama do comércio internacional dos seis municípios selecionados a partir da base de dados Estatísticas de Comércio Exterior da Secretária de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços (MDIC), nos anos de 2000 a 2016. Esses resultados registram o volume das trocas externas dos municípios de Campo Grande, Feira de Santana, Juiz de Fora, Londrina, Ribeirão Preto e Uberlândia, reflexo dos negócios realizados pelas empresas exportadoras e importadoras localizadas nos respectivos municípios. Tais informações ressaltam as diferenças nos perfis das exportações dos municípios selecionados, que variam de commodities agrícolas, predominante nas exportações de Campo Grande, Londrina e Uberlândia, até bens industrializados, que

lideram a pauta das exportações de Feira de Santana, Juiz de Fora e Ribeirão Preto. Bem como, identificam os principais produtos importados por esses municípios, cujos resultados predominam os insumos e componentes que se correlacionam com suas respectivas exportações. Ainda, registram-se o comportamento da Balança Comercial dos respectivos municípios, ao longo do período de 2000 a 2016, cujos resultados chamam especial atenção para o município de Juiz de Fora, por apresentar balança deficitária em todos os anos do período analisado, em contra posição aos resultados do município de Uberlândia, que apresenta saldo comercial positivo nestes mesmos anos.

No **Volume 5** é apresentada a evolução dos dados orçamentários a partir de dados do “FINBRA - Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios - STN”, no período de 2000 a 2015, para a média de todos os municípios do País e para os municípios selecionados. Diante da multiplicidade de subcontas que compõem os orçamentos públicos, por simplificação, foram selecionadas as mais representativas e importantes nos orçamentos dos municípios, com o intuito de verificar o comprometimento dos municípios com os principais grupos de despesas, assim como as principais fontes de financiamento através das receitas. Assim como os demais volumes do trabalho o período analisado compreende os anos de 2000 a 2015. Período este marcado por grandes transformações na economia nacional, quando os dados financeiros municipais públicos captam essas transformações, seja nos momentos de aumento dos recursos e, por conseguinte das despesas, sugerindo momentos de expansão de bens e serviços à sociedade, seja nos momentos de retração, quando as despesas tendem também a acompanhar as restrições. De forma geral, ao longo do período analisado nota-se que todos os municípios selecionados apresentam aumentos da Receita Orçamentária Realizada e das Despesas Orçamentárias Empenhadas, bem como a média dos municípios do país, em valores reais (ajustados pelo IPCA).

O **Volume 6** foi elaborado para subsidiar as comparações entre os municípios brasileiros de Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG), grupo formado por municípios com mais de 500 mil habitantes e que sofreram nos últimos anos redução em suas receitas per capita. Além da redução das receitas por habitante, esses seis municípios compartilham ainda o fato de serem polos regionais e neles residirem uma população vulnerável socialmente, dependente, portanto, da prestação de serviços destas prefeituras. Como no Volume 5, “Finanças Públicas Municipais – Análises Comparativas”, nesta parte do relatório fez-se a deflação dos dados referentes às receitas e despesas públicas dos municípios para o período compreendido entre 2000 e 2015, a partir do Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia (IPCA/IBGE) . Em

seguida, a partir da estatística descritiva, analisa-se tais informações, observando a evolução das contas públicas dos municípios, ao longo do período.

As análises apresentadas em todos os volumes, de forma geral, têm em comum o olhar para os municípios, a partir dos diferentes aspectos alcançados pelos dados selecionados. Assim, considera-se este trabalho como a conclusão da primeira etapa de retomada de contato de uma série de variáveis municipais que o Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) tem trabalhado em diferentes momentos de sua história, cumprindo seu principal objetivo, qual seja de compreender a realidade dos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto-Paranaíba (TMAP) com destaque para município de Uberlândia.

Sumário

Volume 1

Similaridades e Diferenças Demográficas em Municípios Polos: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Londrina (PR), Juiz de Fora (MG), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG).

Introdução.....	1
1. Análise comparativa do ritmo de crescimento demográfico, do grau de urbanização e da proporção dos sexos nos meios urbano e rural.....	7
2. Indicadores definidos pela estrutura etária e sexo: razão de dependência, idade mediana, índice de envelhecimento e pirâmide demográfica.....	18
3. Migração de Curto Prazo: Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.....	31
4. Migração de Longo Prazo: Década de 2000.....	46
5. Considerações Finais.....	58
Anexos.....	63

Volume 1

Similaridades e Diferenças Demográficas em Municípios Polos: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Londrina (PR), Juiz de Fora (MG), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG).

RESUMO

Neste estudo apresenta-se uma análise comparativa entre variáveis demográficas que explicitam as mudanças na dinâmica demográfica nos municípios selecionados, bem como nos estados dos quais integram, reflexo de importantes alterações observadas, nas últimas décadas, no padrão de crescimento populacional brasileiro. Por meio da análise descritiva discutem-se as *performances* experimentadas pelos municípios, seja no ritmo de crescimento ou na composição da população urbana e rural, desagregadas por idade e sexo, bem como são apresentados indicadores derivados da estrutura etária, como a razão de dependência, a idade mediana, o índice de envelhecimento e as pirâmides demográficas. De maneira complementar, verifica-se o impacto da migração de curto prazo, realizada nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, e da migração de longo prazo, ocorrida na Década de 2000, no crescimento das populações municipais. Evidencia-se o momento demográfico dos municípios e do País, como um todo, com maior contingente populacional nas idades ativas entre 15 e 64 anos.

Palavras-chave: análise demográfica; municípios polos selecionados; Brasil; migração interna.

Similarities and Demographic Differences in Counties Polos: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Londrina (PR), Juiz de Fora (MG), Ribeirão Preto (SP) and Uberlândia (MG).

ABSTRACT

In this study we present a comparative analysis between demographic variables that explain the changes in the demographic dynamics in the selected municipalities, as well as in the states of which they are part, reflecting important changes observed in the last decades in the pattern of Brazilian population growth. The descriptive analysis discusses the performance of municipalities, whether in the growth rate or in the composition of the urban and rural population, disaggregated by age and sex, as well as indicators derived from the age structure, such as the dependency ratio, the median age, the aging index, and the demographic pyramids. In a complementary way, the impact of the short-term migration in the 1995-2000 and 2005-2010 five-year periods and the long-term migration in the 2000s, in the growth of the municipal populations, is verified. It shows the demographic moment of the municipalities and of the Country, as a whole, with larger population contingent in the active ages between 15 and 64 years.

Keywords: demographic analysis; municipalities selected poles; Brazil; internal migration.

JEL: J11, O15, R23.

Volume 1

Similaridades e Diferenças Demográficas em Municípios Polos: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Londrina (PR), Juiz de Fora (MG), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG).

Luiz Bertolucci Jr.¹

Introdução

O estudo comparado entre municípios selecionados por características demográficas e econômicas possibilita o conhecimento das transformações populacionais, no uso e ocupação do espaço, bem como das mudanças econômicas num contexto de intensa globalização, onde diversos fatores e fenômenos se combinam e definem zonas de influência de cidades que extrapolam o território municipal, criando áreas com intensa articulação entre pessoas beneficiadas pelas heterogêneas redes de comunicações que reduzem as distâncias entre as localidades, bem como pela economia de redes entre empresas industriais, de finanças e de serviços, e entre diferentes esferas de governo.

Neste sentido, as informações demográficas, quando associadas aos dados econômicos e sociais, somam-se para a compreensão do complexo processo de urbanização que ocorre nos municípios médios e grandes no Brasil, sendo que, em alguns deles, praticamente atinge seu máximo.

Em estudo recente, considerou-se como médias concentrações urbanas cidades com população de 100 mil a 750 mil habitantes, núcleos de municípios que podem se configurar como arranjos populacionais ou municípios isolados (que não formaram arranjos). Identificaram-se, no topo da urbanização brasileira, 23 grandes concentrações urbanas, formadas, em sua maioria, por arranjos populacionais com população acima de 750.000 habitantes, enquanto duas destas grandes concentrações foram consideradas como municípios isolados (que não formaram arranjos): Manaus (AM) e Campo Grande (MS) (IBGE, 2016)².

Para a diferente conceituação entre arranjos populacionais e municípios isolados considerou-se, naquele estudo, a noção de integração mensurada por um índice de intensidade

¹ Pesquisador do CEPES/IEUFU. Economista pelo IERI/UFU e Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG.

² IBGE, 2016. Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil / IBGE, Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016. *e-Book* (PDF).

relativa dos movimentos pendulares para trabalho e estudo, denominado índice de integração; o valor de intensidade absoluta dos movimentos pendulares para trabalho e estudo, entre dois municípios, igual ou superior a 10 000 pessoas; e/ou uma contiguidade das manchas urbanizadas quando a distância entre as bordas das manchas principais de dois municípios era de até 3 km. Os municípios que não preencheram estas condições de maior integração foram definidos como municípios isolados.

Assim, para o propósito deste estudo, selecionaram-se seis municípios que não participam de grandes regiões metropolitanas, usualmente centralizadas pelas capitais estaduais com maior concentração populacional, sendo três deles identificados como arranjo populacional (AP): Londrina (PR), Juiz de Fora (MG) e Ribeirão Preto (SP), permitindo a comparabilidade com os três outros municípios: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA) e Uberlândia (MG), categorizados como municípios isolados.

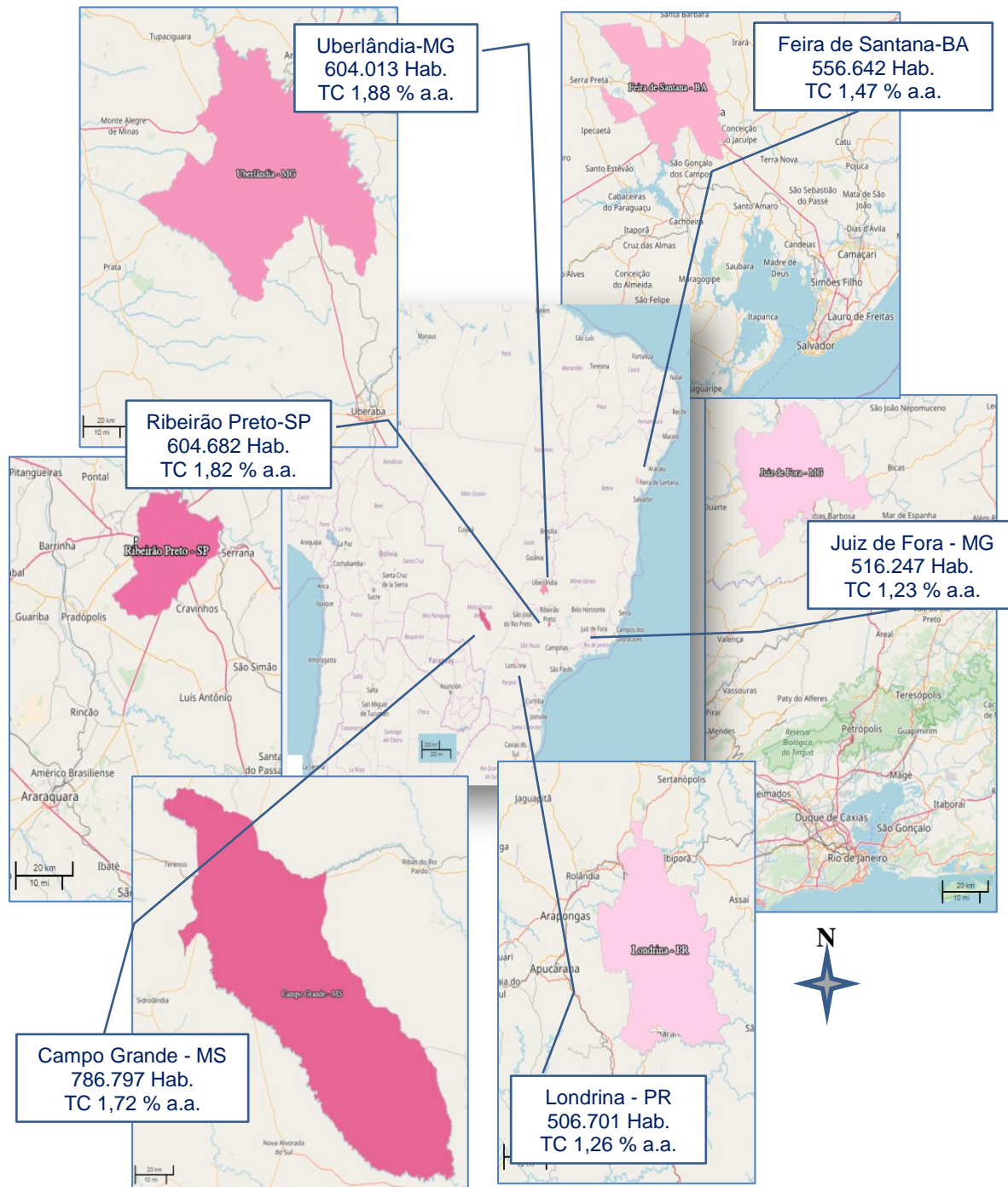
Dos seis municípios selecionados, apenas Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, apresenta-se como grande concentração urbana, tendo em vista que já contava com população superior a 750 mil habitantes em 2010, enquanto que os demais municípios, conforme mostra a Figura 1, por contarem com populações residentes entre 500 mil e 605 mil, aproximadamente, e com grau de urbanização superior a 85%, apesar do expressivo contingente populacional em relação à maioria dos municípios brasileiros, são consideradas médias aglomerações urbanas.

A Figura 1 apresenta a localização no País dos municípios selecionados, a população residente em 2010 e a taxa de crescimento populacional, por ano, no período de 2000-2010. Nota-se que todos os municípios cresceram a taxas anuais entre 1,23% e 1,88% a.a., taxas superiores à experimentada pelo País como um todo que ficou em 1,17% a.a. no mesmo período. Os municípios de Uberlândia (MG), Ribeirão Preto (SP) e Campo Grande (MS) apresentaram as mais altas taxas de crescimento demográfico anual, respectivamente: 1,88% a.a.; 1,82% a.a. e 1,72% a.a.. Com menor intensidade cresceram, no período, os municípios de Feira de Santana (BA), Londrina (PR) e Juiz de Fora (MG): 1,47% a.a.; 1,26% a.a. e 1,23% a.a., respectivamente.

Os seis municípios selecionados integram o rol dos 38 municípios brasileiros com maior população residente em 2010 (Tabela 1³).

³ A Tabela 1, intitulada: BRASIL – 38 maiores Municípios Brasileiros classificados por Tamanho Populacional no ano de 2010: População Residente e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (TC), por período censitário 2000 e 2010 e estimativa populacional para 2017, encontra-se acessível, no anexo, em formato texto e desagregada nas Tabelas A1 e A2.

Figura 1 – Localização dos Municípios Seleccionados no Brasil, População Residente em 2010 e Taxa de Crescimento Anual na Década de 2000 ⁴.



Fonte: IBGE *EstatGeo* Mapas. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

⁴ A Figura 1 localiza os seis municípios polos seleccionados no mapa do Brasil, destacando a posição dos mesmos: O município de Uberlândia está localizado a oeste do Estado de Minas Gerais, numa posição central a três grandes centros urbanos brasileiros: São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e ao maior município seleccionado para este estudo: Campo Grande. O município de Juiz de Fora se localiza a sudeste de Minas Gerais, também numa posição estratégica entre as grandes regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo; O município de Campo Grande posiciona-se a oeste do Brasil, no centro do Estado do Mato Grosso do Sul; Londrina é o município que se posiciona na Região Sul do País, localizado ao norte do Estado do Paraná e próximo ao Estado de São Paulo, e por último, o município de Feira de Santana está localizado no Estado da Bahia, na Região Nordeste do Brasil, próximo e ao norte da capital Salvador.

Conforme expressa a Tabela 1, os municípios mais populosos são aqueles na condição de metrópoles nacionais, como São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ); as maiores capitais dos Estados como Salvador (BA), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG), Manaus (AM) e outras; a Capital Federal Brasília (DF) e, municípios ligados às grandes regiões metropolitanas como Guarulhos (SP), São Gonçalo (RJ), Contagem (MG). No entanto, vários destes grandes municípios apresentam taxas de crescimento abaixo da média brasileira (1,17% a.a.) e com estimativas de TC ainda menores para a década de 2010.

Quanto aos municípios em estudo, Campo Grande ocupa a 22ª posição na classificação dos mais populosos, vindo a seguir Ribeirão Preto (29ª posição) e Uberlândia (30ª posição) que contam com praticamente o mesmo tamanho populacional; Feira de Santana (34ª), Juiz de Fora (36ª) e na 38ª posição, o município de Londrina (Tabela 1).

As estimativas populacionais, calculadas para o período 2010-2017, continuam indicando que este conjunto de municípios manterá um ritmo de crescimento anual para a próxima década superior ao estimado para os grandes municípios brasileiros. Uberlândia, por sua vez, destaca-se do conjunto ao apresentar a maior taxa de crescimento anual (TC), no período 2000-2010, entre os municípios selecionados: 1,88% a.a., ocupando a 9ª posição em relação às TC entre os maiores municípios brasileiros. Este ritmo de crescimento do município de Uberlândia sobressai não somente em relação aos grandes municípios brasileiros, mas dita a dinâmica demográfica dos municípios que polariza no âmbito da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na qual está inserido (SILVA *et al.* 2001⁵; BERTOLUCCI, 2017a⁶), resultado, em boa medida, dos ganhos líquidos de população em relação a outros municípios brasileiros (BERTOLUCCI, 2017b)⁷. Em parte, a motivação para este estudo comparativo se refere à complementação das análises obtidas naqueles outros estudos, possibilitando avaliar o quanto é similar ou diferente o desempenho demográfico de Uberlândia em relação a outros municípios com forte centralidade socioeconômica nas regiões em que se inserem.

⁵ SILVA, V. A. *et al.* **Aglomeración Urbana de Uberlândia (MG): formação socioeconômica e centralidade regional.** In: HOGAN, D. J. (Org.) Migração e ambiente nas Aglomerações Urbanas. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

⁶ BERTOLUCCI, Luiz. **Análise Demográfica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP.** In: CORRÊA, V. P. (Org.). Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: CEPES/IEUFU, V. 1, maio 2017a. 48 p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/CEPES>.

⁷ BERTOLUCCI, Luiz. **Uberlândia-MG: Polo regional de atração migratória.** In: Uberlândia: Painel de Informações Municipais. Uberlândia, 2017b. 136p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/cepes>.

Tabela 1 - BRASIL – 38 maiores Municípios Brasileiros classificados por Tamanho Populacional no ano de 2010: População Residente e Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (TC), por período censitário 2000 e 2010 e estimativa populacional para 2017.

Município	Unidade Federação	População 2000	População 2010	População 2017	TC 2000/2010	TC 2010/2017	Classificação por População em 2010	Classificação por TC 2000/2010
São Paulo	SP	10.435.546	11.253.503	12.106.920	0,76	1,06	1	33
Rio de Janeiro	RJ	5.857.904	6.320.446	6.520.266	0,76	0,45	2	32
Salvador	BA	2.443.107	2.675.656	2.953.986	0,91	1,44	3	28
Brasília	DF	2.051.146	2.570.160	3.039.444	2,45	2,45	4	2
Fortaleza	CE	2.141.402	2.452.185	2.627.482	1,36	1,00	5	15
Belo Horizonte	MG	2.238.526	2.375.151	2.523.794	0,59	0,88	6	34
Manaus	AM	1.405.835	1.802.014	2.130.264	2,51	2,45	7	1
Curitiba	PR	1.587.315	1.751.907	1.908.359	0,99	1,24	8	26
Recife	PE	1.422.905	1.537.704	1.633.697	0,78	0,88	9	31
Porto Alegre	RS	1.360.590	1.409.351	1.484.941	0,35	0,76	10	36
Belém	PA	1.280.614	1.393.399	1.452.275	0,85	0,60	11	30
Goiânia	GO	1.093.007	1.302.001	1.466.105	1,77	1,73	12	8
Guarulhos	SP	1.072.717	1.221.979	1.349.113	1,31	1,44	13	17
Campinas	SP	969.396	1.080.113	1.182.429	1,09	1,32	14	24
São Luís	MA	870.028	1.014.837	1.091.868	1,55	1,06	15	13
São Gonçalo	RJ	891.119	999.728	1.049.826	1,16	0,71	16	22
Maceió	AL	797.759	932.748	1.029.129	1,58	1,43	17	11
Duque de Caxias	RJ	775.456	855.048	890.997	0,98	0,60	18	27
Teresina	PI	715.360	814.230	850.198	1,30	0,63	19	18
Natal	RN	712.317	803.739	885.180	1,21	1,41	20	21
Nova Iguaçu	RJ	920.599	796.257	798.647	(1,44)	0,04	21	38
Campo Grande	MS	663.621	786.797	874.210	1,72	1,53	22	10
São Bernardo do Campo	SP	703.177	765.463	827.437	0,85	1,13	23	29
João Pessoa	PB	597.934	723.515	811.598	1,92	1,67	24	4
Santo André	SP	649.331	676.407	715.231	0,41	0,81	25	35
Osasco	SP	652.593	666.740	697.886	0,21	0,66	26	37
Jaboatão dos Guararapes	PE	581.556	644.620	695.956	1,03	1,11	27	25
São José dos Campos	SP	539.313	629.921	703.219	1,57	1,60	28	12
Ribeirão Preto	SP	504.923	604.682	682.302	1,82	1,76	29	7
Uberlândia	MG	501.214	604.013	676.613	1,88	1,65	30	5
Contagem	MG	538.208	603.442	658.580	1,15	1,27	31	23
Sorocaba	SP	493.468	586.625	659.871	1,74	1,72	32	9
Aracaju	SE	461.534	571.149	650.106	2,15	1,89	33	3
Feira de Santana	BA	480.949	556.642	627.477	1,47	1,75	34	14
Cuiabá	MT	483.346	551.098	590.118	1,32	0,99	35	16
Juiz de Fora	MG	456.796	516.247	563.769	1,23	1,28	36	20
Joinville	SC	429.604	515.288	577.077	1,84	1,65	37	6
Londrina	PR	447.065	506.701	558.439	1,26	1,42	38	19

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010 e Estimativas Populacionais para julho de 2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Assim, importa também considerar que, para a seleção destes seis municípios, levou-se em conta não somente o porte populacional e o ritmo de crescimento anual que apresentam, mas também a dinâmica socioeconômica que lhes facultam a posição de polo com centralidade regional (IPARDES, 2004⁸; MARTINS *et al.*, 2009⁹), inclusive consolidando-os, em estudo recente, como núcleo de uma Região Geográfica Intermediária de Desenvolvimento¹⁰. Neste trabalho, tem-se em conta que as Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos municipais de gestão pública e gestão empresarial, de deslocamento para trabalho e estudo e das regiões de influência das cidades. Assim, dos seis municípios selecionados, apenas Campo Grande está na dupla condição de município polo e capital estadual, enquanto os demais atuam como capitais regionais polarizando diferentes conjuntos de municípios, todos pertencentes à mesma Unidade da Federação a qual o polo integra.

Na tentativa de encontrar similaridades ou diferenças expressas em possíveis padrões na dinâmica demográfica dos municípios selecionados, nas seções seguintes a análise leva em conta o volume da população, a mudança relativa da mesma e o ritmo de crescimento anual, bem como os resultados por sexo, idade, situação do domicílio e da migração no curto (quinquênio) e longo prazos (Década), utilizando-se dos dados censitários¹¹ produzidos no País.

Na seção 1 será avaliado o crescimento absoluto e relativo das populações residentes nos municípios selecionados e as estimativas populacionais calculadas até 2017; o ritmo de crescimento anual em relação aos Estados e Brasil; o grau de urbanização e a participação relativa de homens e mulheres na constituição das populações localizadas nos meios urbano e rural, e as respectivas razões de sexo nestes espaços.

Na seção 2 serão apresentadas as mudanças observadas nas populações municipais como impactos na distribuição por idade e sexo; as mudanças nas razões de dependência de jovens e idosos; a janela de oportunidade demográfica aberta pelo maior contingente demográfico nas idades entre 15 a 64 anos; o aumento na idade mediana e no índice de envelhecimento

⁸ IPARDES. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Ocidental Paranaense**/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

⁹ MARTINS, H. *et al.* **Crescimento Populacional, Evolução Econômica Recente e Capacidade de Polarização: Um estudo em municípios de Minas Gerais**. Porto Alegre: Revista Análise Econômica, Ano 27, nº 52, p. 25-50, set. 2009.

¹⁰ IBGE, 2017. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017** / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

¹¹ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010**. Documentação e Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1980, 1991, 2000 e 2010.

populacional, bem como a radical mudança observada entre os anos de 1980 e 2010 na estrutura etária das populações estudadas, mudança esta que pressiona por maiores investimentos em educação superior, capacitação e pela ampliação de postos de trabalhos com qualidade, o que significa aumento da formalidade e do piso salarial.

A seção 3 destaca os diferentes resultados da migração de curto prazo, observada nos quinquênios de 1995-2000 e 2005-2010 para os municípios selecionados, em relação ao Estado a que pertençam e relativo às grandes regiões brasileiras, avaliando-se os resultados por saldo migratório, taxa líquida de migração e pelo índice de eficácia migratória.

Por último, a seção 4 avalia a contribuição da migração na Década 2000-2010 no tamanho da população residente em 2010, por meio da diferença migratória observada no período, bem como analisa a diferença migratória, resultante do número de imigrantes menos emigrantes, por sexo, grupo etário e por nível de instrução.

1. Análise comparativa do ritmo de crescimento demográfico, do grau de urbanização e da proporção dos sexos nos meios urbano e rural.

Nesta seção, o tamanho das populações residentes dos municípios selecionados, nos anos censitários, permite verificar o ritmo do crescimento demográfico municipal, comparando-se com os resultados observados para seus respectivos estados e para o País, e se o crescimento populacional sustenta a persistente urbanização dos mesmos, constatando-se, inclusive, se ocorrem mudanças nas proporções dos sexos, frente aos diferentes níveis de urbanização ou ruralização dos municípios.

Entre 1980 e 2010, pelos menos três dos municípios selecionados dobraram o tamanho de sua população: Campo Grande (MS) saiu de 292 mil para 787 mil habitantes; Uberlândia (MG) de 241 mil passa a contar 604 mil residentes, e Ribeirão Preto (SP) com 319 mil, em 1980, chega 30 anos após, a 605 mil habitantes. Destes três municípios, Uberlândia mostrou o maior arrefecimento no crescimento demográfico na última década, considerando que saiu de variações relativas de 37% para 21%, aproximadamente, no total de residentes, enquanto que Campo

Grande contou com crescimento na ordem de 19%, na década de 2000, menor que o crescimento relativo de 26% observado na década anterior (Tabela 2¹²).

Em outro sentido, o município de Ribeirão Preto voltou a contar com maior crescimento relativo na última década, quando experimentou aumento de 20% no total de residentes, superior ao crescimento relativo observado na década de 90, de aproximadamente 16% de sua população.

Os municípios de Feira de Santana (BA), Londrina (PR) e Juiz de Fora (MG) também viram suas populações crescerem de maneira expressiva entre 1980 e 2010, ainda que não tenham dobrado de tamanho como os municípios citados anteriormente. Ainda assim, apresentaram variações relativas, na última década de análise, superiores ao crescimento populacional observado em seus Estados: 16% (BA, 7%); 13% (PR, 9%), e 13% (MG, 9%), respectivamente (Tabela 2).

Estima-se que, para o ano de 2017, a capital Campo Grande tenha atingido 874 mil habitantes, mantendo um ritmo de crescimento superior ao Estado do Mato Grosso do Sul. Os municípios de Uberlândia e Ribeirão Preto devem superar em 2020, caso mantenham o ritmo de crescimento relativo estimado entre 2010 e 2017, o quantitativo de 700 mil habitantes, tendo em vista que em 2017 já atingiam 677 mil e 682 mil residentes, respectivamente (Tabela 2).

De igual maneira, as estimativas apontam um crescimento relativo de 13% para a população do município de Feira de Santana, entre 2010 e 2017, chegando a 627 mil habitantes, considerando a importância deste município como região de forte interação migratória entre o interior do Estado da Bahia e a Região Metropolitana de Salvador.

Os municípios de Londrina e Juiz de Fora experimentaram menor crescimento relativo, quando comparados com os demais municípios desta análise, mas ainda assim as estimativas para o período 2010-2017 consideram que podem ter aumentado suas populações em aproximadamente 10%, concentrando população num ritmo superior aos 8% estimados para seus Estados: Paraná e Minas Gerais, respectivamente (Tabela 2).

¹² A Tabela 2, intitulada: População Residente nos Municípios selecionados e respectivos Estados e Brasil, nos anos censitários de 1980 a 2010, estimativa populacional para 2017, e variação relativa entre os períodos intercensitários (%), encontra-se em formato texto, no anexo, detalhada nas Tabelas A3 e A4.

Tabela 2 – População Residente nos Municípios selecionados e respectivos Estados e Brasil, nos anos censitários de 1980 a 2010, estimativa populacional para 2017 e variação relativa entre os períodos intercensitários (%)

Município/Estado	População		Var. relativa		População		Var. relativa		População		Var. relativa	
	1980	1991	1980/91 (%)	2000	1991/2000 (%)	2010	2000/10 (%)	2017	2010/17 (%)			
Campo Grande (MS)	291.777	526.126	80,32	663.621	26,13	786.797	18,56	874.210	11,11			
Estado do Mato Grosso do Sul	1.369.769	1.780.373	29,98	2.078.070	16,72	2.449.024	17,85	2.713.147	10,78			
Feira de Santana (BA)	291.506	406.447	39,43	480.949	18,33	556.642	15,74	627.477	12,73			
Estado da Bahia	9.455.392	11.867.991	25,52	13.085.769	10,26	14.016.906	7,12	15.344.447	9,47			
Londrina (PR)	301.696	390.100	29,30	447.065	14,60	506.701	13,34	558.439	10,21			
Estado do Paraná	7.629.849	8.448.713	10,73	9.564.643	13,21	10.444.526	9,20	11.320.892	8,39			
Juiz de Fora (MG)	307.534	385.996	25,51	456.796	18,34	516.247	13,01	563.769	9,21			
Uberlândia (MG)	240.967	367.061	52,33	501.214	36,55	604.013	20,51	676.613	12,02			
Estado de Minas Gerais	13.380.105	15.743.152	17,66	17.905.134	13,73	19.597.330	9,45	21.119.536	7,77			
Ribeirão Preto (SP)	318.544	436.682	37,09	504.923	15,63	604.682	19,76	682.302	12,84			
Estado de São Paulo	25.042.074	31.588.925	26,14	37.035.456	17,24	41.262.199	11,41	45.094.866	9,29			
Brasil	119.011.052	146.825.475	23,37	169.872.856	15,70	190.755.799	12,29	207.660.929	8,86			

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 a 2010 e Estimativas Populacionais para julho de 2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Outro relevante indicador demográfico, a taxa de crescimento anual¹³ (TC) da população residente, confirma que o ritmo de crescimento da população brasileira e de seus municípios mais dinâmicos, quais os selecionados, experimenta intenso arrefecimento nas últimas décadas, com quedas mais acentuadas nos resultados observados para os municípios, em relação às taxas calculadas para população do País como um todo (Tabela 3).

Tabela 3 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (TC) da População Residente nos Municípios selecionados e nos respectivos Estados e Brasil, entre os anos 1980 e 2017 (%).

Município/Estado	TC 1980/1991	TC 1991/2000	TC 2000/2010	TC 2010/2017
Campo Grande (MS)	5,51	2,64	1,72	1,53
Estado do Mato Grosso do Sul	2,41	1,75	1,66	1,49
Feira de Santana (BA)	3,07	1,91	1,47	1,75
Estado da Bahia	2,09	1,10	0,69	1,32
Londrina (PR)	2,36	1,54	1,26	1,42
Estado do Paraná	0,93	1,40	0,88	1,17
Juiz de Fora (MG)	2,09	1,91	1,23	1,28
Uberlândia (MG)	3,90	3,56	1,88	1,65
Estado de Minas Gerais	1,49	1,45	0,91	1,09
Ribeirão Preto (SP)	2,91	1,64	1,82	1,76
Estado de São Paulo	2,13	1,80	1,09	1,29
Brasil	1,93	1,65	1,17	1,24

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 a 2010 e Estimativas Populacionais para julho de 2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

De taxas elevadas de crescimento no período 1980/1991, inclusive próxima ou superior a 4% a.a. (ao ano), observadas para os municípios: Campo Grande e Uberlândia, por exemplo, no período mais recente de 2000/2010, todos os seis municípios selecionados passam a crescer a taxas de até 2% a.a. Uberlândia e Ribeirão Preto ainda permanecem crescendo em

¹³ Taxa média geométrica de crescimento anual da população (TC): Incremento médio anual da população, medido pela expressão $i = \frac{\sqrt[n]{P(t+n)}}{P(t)}$, sendo P(t+n) e P(t) populações correspondentes a duas datas sucessivas, e n o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano e fração de ano (conforme conceitos relacionados em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>). A taxa média geométrica de crescimento anual da população (TC) foi calculada com base nas seguintes datas de referência: 1º/9/1970; 1º/9/1980; 1º/9/1991; 1º/8/2000; 1º/8/2010 e 1º/7/2017.

aproximadamente 1,8% a.a., taxas bastante superiores ao observado para os Estados de Minas Gerais (0,91% a.a.) e São Paulo (1,09% a.a.) e a taxa média para o Brasil de 1,17% a.a (Tabela 3).

O município de Campo Grande mantém uma TC de 1,72% a.a., ligeiramente superior à observada para o Estado do Mato Grosso do Sul (MS): 1,66% a.a. no período 2000/2010, e, com tendências de estimativas de queda na TC para o período de 2010/2017: 1,53% a.a., tendência de diminuição também observada para as TC de Uberlândia e Ribeirão Preto para o mesmo período (Tabela 3).

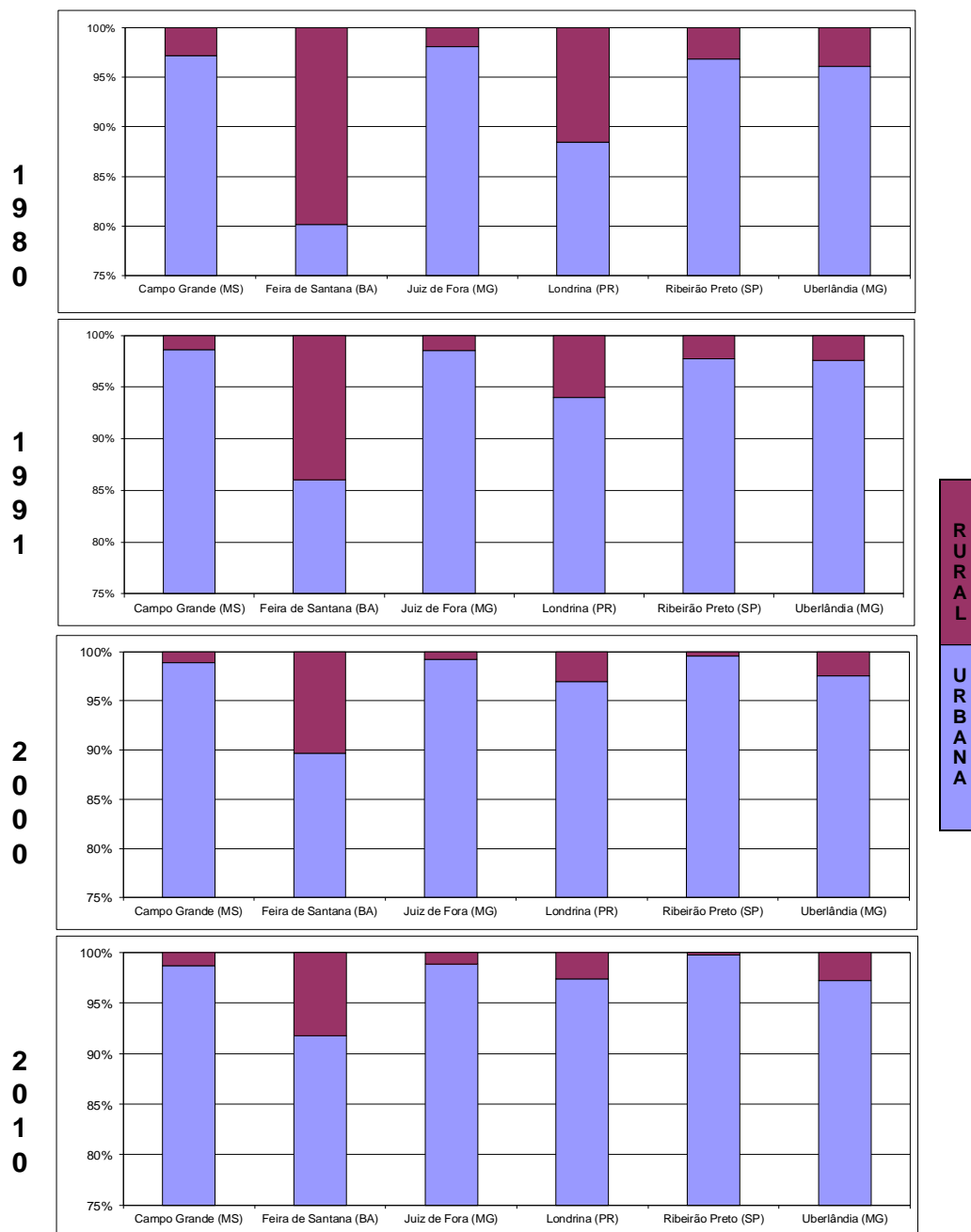
Quanto ao município de Feira de Santana observa-se, entre os anos de 2000 e 2010, que, semelhante a Uberlândia, apresenta uma TC em dobro à observada para os respectivos Estados, de 1,47% a.a. com estimativa de reversão para TC 1,75% a.a. entre 2010/2017. O município de Londrina apresentou um crescimento anual de TC 1,26% a.a., na última década, e conta com estimativa de reversão para uma TC maior, em torno de 1,42% a.a. entre 2010/2017. Quanto ao município de Juiz de Fora nota-se uma TC de 1,23% a.a. na década de 2000, valor este próximo ao observado para o Estado (TC 0,91% a.a.) e com tendência de crescimento menor entre 2000 e 2017, tendo em vista que a TC estimada ficou em 1,28% a.a. (Tabela 3).

As TC anuais apresentadas para os municípios em estudo, principalmente as observadas nos períodos intercensitários de 1991/2000 e 2000/2010, bem como as TC observadas para os respectivos Estados e para o Brasil, reforçam a perspectiva de menor ritmo de crescimento demográfico para a década vigente, na qual estes municípios apresentarão TC menores que 2% a.a., taxas estas, porém, superiores a de seus Estados, mantendo a condição de polos urbanos com forte interação demográfica intraestadual, provavelmente com ganhos líquidos de população, o que poderá ser confirmado nas seções 4 e 5.

E se os municípios selecionados continuam crescendo num ritmo menos intenso, desde décadas anteriores, os anos 2000 confirmam que todos eles se configuraram como aglomerações eminentemente urbanas, uma vez que todos os seis municípios superaram a marca de 90% de seus residentes concentrados no espaço urbano (Figura 2¹⁴). Se nos anos 1980 o município de Feira de Santana contava com 20% de sua população residindo no meio rural, em 2010, menos de 10% de seus habitantes ainda moravam fora da cidade. O município de Londrina, em situação semelhante, contava com mais de 10% de seus habitantes no meio rural, em 1980, e censitou menos de 5% de seus residentes no campo em 2010.

¹⁴ A Figura 2 encontra-se no formato de tabela e texto nos Anexo A5 e A6.

Figura 2 - Proporção da População Residente Urbana e Rural nos Municípios selecionados, para os anos censitários de 1980 a 2010.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 a 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Afora o município de Feira de Santana, a Figura 2 confirma que os demais municípios ao experimentarem crescimento demográfico nas últimas décadas, concentraram população no meio urbano e mantiveram, em volume residual, uma diminuta população residindo no espaço rural. Evidencia-se, portanto, que enquanto no ano de 1980, os municípios de Feira de Santana e

Londrina ainda apresentavam um grau de urbanização inferior a 90%, em 2010, Feira de Santana já havia superado este patamar, e os outros cinco municípios já apresentavam grau de urbanização superior a 95%.

A persistente urbanização da população brasileira se reflete de maneira clara na distribuição por sexo dos residentes nos municípios selecionados. A Tabela 4 expõe a maior proporção de mulheres no meio urbano, enquanto no meio rural predominam os homens, com exceção de Feira de Santana em que ocorre maior proporção de mulheres no urbano e no rural, resultados observados em 1980 e que se mantêm em 2010.

Os seis municípios acompanham o padrão estadual de maior presença feminina no meio urbano e masculina no rural, padrão este definido, em boa medida, por um mercado de trabalho e por um sistema educacional que garantem maior inserção das mulheres nas cidades. De outra parte, o setor rural mantém sua perda líquida de população, retendo mais população masculina, devido a seu mercado de trabalho seletivo por sexo. Não se pode desconsiderar, também, o papel da sobremortalidade masculina nos centros urbanos populosos, resultante do crescente nível de violência urbana, de acidentes no trabalho e no trânsito, e da morbimortalidade relacionada a déficit no saneamento básico, no sistema de saúde e da maior exposição a doenças transmissíveis e menor procura por cuidados médicos por parte dos homens (CARMO et. al., 2003¹⁵; BERTOLUCCI, 2013¹⁶).

Mesmo o Estado da Bahia que em 1980 contava com 51% de sua população no meio rural, experimentou forte movimentação de pessoas na direção da cidade, reduzindo em 2010, para 28% de residentes no campo. Mantém, ainda assim, a maior proporção relativa de pessoas no meio rural se comparado com os demais estados dos municípios selecionados (Tabela 4).

A razão de sexo (RS), como uma informação demográfica complementar, apresenta o número de homens para cada grupo de 10 mulheres e, os resultados apresentados para 2010, corroboram o padrão de concentração populacional por setor de residência (urbano ou rural) e sexo, processo que se consolidou nos últimos 30 anos, desde o ano de 1980 (Tabela 5).

¹⁵ CARMO, E. H.; BARRETO, M. L.; SILVA JR, J. B. **Mudanças nos Padrões de Morbimortalidade da População Brasileira**. Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v.12, n.2, p. 63-75, 2003.

¹⁶ BERTOLUCCI, Luiz. **Pessoas com deficiência: uma avaliação de migrantes e não-migrantes no município de Uberlândia, Minas Gerais, nas décadas de 1990 e 2000**. 315 f.. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, UFMG, Belo Horizonte, 2013. Disponível em <http://cedeplar.ufmg.br/teses-e-dissertacoes/demografia/teses/category/97-2013> .

Já em 1980 a RS urbana estava favorável às mulheres em todos os municípios selecionados: Campo Grande, RS de 9,71 homens para cada 10 mulheres; Feira de Santana RS 9,07; Londrina RS 9,55; Juiz de Fora RS 9,27; Uberlândia RS 9,74 e Ribeirão Preto RS 9,58. Em 2010, com maior grau de urbanização verificado para todos os municípios selecionados, as RS urbanas permanecem confirmando a maior presença feminina nas cidades, acentuando-se esta presença nos municípios de Feira de Santana (RS 8,96) e Juiz de Fora (RS 8,94), conforme sintetiza a Tabela 5.

Tabela 4 – Proporção da População Residente nos Municípios selecionados e respectivos Estados e Brasil, por situação de domicílio e sexo, nos anos de 1980 e 2010 (%).

Município / Estado	População Urbana		População Rural		População		População Total
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Urbana	Rural	
1980							
Campo Grande (MS)	47,91	49,31	1,54	1,24	97,22	2,78	100
Estado do Mato Grosso do Sul	33,56	33,55	18,01	14,88	67,11	32,89	100
Feira de Santana (BA)	38,12	42,03	9,79	10,06	80,15	19,85	100
Estado da Bahia	23,68	25,61	25,70	25,01	49,29	50,71	100
Londrina (PR)	43,22	45,26	6,07	5,46	88,48	11,52	100
Estado do Paraná	28,86	29,76	21,62	19,76	58,62	41,38	100
Juiz de Fora (MG)	47,19	50,91	1,05	0,85	98,10	1,90	100
Uberlândia (MG)	47,42	48,69	2,18	1,72	96,11	3,89	100
Estado de Minas Gerais	32,75	34,39	17,10	15,76	67,14	32,86	100
Ribeirão Preto (SP)	47,36	49,45	1,68	1,52	96,81	3,19	100
Estado de São Paulo	43,99	44,65	6,02	5,35	88,64	11,36	100
Brasil	32,97	34,62	16,72	15,69	67,59	32,41	100
2010							
Campo Grande (MS)	47,69	50,97	0,77	0,57	98,66	1,34	100
Estado do Mato Grosso do Sul	42,04	43,60	7,78	6,59	85,64	14,36	100
Feira de Santana (BA)	43,35	48,38	4,08	4,19	91,73	8,27	100
Estado da Bahia	34,54	37,54	14,53	13,39	72,08	27,92	100
Londrina (PR)	46,50	50,89	1,46	1,14	97,40	2,60	100
Estado do Paraná	41,42	43,92	7,70	6,96	85,34	14,66	100
Juiz de Fora (MG)	46,66	52,20	0,61	0,53	98,86	1,14	100
Uberlândia (MG)	47,29	49,94	1,54	1,23	97,23	2,77	100
Estado de Minas Gerais	41,38	43,91	7,82	6,89	85,29	14,71	100
Ribeirão Preto (SP)	47,87	51,89	0,12	0,13	99,75	0,25	100
Estado de São Paulo	46,45	49,49	2,21	1,85	95,94	4,06	100
Brasil	40,74	43,63	8,23	7,41	84,37	15,63	100

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Interessante destacar que, enquanto em 1980, apenas o município de Feira de Santana contava com RS rural favorável às mulheres (RS 9,73), em 2010, o município baiano manteve a mesma RS, enquanto que Ribeirão Preto, com auto grau de urbanização (99,75% pop. urbana),

portanto, com contingente populacional muito baixo no rural, também apresentou a RS 9,42, ou seja, para cada grupo de 10 mulheres contava-se, aproximadamente, com 9 homens no meio rural deste município paulista.

Tabela 5 - Razão de Sexo urbana, rural e total (por dez habitantes), proporção da População Urbana (%) e Densidade Demográfica (DD)** dos Municípios selecionados e respectivos Estados e Brasil, para os anos de 1980 e 2010.

Município / Estado	RS urbana	RS rural	RS total	Pop. urbana (%)	Densidade Demográfica (habitante / km ²)
1980					
Campo Grande (MS)	9,71	12,43	9,78	97,22	36,05
Estado do Mato Grosso do Sul	10,00	12,10	10,65	67,11	3,84
Feira de Santana (BA)	9,07	9,73	9,20	80,15	217,87
Estado da Bahia	9,24	10,28	9,75	49,29	16,74
Londrina (PR)	9,55	11,11	9,72	88,48	182,48
Estado do Paraná	9,70	10,95	10,19	58,62	38,28
Juiz de Fora (MG)	9,27	12,33	9,32	98,10	214,20
Uberlândia (MG)	9,74	12,69	9,84	96,11	58,56
Estado de Minas Gerais	9,52	10,85	9,94	67,14	22,81
Ribeirão Preto (SP)	9,58	11,07	9,62	96,81	489,09
Estado de São Paulo	9,85	11,25	10,00	88,64	100,90
Brasil	9,52	10,66	9,88	67,59	14,00
2010					
Campo Grande (MS)	9,36	13,61	9,40	98,66	97,22
Estado do Mato Grosso do Sul	9,64	11,80	9,93	85,64	6,86
Feira de Santana (BA)	8,96	9,73	9,02	91,73	416,03
Estado da Bahia	9,20	10,86	9,64	72,08	24,82
Londrina (PR)	9,14	12,88	9,22	97,40	306,48
Estado do Paraná	9,43	11,08	9,66	85,34	52,40
Juiz de Fora (MG)	8,94	11,56	8,96	98,86	359,58
Uberlândia (MG)	9,47	12,50	9,54	97,23	146,78
Estado de Minas Gerais	9,42	11,36	9,69	85,29	33,41
Ribeirão Preto (SP)	9,23	9,42	9,23	99,75	928,42
Estado de São Paulo	9,39	11,90	9,48	95,94	166,25
Brasil	9,34	11,11	9,60	84,37	22,43

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

** Foi utilizada para cálculo da DD a área total das unidades territoriais em 2010, conforme SIDRA/IBGE.

A Tabela 5 apresenta, também, as expressivas mudanças observadas na densidade demográfica (DD) dos municípios, tendo em vista o forte crescimento populacional observado entre 1980 e 2010. Ao relacionar o volume populacional com a área em quilômetros quadrados dos respectivos municípios, destaca que aqueles categorizados como arranjos populacionais, ao

concentrarem maior contingente populacional no período, consolidam elevada DD em 2010: Ribeirão Preto, 928 hab./Km²; Juiz de Fora, 360 hab./Km², e Londrina com 306 hab./Km².

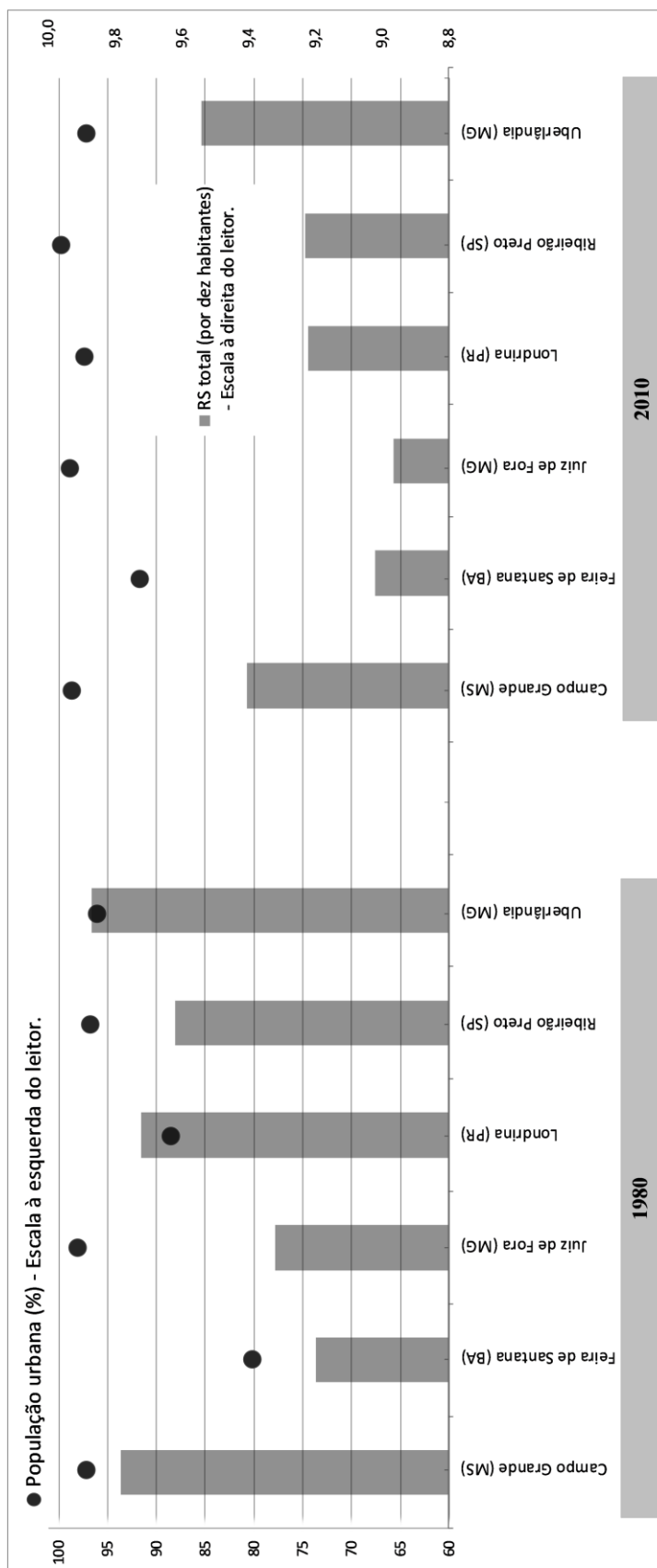
Quanto aos municípios isolados, observa-se que Feira de Santana, por contar com área territorial de aproximadamente 1.338 km² e ter experimentado expressivo crescimento de sua população nos últimos 30 anos, também apresenta elevada DD, em relação aos demais municípios em estudo, com 416 hab./Km². Campo Grande e Uberlândia, municípios com a maior área territorial entre os seis selecionados: 8.093 km² e 4.115 km², respectivamente, apresentaram as menores DD, nesta ordem, de 97 hab./Km² e 147 hab./Km².

A Figura 3¹⁷, por sua vez, reforça o padrão observado de que, quando o grau de urbanização supera a marca de 90% de residentes nas cidades, a razão de sexo total tende a níveis inferiores a nove homens para cada grupo de 10 mulheres. Se observado o ano de 1980, o grupo de municípios selecionados já apresentava larga participação relativa de residentes no urbano em relação à população total, e as barras, indicadores da razão de sexo total para cada município, estão mais altas, a maioria superando a relação 9,6 homens/10 mulheres. No entanto, com os pontos alinhando-se acima dos 90% de municípios urbanos, as barras indicativas da RS total refluem para níveis abaixo ou em torno da RS de 9,2.

Em síntese, as informações apresentadas nesta seção mostram que o ritmo de crescimento populacional dos municípios selecionados tornou-se menor, na última década, ainda que em maior intensidade que o ritmo observado em seus estados e no País como um todo. Espera-se, assim, que dos seis municípios estudados, os três mais populosos: Campo Grande (MS), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG) consolidem-se como grandes aglomerações urbanas na próxima década. De igual modo ficou evidente que a urbanização da população destes municípios atingiu níveis que se aproximam da totalidade de pessoas vivendo nas cidades e sendo a maior parte delas constituída de mulheres, principalmente em Feira de Santana que, conforme será evidenciado mais a frente neste trabalho, apresenta maiores perdas de população masculina para as regiões mais dinâmicas do País.

¹⁷ A Figura 3 encontra-se no formato de tabela e texto no Anexo A7.

Figura 3 - Proporção da População Urbana e Razão de Sexo Total nos Municípios selecionados, para os anos censitários de 1980 e 2010.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

2. Indicadores definidos pela estrutura etária e sexo: razão de dependência, idade mediana, índice de envelhecimento e pirâmide demográfica.

Neste ponto do trabalho, procura-se detalhar a mudança na estrutura etária das populações residentes nos municípios selecionados, levando-se em conta as variáveis idade e sexo, observada entre os anos censitários de 1980 e 2010.

Primeiramente, expressa-se na, Tabela 6, a razão de dependência total¹⁸ (RD) e suas componentes: razões de dependência de jovens (RDJ) e idosos (RDI). Esta análise possibilita avaliar as proporções ou os pesos da população de crianças e jovens, com idades abaixo de 15 anos, e da população idosa, com idades acima de 65 anos, em relação às pessoas em idades ativas, com possibilidade de inserção no mercado de trabalho: 15 a 64 anos. Deve-se ter em conta que, o grupo etário com pessoas em idades acima de 65 anos não indica necessariamente que são pessoas economicamente inativas, ou que o grupo de pessoas nas idades entre 15 a 64 anos são economicamente ativas, mas representam uma *proxy* (estimativa) para efeito desta análise demográfica.

Observam-se expressivas mudanças nas RD, entre os anos de 1980 e 2010, resultantes em larga medida pela queda da fecundidade, em que as mulheres contam por menor número de filhos, atingindo para o Brasil, em 2010, Taxa de Fecundidade Total de 1,9 filhos, abaixo do nível de reposição populacional, que seria 2,2 filhos por mulher em idade reprodutiva (MIRANDA-RIBEIRO *et al*, 2016¹⁹); à migração seletiva por idade (BRITO e CARVALHO, 2006²⁰), e ao mesmo tempo, por ganhos na expectativa de vida da população, com aumento no número de pessoas que superam as idades de 70 anos (CAMARGOS *et al*, 2016²¹). Enquanto o censo de 1980 apontou uma RD ainda alta, 0,73 para o Brasil, indicando que para cada 100 pessoas em idade ativa (15 a 64 anos), observa-se 66 crianças e adolescentes (RDJ) e 7 idosos

¹⁸ A Razão de Dependência foi calculada conforme o proposto nas análises demográficas das Nações Unidas: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). **World Population Prospects: The 2017 Revision**, DVD Edition.

¹⁹ MIRANDA-RIBEIRO, A. *et al*. **Postergação ou antecipação? Uma análise do efeito tempo sobre a fecundidade brasileira nas últimas décadas**. Anais..., Caxambu/MG: ABEP, 2016. Disponível em <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/2500/2447>. Acesso em: dez. 2017.

²⁰ BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. **As Migrações Internas no Brasil: As novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes**. Anais..., Caxambu/MG: ABEP, 2006. Disponível em http://www.abep.ne-po.unicamp.br/encontro2006/...ABEP2006_583.pdf. Acesso em: jan. 2009.

²¹ CAMARGOS, M. C. S. *et al*. **Estimativas de Expectativa de Vida Saudável para Brasil e Grandes Regiões, 1998 e 2013**. Anais..., Caxambu/MG: ABEP, 2016. Disponível em <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2617/2536>. Acesso em: dez. 2017.

(RDI) dependentes daqueles que buscavam o mercado de trabalho, em 2010, a RD no País reduziu-se para 0,46, resultante da queda da RDJ para 0,35 e do aumento da RDI para 0,11 (Tabela 6).

Este resultado que expressa uma importante janela de oportunidade demográfica para o País como um todo, tendo em vista que, nesta Década de 2010, a população brasileira conta com maior número de pessoas em idades que propiciam a inserção no mercado de trabalho e menor dependência de crianças e idosos sobre a população em idade ativa. Apresenta-se, deste modo, maior pressão demográfica, sobre todos os municípios em estudo, para a constituição de um mercado de trabalho que garanta o pleno emprego de jovens nas primeiras idades adultas.

Enquanto em 1980, apenas o município de Feira de Santana apresentava uma RD superior à observada para o Brasil (0,84 e 0,73, respectivamente), resultante da alta RDJ (0,78) calculada naquele ano, em 2010, todos os municípios polos selecionados apresentam RD inferior à brasileira, possivelmente devido à maior migração para estes municípios de pessoas em idades ativas, observada ao longo destes últimos 30 anos.

Tabela 6 - Razão de Dependência de Jovens, Idosos e Total (RD) para os Municípios selecionados, respectivos Estados e Brasil, para os anos de 1980 e 2010.

Município / Estado	RD Jovens 1980	RD Jovens 2010	RD Idosos 1980	RD Idosos 2010	RD Total 1980	RD Total 2010
Campo Grande (MS)	0,61	0,32	0,05	0,09	0,66	0,41
Estado do Mato Grosso do Sul	0,72	0,37	0,05	0,10	0,77	0,46
Feira de Santana (BA)	0,78	0,34	0,06	0,09	0,84	0,43
Estado da Bahia	0,85	0,38	0,08	0,11	0,93	0,49
Londrina (PR)	0,57	0,30	0,05	0,12	0,62	0,42
Estado do Paraná	0,69	0,33	0,05	0,11	0,74	0,44
Juiz de Fora (MG)	0,46	0,27	0,08	0,13	0,54	0,40
Uberlândia (MG)	0,54	0,29	0,05	0,10	0,59	0,38
Estado de Minas Gerais	0,66	0,32	0,07	0,12	0,73	0,44
Ribeirão Preto (SP)	0,47	0,27	0,07	0,12	0,55	0,39
Estado de São Paulo	0,52	0,30	0,06	0,11	0,59	0,41
Brasil	0,66	0,35	0,07	0,11	0,73	0,46

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Feira de Santana mantém a maior RD (0,43), enquanto Uberlândia apresenta a menor RD (0,38), em 2010, comparados aos demais municípios. O Estado da Bahia, no qual se localiza o município de Feira de Santana, apresenta a maior RD (0,49) entre os demais estados nos quais se localizam os municípios em estudo, razão de dependência esta superior ao observado para o Brasil. O Estado de São Paulo, unidade da federação que ainda conta com importantes fluxos

imigratórios de pessoas que buscam seu dinâmico mercado de trabalho, apresentou, em 2010, a RD total de 0,41, a menor entre os estados relacionados.

Corroborando a oportunidade demográfica que poderá contribuir para o desenvolvimento do País, e talvez única neste Século, a Tabela 7 apresenta a distribuição da população por grandes grupos etários: 0 a 14 anos, composto por crianças e adolescentes; 15 a 64 anos, jovens e adultos e o grupo etário de 65 anos e mais, constituído pelas pessoas em idades mais avançadas.

Nota-se que as proporções de pessoas no grupo etário de 15 a 64 anos crescem não somente para o País como um todo, saindo de 58% em 1980, aproximadamente, para 69% do total de residentes em 2010, como em todos os municípios selecionados, e, ainda que apresentem proporções aproximadas, o município de Uberlândia, em 2010, foi o que apresentou maior participação relativa de pessoas em idades ativas (72%), resume a Tabela 7.

Tabela 7 - Proporção dos Grandes Grupos Etários (GE) nos Municípios selecionados, respectivos Estados e Brasil, para os anos de 1980 e 2010 (%).

Município / Estado	GE. 0 a 14 1980	GE. 0 a 14 2010	GE. 15 a 64 1980	GE. 15 a 64 2010	GE. 65 e + 1980	GE. 65 e + 2010
Campo Grande (MS)	36,75	22,59	60,21	70,72	2,98	6,68
Estado do Mato Grosso do Sul	40,72	24,96	56,30	68,39	2,89	6,65
Feira de Santana (BA)	42,33	24,09	54,31	69,90	3,22	6,02
Estado da Bahia	43,88	25,63	51,76	67,13	4,20	7,24
Londrina (PR)	34,88	20,79	61,66	70,48	3,37	8,72
Estado do Paraná	39,46	22,90	57,32	69,53	3,15	7,57
Juiz de Fora (MG)	29,88	19,13	65,11	71,68	4,96	9,19
Uberlândia (MG)	34,06	20,79	62,83	72,26	3,05	6,95
Estado de Minas Gerais	38,04	22,42	57,87	69,43	4,02	8,15
Ribeirão Preto (SP)	30,53	19,54	64,65	71,93	4,78	8,53
Estado de São Paulo	32,97	21,48	62,90	70,68	4,07	7,84
Brasil	38,19	24,08	57,69	68,53	4,02	7,38

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Comportamento similar observou-se no crescimento da proporção de idosos em relação à população total de cada município, nos Estados e no Brasil. Enquanto para o total da população brasileira observou uma mudança de 4% de idosos em 1980, para aproximadamente 7% em 2010, alguns dos municípios selecionados passaram a apresentar, no mesmo período, proporções de idosos superiores à observada para o Brasil, provavelmente pela migração de idosos na

direção destes polos mais dinâmicos que ofereçam amenidades e recursos diversos relativos às necessidades que emergem no processo de envelhecimento (CAMPOS *et al.*, 2008²²).

Em 2010, detalha a Tabela 7, os municípios de Juiz de Fora (9,2%), Londrina (8,7%) e Ribeirão Preto (8,5%) apresentaram as maiores proporções de idosos, superiores inclusive às observadas para seus estados e para o País. Já os municípios de Campo Grande (6,6%), Feira de Santana (6,0%) e Uberlândia (6,9%) contaram com as menores proporções de idosos entre os municípios selecionados, proporções estas inferiores às apresentadas por seus respectivos estados e também em relação ao total de população brasileira.

Confirmando o processo de lento amadurecimento da população brasileira, a Tabela 8 mostra que a idade mediana (IM) aumentou nos últimos trinta anos, se aproximando do centro de idades consideradas adultas, posicionadas entre 15 e 65 anos. Se comparadas as diferentes idades medianas obtidas nos anos censitários de 1980 e 2010, nota-se que IM da população brasileira aumentou de 20,19 anos para 29,45, respectivamente. Em 2010, portanto, a idade que divide a população brasileira em dois contingentes iguais se aproximou de 30 anos.

Enquanto nos anos 1980 as IM da população residente nos municípios selecionados, bem como das populações de seus respectivos estados e Brasil se aproximavam de 20 anos, em 2010 os resultados seguem a realidade brasileira, aproximando-se ou superando a marca de 30 anos. Juiz de Fora foi o município com maior idade mediana calculada para seus habitantes: 33,34 anos, seguido por Ribeirão Preto - IM em 32,07 anos, Londrina - IM de 32,04 anos, Uberlândia - IM de 30,98 anos e Campo Grande - IM de 29,88 anos, todos com IM de suas populações acima do observado para o País. Somente o município de Feira de Santana apresentou IM em 28,41 anos, resultado este abaixo do observado para o Brasil.

Todos os municípios destacados apresentaram IM superior aos valores observados para seus respectivos estados, tanto em 1980 quanto em 2010, sugerindo o crescimento de suas populações justamente nas primeiras idades adultas: Entre 20 e 30 anos, aquelas em que se observam mais intensos movimentos migratórios dos municípios menores, localizados no interior dos estados, na direção de municípios polos em busca de trabalho e educação.

²² CAMPOS, M. B.; BARBIERI, A. F.; CARVALHO, J.A.M. **Uma análise demográfica e espacial das migrações de idosos no Brasil, 1980 a 2000.** In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais..., Caxambú/MG: ABEP, 2008.

Quando se comparam as IM por sexo, observa-se que, para todos os municípios as IM das populações de mulheres são superiores em relação àquelas calculadas para os homens, em ambos os anos em estudo. O município de Juiz de Fora é aquele que apresentou a maior diferença entre as IM de mulheres e homens, apresentando diferença superior em três anos favoráveis às mulheres, enquanto que para os demais municípios esta diferença apresenta-se maior para as IM de mulheres em torno de dois anos às IM das populações municipais masculinas.

Tabela 8 - Idade Mediana (IM) por sexo e Total da População para os Municípios selecionados, respectivos Estados e Brasil, nos anos de 1980 e 2010 (em anos).

Município / Estado	IM Homens 1980	IM Homens 2010	IM Mulheres 1980	IM Mulheres 2010	IM Total 1980	IM Total 2010
Campo Grande (MS)	20,29	28,85	20,63	30,93	20,47	29,88
Estado do Mato Grosso do Sul	19,18	28,38	18,52	29,31	18,85	28,85
Feira de Santana (BA)	17,49	27,40	18,78	29,34	18,18	28,41
Estado da Bahia	17,30	27,31	18,04	28,67	17,68	28,00
Londrina (PR)	21,35	30,71	21,74	33,28	21,56	32,04
Estado do Paraná	19,39	29,88	19,35	31,55	19,37	30,73
Juiz de Fora (MG)	22,90	31,70	24,35	34,88	23,65	33,34
Uberlândia (MG)	21,20	30,05	21,71	31,87	21,46	30,98
Estado de Minas Gerais	19,77	29,96	20,21	31,58	19,98	30,73
Ribeirão Preto (SP)	23,37	30,80	24,49	33,28	23,94	32,07
Estado de São Paulo	22,79	30,42	23,13	32,45	22,95	31,46
Brasil	19,92	28,63	20,46	30,24	20,19	29,45

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Conforme já relatado na seção anterior, os municípios ao apresentarem elevado grau de urbanização também mostram maior relação de sexo favorável às mulheres, e considerando-se a maior sobrevivência feminina, inclusive nas idades mais avançadas, espera-se que a idade mediana feminina seja superior à masculina nas localidades eminentemente urbanas.

Destaca-se, portanto, que a IM não somente é influenciada pelo crescimento no número de pessoas nas idades adultas, mas também pelo persistente aumento do número de pessoas idosas, aquelas com idades acima de 65 anos. O índice de envelhecimento (IE) ao apresentar a proporção de idosos (pessoas com 65 anos e mais) em relação ao grupo de crianças e jovens, em idades de até 15 anos, contribui para entender esta mudança na estrutura etária das populações.

É nítido, nas informações consolidadas na Tabela 9, o resultado da queda acentuada do número de nascimentos, nos últimos 30 anos, impactando em um crescente índice de

envelhecimento da população total para o Brasil (IE Total), em 2010. De um IE Total de 10,54, em 1980, a população brasileira apresentou IE Total de 30,66, em 2010, ou seja, neste último ano censitário a população de idosos do País equiparava-se à aproximadamente 31% da população infante-juvenil ou, de outra forma, para cada 100 crianças ou adolescentes com idades de até 14 anos o Brasil contava com 31 idosos. Aumento similar do IE Total pode ser observado também para todos os municípios e seus estados.

Observa-se que, em 1980, os IE calculados para os municípios de Campo Grande, Feira de Santana, Londrina e Uberlândia estavam abaixo da média brasileira de 10,54. Os municípios de Juiz de Fora e Ribeirão Preto já apresentavam IE bem superiores ao observado para o Brasil, IE 16,58 e IE 15,65, respectivamente (Tabela 9).

Em 2010, o município de Juiz de Fora manteve-se no destaque em relação aos demais municípios por apresentar IE, em 2010, de 48, quando em 1980, apresentava o IE em aproximadamente 17 (Tabela 9). Este IE resulta do IE mulheres de 59, aproximadamente 21 pontos superior ao calculado para o IE homens, de aproximadamente 38. De maneira similar, o município de Ribeirão Preto apresentou IE de 44 em 2010, definido prioritariamente pelo IE mulheres de 53, bastante superior ao IE de 35 observado para os homens.

Tabela 9 - Índice de Envelhecimento (IE) por sexo e Total da População para os Municípios selecionados, respectivos Estados e Brasil, nos anos de 1980 e 2010 (%).

Município / Estado	IE Homens 1980	IE Homens 2010	IE Mulheres 1980	IE Mulheres 2010	IE Total 1980	IE Total 2010
Campo Grande (MS)	7,78	25,45	8,44	33,87	8,11	29,58
Estado do Mato Grosso do Sul	7,62	25,12	6,57	28,20	7,10	26,63
Feira de Santana (BA)	6,27	19,61	8,96	30,49	7,61	24,99
Estado da Bahia	9,04	24,55	10,11	32,05	9,57	28,24
Londrina (PR)	9,70	34,63	9,62	49,64	9,66	41,94
Estado do Paraná	8,07	29,16	7,86	37,11	7,97	33,06
Juiz de Fora (MG)	14,03	37,54	19,18	58,81	16,58	48,03
Uberlândia (MG)	8,00	28,67	9,95	38,31	8,96	33,40
Estado de Minas Gerais	9,84	31,36	11,29	41,47	10,56	36,33
Ribeirão Preto (SP)	13,68	34,71	17,67	52,90	15,65	43,64
Estado de São Paulo	11,07	30,15	13,66	43,03	12,35	36,48
Brasil	9,76	26,17	11,33	35,31	10,54	30,66

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O município de Londrina também apresentou um forte crescimento do IE, saindo de IE 10 em 1980, para aproximadamente, IE 42, em 2010, resultado da maior alteração do IE mulheres de 10, em 1980, para aproximadamente 50, em 2010. O município de Uberlândia também superou o IE médio da população brasileira em 2010, apresentando o IE de 33, bastante superior ao observado em 1980, IE 9, aproximadamente.

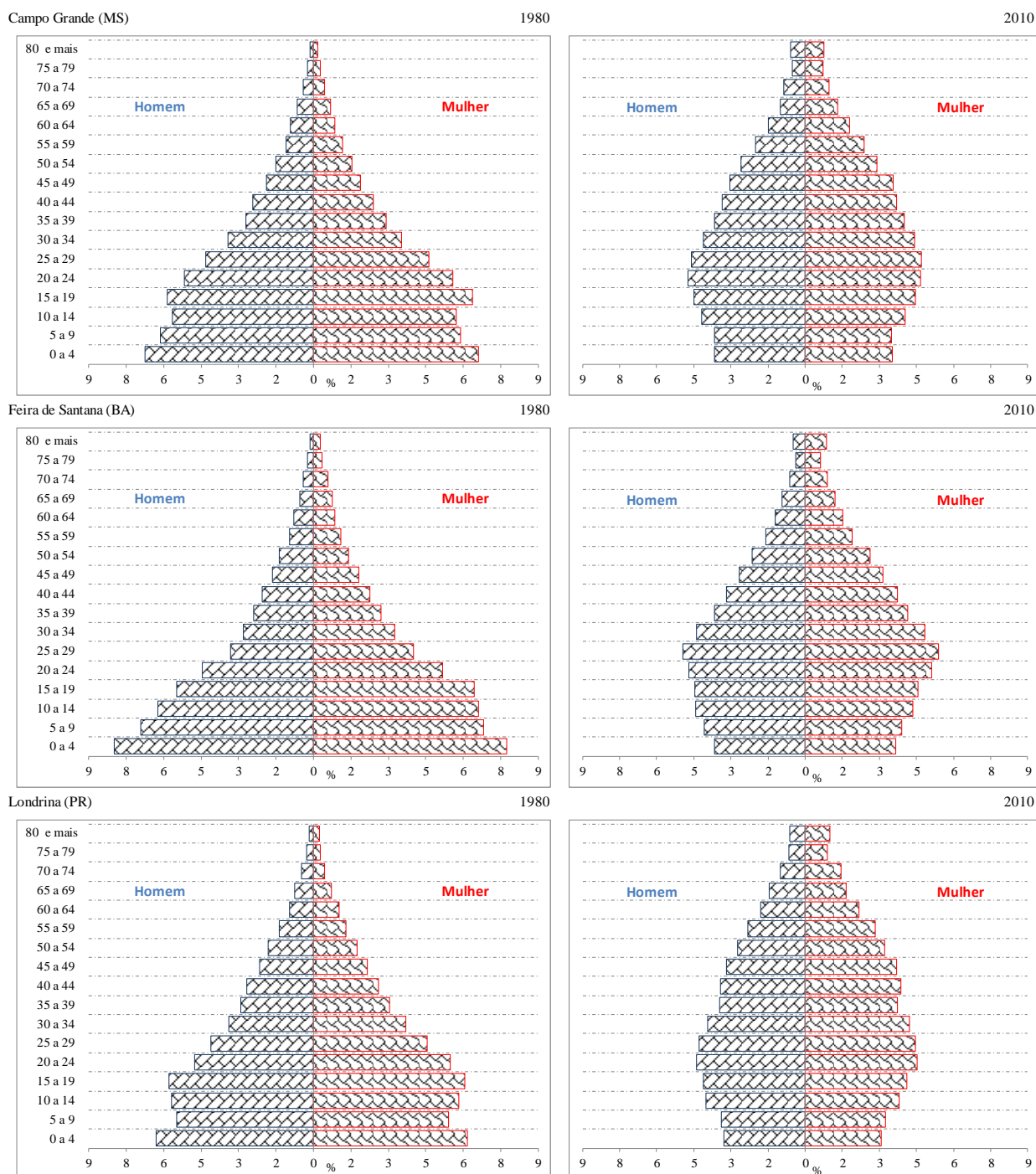
Com prováveis diferenças no padrão de envelhecimento, os municípios de Campo Grande e Feira de Santana mantiveram IE inferiores ao observado para o País em 1980 e 2010. Podem-se elencar algumas possíveis explicações para estes resultados: Criação do Estado do Mato Grosso do Sul nos anos 70 com a intensificação da migração jovem masculina para a nova capital Campo Grande e para o restante do estado nas áreas de expansão agrícola; a migração de população mais jovem para o mercado de trabalho urbano tanto em Campo Grande quanto em Feira de Santana, e os efeitos indiretos da migração, no qual os migrantes vão ter seus filhos no local de destino, aumentando o número de crianças em relação à população idosa.

Como informação adicional, apresentam-se as pirâmides demográficas ou estruturas etárias e por sexo (tradicionalmente conhecidas como pirâmides etárias), que ao retratarem a distribuição dos grupos etários quinquenais por sexo, contribuem para destacar as mudanças experimentadas pela população, nas últimas décadas. As Figuras 4 e 5²³ exibem as estruturas etárias e por sexo para os seis municípios selecionados, em 1980 e 2010. De forma claramente piramidal com base larga, em que se destacavam os grupos etários abaixo de 19 anos, em 1980, as populações passam a apresentar, em 2010, estruturas etárias com bases estreitas e com maior participação dos grupos etários entre 20 e 39 anos, assumindo uma forma bojuda.

Estas figuras confirmam, de maneira contundente, o efeito da queda da fecundidade na estrutura etária da população, independente do tamanho dos municípios e da migração seletiva por idade. Ainda que a participação dos grupos etários de idosos, pessoas com mais de 65 anos, seja maior em 2010 que o observado em 1980, é a diminuição absoluta no número de nascimentos que mais impacta na desestruturação da forma piramidal, experimentada pela população brasileira (Figura 6) e seus municípios, definindo-se a forma em que se destaca um bojo nos grupos de idades centrais, na década de 2000.

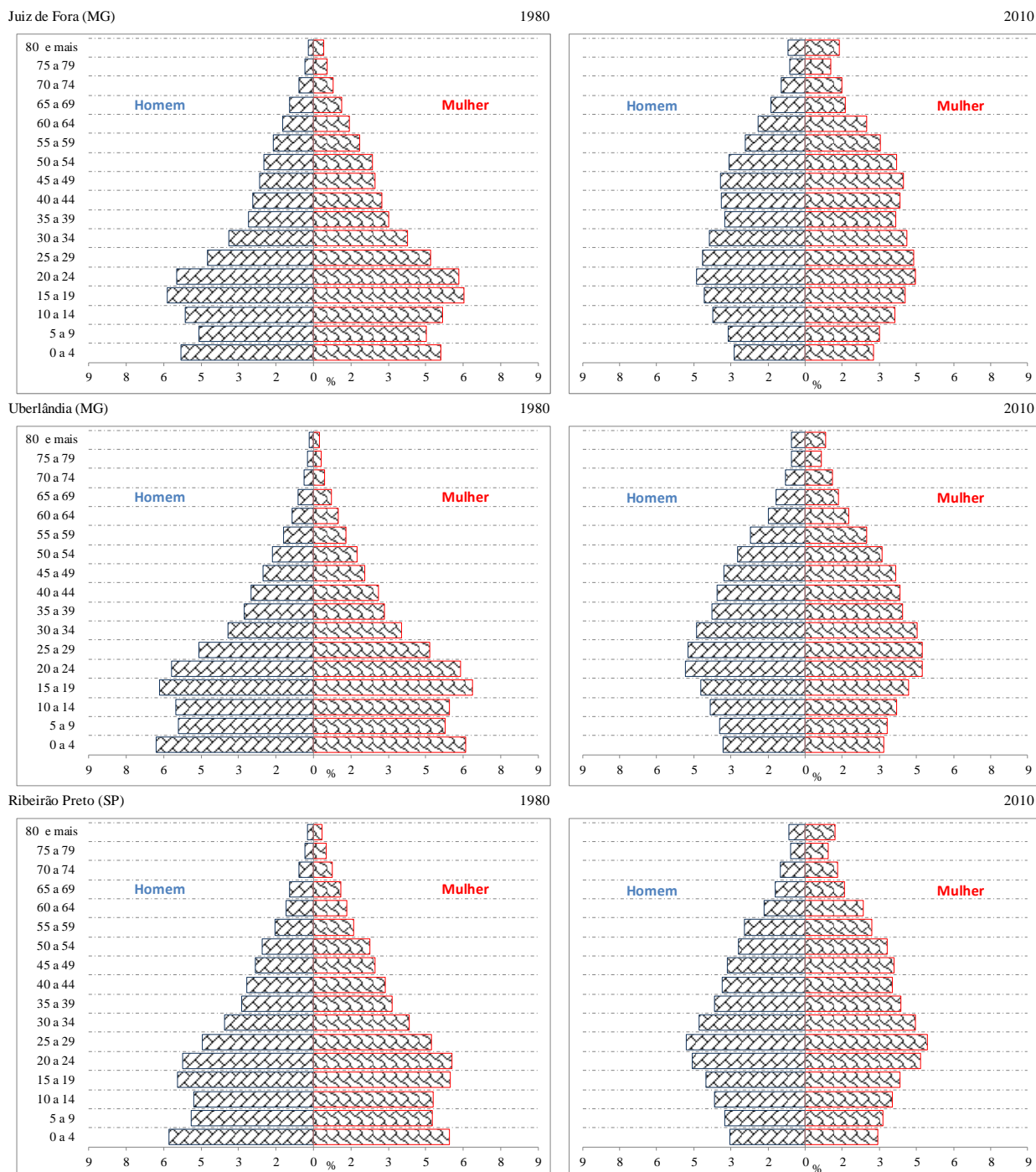
²³ As Figura 4 e 5 encontram-se no formato de tabela e texto nos Anexo A8, A9 e A10.

Figura 4 - Estruturas Etárias das Populações Residentes nos Municípios de Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA) e Londrina (PR), por grupos etários quinquenais nos anos de 1980 e 2010.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Figura 5 - Estruturas Etárias das Populações Residentes nos Municípios de Juiz de Fora (MG), Uberlândia (MG) e Ribeirão Preto (SP), por grupos etários quinquenais, nos anos de 1980 e 2010.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Deste momento em diante, os grupos etários adultos passam a apresentar maior proeminência, requerendo políticas públicas que qualifiquem esta população adulta, permitindo a conclusão de cursos de educação formal em nível médio e superior, a capacitação para um mercado com maior nível de exigência intelectual e tecnológica, bem como ações públicas estratégicas para o desenvolvimento e expansão de um mercado de trabalho intensivo em mão-de-obra e que contemple postos de trabalho formais com melhores remunerações, sem o que, perder-se-á esta oportunidade demográfica para o avanço socioeconômico da região e do País.

As Figuras 4 e 5 reforçam, assim, as diferentes experiências demográficas experimentadas pelos municípios em estudo, ao longo de 30 anos. Observa-se que em 1980 os municípios contavam com maior proporção de crianças com idades entre 0 e 4 anos, com exceção de Juiz de Fora que já antecipava uma mudança na direção de uma população madura, ao apresentar predominância dos grupos etários de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos, configurando um município que certamente atraía maiores contingentes de jovens do entorno para seu dinâmico setor urbano. Os municípios de Londrina, Uberlândia e Ribeirão Preto também apresentavam mudanças nestes grupos etários, semelhante ao observado para Juiz de Fora, no entanto, em 1980, as proporções de crianças sobressaíam-se em relação aos demais grupos etários.

Em 2010, as estruturas etárias destacam a predominância do grupo relativo às primeiras idades adultas, entre 20 e 24 anos, nos municípios de Campo Grande, Londrina, Juiz de Fora e Uberlândia, enquanto para os municípios de Feira de Santana e Ribeirão Preto ocorre maior proporção de residentes no grupo quinquenal de 25 a 29 anos (Figuras 4 e 5).

De certa maneira, este amadurecimento populacional resultante da maior proporção de pessoas nas idades adultas, apresentado pelas populações residentes em 2010 nos municípios selecionados, é observado nas estruturas etárias das populações de seus respectivos estados, com defasagem decenal, aproximadamente. As Figuras 6 e 7²⁴ apresentam as estruturas etárias para a população brasileira e para as populações dos Estados de Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraná, Minas Gerais e São Paulo.

Evidencia-se que, tanto para o Brasil quanto para os estados em destaque a composição da população residente, por grupos etários quinquenais, alterou-se, significativamente, com predomínio de pessoas nas idades jovens e adultas, acima de 10 anos, em 2010. Enquanto para o Brasil e o Estado da Bahia ocorre predominância do grupo etário de 10 a 14 anos (Figura 6), nos

²⁴ As Figuras 5 e 6 encontram-se no formato de tabela e texto nos Anexos A11, A12 e A13.

Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná o grupo etário de 15 a 19 anos sobressai-se (Figuras 6 e 7, respectivamente). Os Estados de Minas Gerais e São Paulo apresentam um amadurecimento maior de sua população residente, com predomínio dos grupos etários de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos, respectivamente (Figura 7).

As estruturas etárias e por sexo, ao apresentarem as relevantes mudanças demográficas na composição por idade das populações, fruto da atual transição demográfica experimentada pelo País como um todo, clamam pelo fortalecimento das políticas públicas que possam garantir aos brasileiros viver com dignidade e atingir as idades mais avançadas, nas décadas seguintes, com elevados níveis de educação, saúde e renda, tendo-se aproveitado, assim, este raro momento oferecido pela janela demográfica de oportunidades ou bônus demográfico. Este singular período demográfico permite resgatar os possíveis déficits socioeconômicos com as populações infanto-juvenis, tendo em vista que estão relativamente menores, aproveitando-se do fôlego temporal para que a sociedade invista no desenvolvimento e na adaptação à nova realidade demográfica que se consolidará nas próximas décadas.

O envelhecimento populacional é um processo irreversível e as estruturas etárias confirmam o crescimento nas proporções de pessoas em idades mais avançadas, entre os anos de 1980 e 2010. De um topo estreito, verificado nas pirâmides etárias de 1980, passa-se a observar um expressivo alargamento da cúspide nas estruturas etárias em 2010, com maiores proporções de pessoas com idades acima de 65 anos, inclusive com relevante aumento nas proporções dos idosos com mais de 80 anos (Figuras 4 a 7).

Outro desafio, portanto, para as próximas décadas, será o de preparar as famílias e a sociedade para lidar com uma população cada vez mais idosa e que, em boa parte, poderá continuar produtiva em diversos aspectos, seja no âmbito familiar, seja na comunidade em que vive. Neste ponto, políticas públicas devem garantir que estes idosos que já contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento brasileiro tenham vida em abundância, e possam acessar amenidades ou recursos facilitadores locais, como lazer, cultura, saúde e ocupações, respeitando-se suas disposições físicas e mentais.

Figura 6 - Estruturas Etárias das Populações Residentes no Brasil e nos Estados de Mato Grosso do Sul e Bahia, por grupos etários quinquenais, nos anos de 1980 e 2010.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Figura 7 - Estruturas Etárias das Populações Residentes nos Estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo, por grupos etários quinquais, nos anos de 1980 e 2010.



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

3. Migração de Curto Prazo: Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

A migração interna é uma componente demográfica que atua de maneira importante no ritmo de crescimento populacional experimentado por municípios que funcionam como polos socioeconômicos nas regiões em que se inserem. No caso dos municípios selecionados para este estudo, os resultados obtidos para a migração poderá explicitar a condição de municípios com características de retenção populacional, de localidades com perda populacional ou municípios nos quais se evidenciam intensos fluxos de passagem de migrantes.

Para tanto, nesta seção, analisa-se a dinâmica migratória de curto prazo, nos períodos quinquenais de 1995-2000 e 2005-2010, a partir dos dados sobre migração de data fixa, ou seja, aqueles quesitos nos quais o migrante relata, por ocasião do censo, o local onde residia há exatos cinco anos. Com esta informação é possível obter o saldo migratório (SM), constatando-se a contribuição líquida do processo migratório para o aumento ou decréscimo populacional do município, tanto em relação ao estado em que está inserido, quanto em relação aos demais municípios que integram as grandes regiões brasileiras.

Inicialmente, a Tabela 10²⁵ apresenta os resultados da migração quinquenal para o município de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Observa-se que o número de imigrantes que fixaram residência neste município cresceu de 71 mil para aproximadamente 85 mil, de um quinquênio para outro. De outro lado, o número de emigrantes manteve-se próximo a 50 mil em ambos os períodos, o que promoveu um aumento no volume migratório em torno de 134 mil migrantes no último quinquênio. Esta dinâmica migratória consolidou a condição de ganhador líquido de população para Campo Grande, tendo em vista que o saldo migratório aumentou de 21 mil para 35 mil migrantes, entre os quinquênios destacados.

Quando se relaciona o SM com o total da população observada ao final do período, pode-se estimar as Taxas Líquidas de Migração (TLM), que mostram uma contribuição de aproximadamente 4,5% do resultado líquido da migração no crescimento da população residente no município de Campo Grande, no ano de 2010, estimativa esta superior à verificada no ano de 2000, quando este município apresentou uma TLM de 3,1%. Assim, com TLM positivas e

²⁵ A Tabela 10 encontra-se no formato de tabela e texto no Anexo A14.

crescentes nos dois quinquênios estudados, pode-se considerar o município de Campo Grande como uma área de atração populacional, não somente em relação aos demais municípios de seu estado, mas também em relação ao restante do País.

Este resultado pode ser confirmado pela participação relativa do saldo migratório desagregado para o respectivo estado, para os demais municípios da Região Centro-Oeste e para as outras regiões brasileiras. Enquanto no quinquênio 1995-2000, o município de Campo Grande contou com 87% de seu SM positivo resultante das trocas migratórias no próprio Estado do Mato Grosso do Sul, apresentando em sentido contrário, SM negativo em relação aos demais estados do Centro-Oeste e da Região Sul, no quinquênio 2005-2010, Campo Grande apresentou SM positivo em relação não somente ao estado, mas também para as demais regiões brasileiras. Apesar do crescimento absoluto no SM em relação ao estado, notou-se uma queda relativa do mesmo em relação ao SM total, tendo em vista que ocorreu um crescimento absoluto dos SM relativos às regiões brasileiras, no último quinquênio desta análise, quando todos apresentaram participações positivas (Tabela 10).

Vale destacar a reversão positiva do saldo migratório de Campo Grande (MS) em relação aos municípios pertencentes aos outros estados da Região Centro-Oeste e da Região Sul, no último quinquênio.

Tabela 10 – Município de Campo Grande (Estado do Mato Grosso do Sul): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	%L	No Estado	%L	Região Centro-Oeste		Região Sudeste		Região Nordeste		Região Sul		%L	
					%L	%L	%L	%L	%L	%L	%L			
Quinquênio 1995-2000														
Imigração	71.080	100	38.485	54,1	6.100	8,58	14.448	20,33	3.016	4,24	6.547	9,21	2.484	3,49
Emigração	50.328	100	20.495	40,7	7.509	14,92	10.885	21,63	2.313	4,60	7.008	13,92	2.118	4,21
Volume Migratório	121.408	100	58.980	48,6	13.609	11,21	25.333	20,87	5.329	4,39	13.555	11,16	4.602	3,79
Saldo Migratório - SM	20.752	100	17.990	86,7	(1.409)	(6,79)	3.563	17,17	703	3,39	(461)	(2,22)	366	1,76
Taxa Líquida de Migração - TLM(%)	3,13		2,71	(0,21)	0,54	0,11	0,07	0,13	0,08					
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,17		0,31	(0,10)	0,14	0,13	0,03	0,08						
Quinquênio 2005-2010														
Imigração	84.686	100	52.791	62,3	7.022	8,29	13.442	15,87	2.965	3,50	5.675	6,70	2.791	3,30
Emigração	49.280	100	25.874	52,5	5.745	11,66	9.340	18,95	1.539	3,12	5.171	10,49	1.611	3,27
Volume Migratório	133.966	100	78.665	58,7	12.767	9,53	22.782	17,01	4.504	3,36	10.846	8,10	4.402	3,29
Saldo Migratório - SM	35.406	100	26.917	76,0	1.277	3,61	4.102	11,59	1.426	4,03	504	1,42	1.180	3,33
Taxa Líquida de Migração - TLM(%)	4,50		3,42	0,16	0,52	0,18	0,18	0,32	0,27					
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,26		0,34	0,10	0,18	0,32	0,05	0,27						

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não sabem pela estrutura de migração por município conhecida.

O Índice de Eficácia Migratória²⁶ (IEM) mostra que o saldo migratório favorável a Campo Grande, no quinquênio 2005-2010, gerou um valor de 0,26 de eficácia migratória, ou seja, a dinâmica socioeconômica da capital de Mato Grosso do Sul foi eficaz na retenção de 26% dos migrantes que passa pela mesma. O resultado deste IEM, superior ao apresentado no quinquênio 1995-2000, valor de 0,17, aponta para a possibilidade de manutenção da dinâmica migratória observada na década de 2000, possibilitando que o município continue retraindo maior número de migrantes em relação ao que perde para o restante do País, experimentando, deste modo, taxa de crescimento demográfico positiva para a próxima década.

Quanto ao município de Feira de Santana (BA), a Tabela 11²⁷ destaca o retorno a patamares positivos da migração de curto prazo, quando comparados os resultados entre os quinquênios 1995-2000 e 2005-2010. Observa-se o crescimento no número de imigrantes que fixaram residência neste município de 33 mil para aproximadamente 43 mil. De outro lado, o número de emigrantes diminuiu de 33 mil, aproximadamente, para 28 mil no último quinquênio, e mesmo assim ocorreu aumento no volume migratório para em torno de 71 mil migrantes no último quinquênio. Feira de Santana passa, então, à condição de ganhador líquido de população.

Quando se relaciona o SM com o total da população observada no final do período, as TLM apresentam uma contribuição de aproximadamente 2,6% do resultado líquido da migração no crescimento da população residente no município de Feira de Santana, no ano de 2010, estimativa esta superior à verificada no ano de 2000, quando este município apresentou uma TLM de 0,04%. Feira de Santana passou a apresentar, recentemente, a condição de área de atração populacional devido a migração interna relativa ao próprio Estado da Bahia (Tabela 11).

Confirma-se esta assertiva por meio da participação relativa do saldo migratório desagregado para o respectivo estado e para as demais regiões brasileiras. Enquanto no quinquênio 1995-2000, o município de Feira de Santana contou com SM positivo, resultante das trocas migratórias no próprio Estado da Bahia, 37 vezes superior ao resultado do SM total, apresentou em sentido contrário, expressivo SM negativo em relação aos demais estados da Região Sudeste, e em menor expressão em relação aos estados do Nordeste, da Região Centro-Oeste, Região Norte, e pequeno SM positivo em relação à Região Sul. No quinquênio 2005-2010, Feira de Santana manteve uma forte interação migratória com os demais municípios de seu

²⁶ O Índice de Eficácia Migratória (IEM) sintetiza quanto o número de imigrantes se aproxima do número de emigrantes. Para mensurá-lo divide-se o saldo migratório, no caso as trocas líquidas de data fixa (quinquenal), pelo volume da migração (imigrantes mais emigrantes). Quanto maior o número de imigrante, mais o IEM se aproxima de 1,0 e, quanto maior o número de emigrante, mais próximo o IEM estará de -1,0.

²⁷ A Tabela 11 encontra-se no formato de tabela e texto no Anexo A15.

estado apresentando um expressivo SM positivo, reverteu os SM negativos observados no quinquênio 1995-2000 para pequenos SM positivos em relação às Regiões Nordeste e Norte, apresentando-se, no entanto, significativo SM negativo em relação à Região Sudeste, e SM negativos menores em relação às Regiões Centro-Oeste e Sul (Tabela 11). Estudos posteriores poderão medir o quanto a migração de retorno contribuiu nesta peculiar dinâmica migratória.

O Índice de Eficácia Migratória (IEM) mostra que o saldo migratório favorável a Feira de Santana, no quinquênio 2005-2010, gerou um valor de 0,20 de eficácia migratória, ou seja, a dinâmica socioeconômica deste município, em relação ao restante do País, passou a ser eficaz na retenção de 20% do total de migrantes que residiu no mesmo. O resultado deste IEM, superior ao apresentado no quinquênio 1995-2000, igual a zero, tendo em vista que o número de imigrantes praticamente se igualou ao número de emigrantes, aponta para a possibilidade de retomada da dinâmica migratória favorável ao crescimento demográfico por meio da migração.

Quanto ao município de Londrina, localizado no Estado do Paraná observa-se certa estabilidade no número total de migrantes, tendo em vista que o volume migratório apresentou pequeno crescimento, com aproximadamente 80 mil pessoas, no quinquênio 1995-2000, para 83 mil, entre 2005-2010 (Tabela 12²⁸). O número de imigrantes que fixaram residência neste município cresceu de 45 mil para aproximadamente 49 mil, de um quinquênio para outro. De outro lado, o número de emigrantes manteve-se próximo a 35 mil em ambos os períodos, o que promoveu um aumento no volume migratório no último quinquênio. Esta dinâmica migratória manteve a condição de ganhador líquido de população para Londrina, tendo em vista que o saldo migratório aumentou de 9 mil para 14 mil migrantes, entre os quinquênios destacados.

As TLM mostram uma contribuição de aproximadamente 2,8% do resultado líquido da migração no crescimento da população residente no município de Londrina, no ano de 2010, estimativa esta superior à verificada no ano de 2000, quando este município apresentou uma TLM de 2,1%. Estas TLM positivas e crescentes, nos dois quinquênios estudados, permitem verificar que o município de Londrina atua como uma área de atração populacional, não somente em relação aos demais municípios de seu estado, mas também em relação à Região Sudeste, tendo em vista as TLM para esta região brasileira (Tabela 12).

Este resultado pode ser confirmado pela participação relativa do saldo migratório desagregado para o respectivo estado, para os demais municípios da Região Sul e para as outras

²⁸ A Tabela 12 encontra-se no formato de tabela e texto no Anexo A16.

regiões brasileiras. No quinquênio 1995-2000, o município de Londrina contou com 46% de seu SM positivo resultante das trocas migratórias no próprio Estado do Paraná, enquanto experimentou maior SM positivo em relação à Região Sudeste, 56%, denotando assim, maior interação migratória com a dinâmica Região Sudeste do que com seu estado e a Região Sul, na qual se insere.

Esta situação se inverte no quinquênio 2005-2010, quando Londrina passa a contar com SM positivos de 14 mil em relação ao Estado do Paraná, e de 3 mil, aproximadamente, em relação à Região Sudeste. Percebe-se, diante das informações deste último quinquênio, um arrefecimento da migração interestadual para o município de Londrina, tendo em vista que não somente diminuiu o SM positivo observado em relação à Região Sudeste, uma vez que aumentou o número de emigrantes para esta região e diminuíram os imigrantes com origem na mesma, mas este município passou a apresentar SM negativo com a Região Centro-Oeste, manteve o SM negativo com a Região Norte, além de observar o crescimento no SM negativo com a Região Sul na qual se insere (Tabela 12). Apesar de resultar em pequeno SM positivo, a interação migratória com a Região Nordeste não se alterou nos respectivos quinquênios.

O IEM mostra que o saldo migratório favorável a Londrina, no quinquênio 2005-2010, gerou um valor de 0,17 de eficácia migratória, ou seja, a dinâmica socioeconômica deste município reteve 17% do volume de migrantes que passou pelo mesmo. O resultado deste IEM, superior ao apresentado no quinquênio 1995-2000, valor de 0,12, aponta, de igual modo ao observado nos demais municípios até aqui analisados, para a possibilidade de manutenção da dinâmica migratória observada na década de 2000, na qual o município continue restando maior número de migrantes, particularmente daqueles com origem no próprio estado, podendo, deste modo, contar com taxa positiva de crescimento demográfico para a próxima década (Tabela 12).

Tabela 11 – Município de Feira de Santana (Estado da Bahia): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	%L.	No Estado	%L.	Quinquênio 1995-2000					Quinquênio 2005-2010				
					Região Centro-Oeste	%L.	Região Sudeste	%L.	Região Nordeste	%L.	Região Sul	%L.	Região Norte	%L.
Imigração	32.803	100	25.939	79,1	315	0,96	3.554	10,83	2.501	7,62	244	0,74	250	0,76
Emigração	32.612	100	18.886	57,9	984	3,02	9.023	27,67	3.126	9,59	160	0,49	433	1,33
Volume Migratório	65.415	100	44.825	68,5	1.299	1,99	12.577	19,23	5.627	8,60	404	0,62	683	1,04
Saldo Migratório - SM	191	100	7.053	3.692,7	(669)	(350,26)	(5.469)	(2.863,35)	(625)	(327,23)	84	43,98	(183)	(95,81)
Taxa Líquida de Migração - TLM(%)	0,04		1,47		(0,14)		(1,14)		(0,13)		0,02		(0,04)	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,00		0,16		(0,52)		(0,43)		(0,11)		0,21		(0,27)	
Imigração	43.024	100	35.187	81,8	327	0,76	3.611	8,39	2.916	6,78	409	0,95	574	1,33
Emigração	28.431	100	16.986	59,7	1.106	3,89	6.778	23,84	2.669	9,39	628	2,21	264	0,93
Volume Migratório	71.455	100	52.173	73,0	1.433	2,01	10.389	14,54	5.585	7,82	1.037	1,45	838	1,17
Saldo Migratório - SM	14.593	100	18.201	124,7	(779)	(5,34)	(3.167)	(21,70)	247	1,69	(219)	(1,50)	310	2,12
Taxa Líquida de Migração - TLM(%)	2,62		3,27		(0,14)		(0,57)		0,04		(0,04)		0,06	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,20		0,35		(0,54)		(0,30)		0,04		(0,21)		0,37	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não sabem pela estrutura de migração por município conhecida.

Tabela 12 – Município de Londrina (Estado do Paraná): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	%L	No Estado	%L	Quinquênio 1995-2000					Quinquênio 2005-2010				
					Região Centro-Oeste	%L	Região Sudeste	%L	Região Nordeste	%L	Região Sul	%L	Região Norte	%L
Imigração	44.567	100	24.796	55,6	2.902	6,51	14.157	31,77	861	1,93	1.384	3,11	467	1,05
Emigração	35.312	100	20.586	58,3	2.742	7,77	8.941	25,32	652	1,85	1.719	4,87	672	1,90
VOLUME Migratório	79.879	100	45.382	56,8	5.644	7,07	23.098	28,92	1.513	1,89	3.103	3,88	1.139	1,43
Saldo Migratório - SM	9.255	100	4.210	45,5	160	1,73	5.216	56,36	209	2,26	(335)	(3,62)	(205)	(2,22)
Taxa Líquida de Migração - TLM (%)	2,07		0,94		0,04		1,17		0,05		(0,07)		(0,05)	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,12		0,09		0,03		0,23		0,14		(0,11)		(0,18)	
Imigração	48.758	100	32.204	66,0	1.677	3,44	12.053	24,72	783	1,61	1.697	3,48	344	0,71
Emigração	34.661	100	18.583	53,6	2.083	6,01	9.248	26,68	642	1,85	3.563	10,28	542	1,56
VOLUME Migratório	83.419	100	50.787	60,9	3.760	4,51	21.301	25,53	1.425	1,71	5.260	6,31	886	1,06
Saldo Migratório - SM	14.097	100	13.621	96,6	(406)	(2,88)	2.805	19,90	141	1,00	(1.866)	(13,24)	(198)	(1,40)
Taxa Líquida de Migração - TLM (%)	2,78		2,69		(0,08)		0,55		0,03		(0,37)		(0,04)	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,17		0,27		(0,11)		0,13		0,10		(0,35)		(0,22)	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não sabem pela estrutura de migração por município conhecida.

Quanto aos municípios de Juiz de Fora e Uberlândia, ambos no Estado de Minas Gerais, notam-se tendências inversas ao observado para os municípios até então analisados, tendo em vista que os SM e os IEM denotam arrefecimento, entre os períodos, no total da migração de curto prazo (Tabelas 13 e 14²⁹).

Para o município de Juiz de Fora chama a atenção para o aumento da participação relativa na interação migratória com o próprio estado e saldos migratórios menores ou até mesmo negativos com as regiões brasileiras (Tabela 13). O número de imigrantes que fixaram residência neste município diminuiu de 35 mil para aproximadamente 30 mil, se comparados os quinquênios 1995-2000 e 2005-2010. De outro lado, o número de emigrantes cresceu de 21 mil para 23 mil no último quinquênio, o que promoveu uma queda similar no volume migratório, totalizando em torno de 53 mil migrantes no último quinquênio. Nota-se que o volume migratório em relação ao Estado de Minas Gerais manteve a participação de 52% em relação ao total, em ambos os quinquênios, crescendo, de outro lado, para as regiões Centro-Oeste e Sul, devido ao aumento no número de emigrantes e, em sentido contrário, apresentou queda em relação aos demais estados da região Sudeste, Nordeste e Norte.

As TLM, no mesmo sentido, mostram uma queda, do resultado líquido da migração no crescimento da população residente no município de Juiz de Fora, no ano de 2010. A estimativa da TLM de 1,25% ficou inferior à metade daquela verificada no ano de 2000, quando este município apresentou uma TLM de 3,16%. Contando com TLM positivas e decrescentes nos dois quinquênios estudados, e considerando a queda no volume migratório e o aumento de emigrantes para as demais regiões brasileiras, os resultados sugerem que o município de Juiz de Fora encontra dificuldades para atrair maiores contingentes de imigrantes que o número daqueles que perde para o restante do País.

Este resultado confirma-se pela queda absoluta do saldo migratório desagregado para o respectivo estado e para os municípios das demais regiões brasileiras. Enquanto no quinquênio 1995-2000, o município de Juiz de Fora contou com 52% de seu SM positivo resultante das trocas migratórias com o Estado de Minas Gerais e 40% relativo aos demais estados da Região Sudeste, também apresentou resultados positivos em relação às Regiões Nordeste e Norte. Em outro sentido, apresentou SM nulo com a Região Centro-Oeste, e já apresentava SM negativo em relação à Região Sul. No quinquênio 2005-2010, Juiz de Fora apresentou SM positivo menor em relação não somente ao estado, mas também em relação aos demais estados das regiões Sudeste e Nordeste, além de SM negativos com as regiões Centro-Oeste, Sul e Norte (Tabela 13).

O IEM mostrou que o saldo migratório favorável a Juiz de Fora, no quinquênio 2005-2010, gerou um valor de 0,13 de eficácia migratória, metade do valor observado para o IEM em 2000,

²⁹ As Tabelas 13 e 14 encontram-se no formato de tabela e texto no Anexo A17 e A18.

quando contou com um resultado de 0,26. O resultado daquele IEM, inferior ao apresentado no quinquênio 1995-2000 aponta para menor retenção de migrantes neste município, em relação ao País como um todo, ainda que apresente maior eficácia migratória em relação ao seu respectivo estado (0,19) e em relação à Região Nordeste (0,37), conforme detalha a Tabela 13.

O município de Uberlândia, por sua vez, apresenta tendência na dinâmica migratória semelhante ao observado para o município de Juiz de Fora no que se refere à queda no resultado líquido da migração, entre os quinquênios analisados. No entanto, para Uberlândia o ritmo de queda apresenta-se menos acentuado. A Tabela 14 detalha por regiões o volume migratório de 91 mil migrantes, observado no quinquênio 1995-2000, em boa medida resultante da interação deste município com o estado mineiro e os demais estados da Região Centro-Oeste e Sudeste, respectivamente. Neste período, enumerou-se o elevado número de imigrantes, 61 mil pessoas, que fixaram residência, enquanto aproximadamente 30 mil emigrantes saíram deste município para o restante do País. O volume migratório praticamente se manteve no quinquênio seguinte – 2005-2010, mas observou-se queda no número de imigrantes (56 mil) e aumento no número de emigrantes (33 mil), reafirmando a condição de região de passagem migratória para o município de Uberlândia.

Com a queda no volume da migração observou-se, de igual modo, a queda no SM, que passou de 31,5 mil no quinquênio 1995-2000, para aproximadamente 23 mil, resultado do período 2005-2010 (Tabela 14). Vale destacar que os SM calculados para os dois quinquênios mostram mudanças no padrão origem-destino dos migrantes. Enquanto no quinquênio 1995-2000, o SM positivo foi definido em larga medida pelos ganhos populacionais em relação ao Estado de Minas Gerais e aos demais estados da Região Centro-Oeste, no quinquênio 2005-2010, os ganhos líquidos se mantiveram com predominância dos demais municípios mineiros, e a Região Nordeste também passou a apresentar perdas populacionais líquidas para Uberlândia em números superiores aos observados para os demais estados do Sudeste e da Região Centro-Oeste.

As TLM, de igual modo, mostram uma queda, do resultado líquido da migração no crescimento da população residente no município de Uberlândia, no ano de 2010. A estimativa da TLM de 3,78% ficou bem abaixo daquela verificada no ano de 2000, quando este município apresentou uma TLM de 6,28% (Tabela 14). Contando com TLM positivas, mas decrescentes nos dois quinquênios estudados, e considerando a manutenção do volume migratório com aumento de emigrantes para as demais regiões brasileiras, com exceção da Região Norte, pode-se constatar que a população uberlandense continua crescendo a partir da importante contribuição do resultado líquido da migração, mas também mantém seu histórico papel de região de passagem migratória, em que boa

parte das pessoas que aqui chegam, realizam outra etapa migratória em direção aos demais estados do Sudeste e também da área de expansão agrícola no Centro-Oeste.

Quanto ao Índice de Eficácia Migratória (IEM), pode-se considerar que Uberlândia permanece como espaço socioeconômico com boa capacidade de retenção dos migrantes que passam por seu território. No quinquênio 2005-2010, o resultado da migração gerou um valor de 0,26 de eficácia migratória, inferior ao valor observado para o IEM em 2000, quando contou com um resultado de 0,35 (Tabela 14). O município de Uberlândia, diante destes resultados, mostra boa *performance* em atrair um maior número de imigrantes, fixando-os em seu território, ainda que também forneça um expressivo contingente de emigrantes para as demais regiões brasileiras.

Se observados os IEM em relação aos demais municípios mineiros e daqueles pertencentes aos demais estados brasileiros, nota-se que Uberlândia mantém o padrão de maior eficácia migratória em relação à Região Nordeste, ao respectivo estado e aos demais estados da Região Sudeste, respectivamente. Em relação à Região Nordeste, Uberlândia praticamente manteve em níveis similares os IEM nos dois quinquênios analisados, 0,53 e 0,51, respectivamente. No tocante aos demais municípios do Estado de Minas Gerais observou-se queda na eficácia migratória, de um período para outro, tendo em vista que o IEM caiu de 0,39 para 0,33, no último quinquênio. Em comparação aos demais estados da Região Sudeste observou-se o mesmo comportamento de queda no IEM, saindo de 0,37, no quinquênio 1995-2000, para 0,21, no quinquênio 2005-2010 (Tabela 14).

Os resultados da migração de curto prazo, realizada nos dois quinquênios analisados, mostram, desde já, diferentes dinâmicas migratórias para estes dois municípios mineiros, Juiz de Fora e Uberlândia. O primeiro, localizado na Zona da Mata mineira, ao manter forte interação migratória e de movimentos pendulares populacionais com os municípios de seu entorno, definindo-o como um arranjo populacional, deverá crescer num ritmo menor, na próxima década, que o segundo, também com forte interação com os demais municípios mineiros, mas com capacidade de atrair e fixar população com origem em regiões mais distantes, contando com baixa intensidade nos movimentos pendulares de população, o que o qualificou como um município isolado.

Constata-se, portanto, que Uberlândia, localizado na Região do Triângulo Mineiro, a noroeste do Estado de Minas Gerais, apresentou indicadores de migração interna de curto prazo que provavelmente, se mantidos na próxima década, poderão contribuir com aproximadamente 4% no crescimento da população residente, com possibilidade de crescimento no número de imigrantes não somente dos municípios mineiros de seu entorno, mas também de pessoas vindas de regiões mais distantes, inclusive com possibilidade de aumento no número de imigrantes com origem na Região Nordeste.

Tabela 13 – Município de Juiz de Fora (Estado de Minas Gerais): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	%L.	No Estado	%L.	Quinquênio 1995-2000									
					Região Centro-Oeste	%L.	Região Sudeste	%L.	Região Nordeste	%L.	Região Sul	%L.	Região Norte	%L.
Imigração	35.191	100	18.304	52,0	889	2,53	12.931	36,75	1.961	5,57	444	1,26	662	1,88
Emigração	20.747	100	10.804	52,1	890	4,29	7.203	34,72	677	3,26	727	3,50	446	2,15
Volume Migratório	55.938	100	29.108	52,0	1.779	3,18	20.134	35,99	2.638	4,72	1.171	2,09	1.108	1,98
Saldo Migratório - SM	14.444	100	7.500	51,9	(1)	(0,01)	5.728	39,66	1.284	8,89	(283)	(1,96)	216	1,50
Taxa Líquida de Migração - TLM(%)	3,16		1,64		(0,00)		1,25		0,28		(0,06)		0,05	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,26		0,26		(0,00)		0,28		0,49		(0,24)		0,19	
					Quinquênio 2005-2010									
Imigração	29.554	100	16.466	55,7	948	3,21	10.005	33,85	1.294	4,38	403	1,36	438	1,48
Emigração	22.949	100	11.176	48,7	1.573	6,85	8.140	35,47	590	2,57	915	3,99	555	2,42
Volume Migratório	52.503	100	27.642	52,6	2.521	4,80	18.145	34,56	1.884	3,59	1.318	2,51	993	1,89
Saldo Migratório - SM	6.605	100	5.290	80,1	(625)	(9,46)	1.865	28,24	704	10,66	(512)	(7,75)	(117)	(1,77)
Taxa Líquida de Migração - TLM(%)	1,28		1,02		(0,12)		0,36		0,14		(0,10)		(0,02)	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,13		0,19		(0,25)		0,10		0,37		(0,39)		(0,12)	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não sabem pela estrutura de migração por município conhecida.

Tabela 14 – Município de Uberlândia (Estado de Minas Gerais): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	%L.	No Estado	%L.	Quinquênio 1995-2000				Quinquênio 2005-2010					
					Região Centro-Oeste	%L.	Região Sudeste	%L.	Região Nordeste	%L.	Região Sul	%L.	Região Norte	%L.
Imigração	61.102	100	28.889	47,3	13.687	22,40	9.089	14,88	5.565	9,11	1.850	3,03	2.022	3,31
Emigração	29.607	100	12.662	42,8	8.436	28,49	4.166	14,07	1.716	5,80	1.051	3,55	1.576	5,32
Volume Migratório	90.709	100	41.551	45,8	22.123	24,39	13.255	14,61	7.281	8,03	2.901	3,20	3.598	3,97
Saldo Migratório - SM	31.495	100	16.227	51,5	5.251	16,67	4.923	15,63	3.849	12,22	799	2,54	446	1,42
Taxa Líquida de Migração - TLM (%)	6,28		3,24		1,05		0,98		0,77		0,16		0,09	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,35		0,39		0,24		0,37		0,53		0,28		0,12	
Imigração	55.659	100	29.179	52,4	9.540	17,14	7.698	13,83	6.316	11,35	1.160	2,08	1.766	3,17
Emigração	32.830	100	14.567	44,4	8.635	26,30	5.057	15,40	2.042	6,22	1.405	4,28	1.124	3,42
Volume Migratório	88.489	100	43.746	49,4	18.175	20,54	12.755	14,41	8.358	9,45	2.565	2,90	2.890	3,27
Saldo Migratório - SM	22.829	100	14.612	64,0	905	3,96	2.641	11,57	4.274	18,72	(245)	(1,07)	642	2,81
Taxa Líquida de Migração - TLM (%)	3,78		2,42		0,15		0,44		0,71		(0,04)		0,11	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,26		0,33		0,05		0,21		0,51		(0,10)		0,22	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não sabem pela estrutura de migração por município conhecida.

Quanto ao município de Ribeirão Preto, localizado no Estado de São Paulo, a Tabela 15³⁰ destaca a alteração para maiores saldos migratórios positivos, no quinquênio 2005-2010, quando comparado com o quinquênio 1995-2000, o que aumentou a eficácia migratória deste município em relação ao restante do País.

Nota-se que o número de imigrantes que fixaram residência neste município cresceu de 39 mil para 48 mil, de um quinquênio para outro. De outro lado, o número de emigrantes diminuiu de 36 mil para aproximadamente 30 mil, o que promoveu um aumento no volume migratório para em torno de 79 mil migrantes no último quinquênio. Esta dinâmica migratória quinquenal retorna ao município a condição de ganhador líquido de população, tendo em vista que o saldo migratório aumentou de 3 mil para 18 mil migrantes, entre os quinquênios destacados (Tabela 15).

As TLM, por sua vez, denotam uma contribuição de aproximadamente 3% do resultado líquido da migração quinquenal no crescimento da população residente no município de Ribeirão Preto, no ano de 2010, estimativa esta superior à verificada no ano de 2000, quando este município apresentou uma TLM de 0,6% (Tabela 15). Sugere-se, portanto, que com a manutenção das TLM positivas e crescentes nos dois quinquênios estudados, pode-se considerar que o município de Ribeirão Preto passa a contar com maior poder de fixação de população em seu território municipal.

Este resultado confirma a mudança nos fluxos migratórios de curto prazo, entre este município e o restante do País. Enquanto no quinquênio 1995-2000, o município de Ribeirão Preto contou com SM negativo resultante das trocas migratórias no próprio Estado de São Paulo, apresentando, de igual modo, SM negativo em relação à Região Centro-Oeste, manteve, por outro lado, pequenos SM positivos com o restante do Sudeste e com os municípios da Região Nordeste, Sul e Norte. No quinquênio seguinte 2005-2010, Ribeirão Preto retorna com SM positivo em relação ao estado, mantendo, de igual modo, SM positivo com as demais regiões brasileiras, com exceção do Centro-Oeste. Pelo menos no que se refere à migração quinquenal, Ribeirão Preto permanece perdendo população para os estados do Centro-Oeste, ainda que com insignificantes SM (Tabela 15).

O IEM mostra que o saldo migratório favorável a Ribeirão Preto, no quinquênio 2005-2010, gerou um valor de 0,23 de eficácia migratória, ou seja, o município foi eficaz na retenção de 23% do volume de migrantes. O resultado deste IEM, superior ao apresentado no quinquênio 1995-2000, valor de 0,04, aponta para a possibilidade de continuidade da dinâmica migratória observada na década de 2000, possibilitando que o município continue retendo maior número de migrantes em relação ao que perde para o restante do País, experimentando, também, taxa de crescimento demográfico positiva para a próxima década.

³⁰ A Tabela 15 encontra-se no formato de tabela e texto no Anexo A19.

Tabela 15 – Município de Ribeirão Preto (Estado de São Paulo): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	%L.	No Estado	%L.	Quinquênio 1995-2000					Quinquênio 2005-2010					
					Região Centro-Oeste	%L.	Região Sudeste	%L.	Região Nordeste	%L.	Região Sul	%L.	Região Norte	%L.	
Imigração	39.128	100	22.204	56,7	2.339	5,98	6.389	16,33	5.352	13,68	1.920	4,91	924	2,36	
Emigração	35.889	100	23.005	64,1	2.756	7,68	5.701	15,89	2.257	6,29	1.711	4,77	459	1,28	
Volume Migratório	75.017	100	45.209	60,3	5.095	6,79	12.090	16,12	7.609	10,14	3.631	4,84	1.383	1,84	
Saldo Migratório - SM	3.239	100	(801)	(24,7)	(417)	(12,87)	688	21,24	3.095	95,55	209	6,45	465	14,36	
Taxa Líquida de Migração - TLM(%)	0,64		(0,16)	(0,08)			0,14		0,61		0,04		0,09		
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,04		(0,02)	(0,08)			0,06		0,41		0,06		0,34		
Quinquênio 2005-2010															
Imigração	48.481	100	27.526	56,8	2.314	4,77	7.431	15,33	7.912	16,32	2.535	5,23	763	1,57	
Emigração	30.333	100	19.174	63,2	2.476	8,16	3.977	13,11	2.301	7,59	2.002	6,60	403	1,33	
Volume Migratório	78.814	100	46.700	59,3	4.790	6,08	11.408	14,47	10.213	12,96	4.537	5,76	1.166	1,48	
Saldo Migratório - SM	18.148	100	8.352	46,0	(162)	(0,89)	3.454	19,03	5.611	30,92	533	2,94	360	1,98	
Taxa Líquida de Migração - TLM(%)	3,00		1,38	(0,03)			0,57		0,93		0,09		0,06		
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,23		0,18	(0,03)			0,30		0,55		0,12		0,31		

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não sabem pela estrutura de migração por município conhecida.

Diante do exposto, a migração de curto prazo, explorada nesta seção para os seis municípios selecionados, parece indicar pelo menos quatro padrões:

1º O município de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul contou com SM positivos e IEM crescentes, em ambos os quinquênios analisados;

2º Os municípios de Feira de Santana (BA) e Ribeirão Preto (SP) retornam no quinquênio 2005-2010, a maiores SM positivos, em relação ao acanhados SM observados no quinquênio 1995-2000, bem como passam a contar com IEM mais robustos quando comparados com os insignificantes IEM apresentados anteriormente;

3º O município de Londrina (PR) manteve estável os SM positivos e os IEM, em ambos os quinquênios;

4º e, por fim, os municípios de Juiz de Fora e Uberlândia, ambos pertencentes ao Estado de Minas Gerais, mostraram comportamentos similares de queda no resultado líquido da migração de curto prazo, com SM positivos e menores, de um quinquênio para outro, apresentando, por isso mesmo, menores valores no IEM, no quinquênio 2005-2010, em relação ao anterior, ainda que para o município de Uberlândia o SM e o IEM sejam bem maiores aos valores observados para Juiz de Fora.

4. Migração de Longo Prazo: Década de 2000.

Nesta seção avalia-se a contribuição da migração de longo prazo, realizada ao longo da década de 2000, verificando o quanto a diferença migratória contribuiu para o estoque de população censitada ao final do período. Obtêm-se assim, os resultados pela diferença migratória entre o número de imigrantes e emigrantes de última etapa, ou seja, aquele ou aquela migrante que declarou, por ocasião da entrevista no Censo Demográfico em 2010, ter efetuado pelo menos uma etapa migratória em qualquer momento, ao longo dos últimos dez anos, em outro município brasileiro³¹.

Contando com uma diferença migratória de 42,3 mil migrantes, o município de Uberlândia foi aquele, entre os seis municípios selecionados, que contou com a maior proporção da migração líquida na década em relação à sua população residente em 2010: 7% (Tabela 16). Ao longo da década,

³¹ No Censo Demográfico de 2000 não se contou com este quesito, impossibilitando identificar o momento da última etapa migratória intraestadual, ao longo da década, e o município de residência anterior.

aproximadamente 103 mil imigrantes fixaram residência em Uberlândia, enquanto que 61 mil pessoas emigraram para outros municípios brasileiros.

O município de Ribeirão Preto também apresentou a expressiva diferença migratória de 36 mil migrantes, resultado líquido entre os 96 mil imigrantes e os 60 mil emigrantes que se movimentaram ao longo dos anos 2000. Este desempenho migratório resultou numa proporção de aproximadamente 6% da população residente em 2010 (Tabela 16).

Com a terceira maior diferença migratória, entre os municípios selecionados, Campo Grande apresentou o resultado líquido de 34 mil migrantes na década. Apesar de ter sido o município que mais recebeu migrante, em torno de 126 mil imigrantes, foi também daquele que mais pessoas saíram durante os dez anos, entre 2000-2010: 92 mil emigrantes. Mesmo assim, o produto líquido da migração de longo prazo representou 4,4% da população residente em 2010.

O município de Juiz de Fora, apesar de apresentar a quarta maior diferença migratória positiva, aproximadamente 17 mil migrantes, foi aquele que apresentou o menor número de imigrantes (58,6 mil) quanto de emigrantes (41,2 mil), entre os municípios selecionados, o que resultou numa proporção de 3,4% de migrantes no conjunto da população residente por ocasião do último censo (Tabela 16).

Os municípios de Feira de Santana e Londrina apresentaram as menores diferenças migratórias entre os municípios em estudo: 4,4 mil e 4,3 mil, respectivamente. Este resultado líquido da migração representou baixas proporções de residentes em 2010: 0,79% e 0,85%, nesta ordem (Tabela 16). Chama atenção, para estes dois municípios, os elevados números de imigrantes e emigrantes, que por se apresentarem em valores aproximados, geraram pequenos resultados líquidos positivos em favor dos mesmos, sugerindo que os municípios de Feira de Santana (BA) e Londrina (PR) apresentaram baixa retenção populacional, com acanhadas proporções desta migração de longo prazo no total de residentes ao final da Década de 2000 (Tabela 16).

A análise da diferença migratória para cada município selecionado em relação ao estado em que está inserido e aos demais estados brasileiros, reunidos por grandes regiões geográficas, denotam diferentes *performances*, definidas pela migração de longo prazo, na capacidade de atrair e reter migrantes de regiões mais próximas ou de municípios pertencentes a regiões mais distantes.

A capital estadual, Campo Grande, se considerada a diferença migratória positiva que apresentou em relação ao restante do País, mostrou uma dinâmica da migração na década mais intensa com os municípios de seu próprio estado, o Mato Grosso do Sul, e de maneira similar com os estados da Região Sudeste. Em relação aos demais estados da Região Centro-Oeste e daqueles que compõem a Região Sul do País, Campo Grande apresentou interações migratórias similares, se considerados os

números de imigrantes e emigrantes, conseguindo, no entanto, reter maior número de migrantes com origem na Região Sul, enquanto apresentou desprezível perda líquida de população para os outros estados da Região Centro-Oeste. Em relação às Regiões Nordeste e Norte, este município apresentou resultados líquidos positivos e próximos, entre si, denotando que a centralidade geográfica de Campo Grande e a sua condição administrativa de Capital numa região de expansão econômica potencializada pelo agronegócio, faz com que o mesmo apresente resultados migratórios positivos com seu entorno e com as outras regiões brasileiras, excetuando-se com os municípios pertencentes aos demais estados da Região Centro-Oeste, possivelmente com condições socioeconômicas similares no que se refere à dinâmica migratória.

Os municípios de Feira de Santana (BA) e Juiz de Fora (MG), apesar de localizados em distintos estados da Federação, apresentaram semelhante dinâmica migratória na década, se considerados os diferentes espaços territoriais definidos na Tabela 16. Observa-se que estes municípios apresentaram maiores diferenças migratórias (DM) positivas em relação ao próprio estado, certamente interagindo com os municípios do entorno, em relação aos quais apresentam ganhos líquidos de população. De igual modo apresentam resultados positivos de população, ainda que modestos, em relação aos demais estados da grande região em que se inserem, respectivamente, a Região Nordeste e a Região Sudeste. No entanto, em relação a áreas de expansão agrícola e econômica, como o Centro-Oeste, região geográfica mais distante dos mesmos, estes municípios apresentaram perdas líquidas de migrantes. Diferenciam-se, no entanto, em relação à Região Sudeste, para onde o município de Feira de Santana apresenta perda líquida de migrantes, enquanto Juiz de Fora, com posição geográfica central em relação aos grandes centros urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, conta com resultados líquidos positivos. Juiz de Fora também apresentou DM positiva em relação à Região Nordeste e, de maneira similar à Feira de Santana, contou com insignificantes resultados líquidos da migração interna relativamente às Regiões Sul e Norte.

O município de Londrina (PR), por sua vez, apresentou, na última década, uma dinâmica migratória mais intensa que Feira de Santana e Juiz de Fora, se considerados o volume da migração na década, mas, ainda assim, apresentou resultado líquido positivo menor que estes municípios, DM esta garantida por sua proximidade geográfica com o Estado de São Paulo, o que lhe propiciou maiores DM positivas em relação à Região Sudeste. Londrina perde, no entanto, em termos líquidos, população para os demais estados integrantes de sua própria região geográfica, a Região Sul, e para as áreas de expansão agrícola das dinâmicas Regiões Centro-Oeste e Norte, o que, ao final das contas, acaba sugerindo a condição de município de passagem de migrantes no estado ou da vizinha Região Sudeste, em direção a regiões mais dinâmicas do Sul ou do Centro-Oeste brasileiros (Tabela 16).

Quanto aos municípios de Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG), aqueles com maior proximidade geográfica entre si, em relação aos demais municípios da análise, e localizados em áreas consolidadas pelo desenvolvimento potencializado pela dinâmica socioeconômica do eixo entre as metrópoles financeira-industrial e administrativa, respectivamente, São Paulo-Brasília, pode-se inferir que apresentaram uma dinâmica migratória de longo prazo análoga, com expressivas diferenças migratórias (DM) positivas, considerando os ganhos líquidos de população, qualquer que seja a região de origem e destino dos migrantes (Tabela 16³²).

Nota-se que estes municípios apresentaram as maiores DM positivas em relação ao seu respectivo estado, possivelmente pelos maiores fluxos de migrantes com os municípios que compõem suas regiões de influência em São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, as vizinhas Mesorregiões de Ribeirão Preto e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Numa segunda posição, as DM com a Região Nordeste, para estes dois municípios, aparecem superiores aos resultados líquidos apresentados em relação aos demais estados da Região Sudeste, indicando que Ribeirão Preto e Uberlândia apresentam capacidade de atrair e fixar, em seus territórios, não somente migrantes de localidades menos distantes, mas pessoas vindas de regiões longínquas localizadas nos estados nordestinos do Brasil. Finalmente, em relação às regiões Sul, Norte e Centro-Oeste, na ordem, estes dois municípios apresentaram menores DM positivas, quando comparadas com as observadas para outras regiões.

Os resultados da migração de longo prazo, para os municípios selecionados, mostram que a dinâmica migratória pode convergir ou não para padrões similares ao sugerido pela mobilidade pendular da população de municípios do entorno por motivo de trabalho ou estudo. As dinâmicas migratórias na Década de 2000, por exemplo, para Ribeirão Preto e Uberlândia foram similares, ainda que apresentassem diferentes níveis de mobilidade pendular, nível este que, por ser alto no município de Ribeirão Preto o definiu compondo um arranjo populacional, enquanto Uberlândia, com menor intensidade de movimentos pendulares de pessoas residentes em municípios do entorno para seu núcleo urbano, foi tipificado como um município isolado. De igual modo, Juiz de Fora delineado como arranjo populacional por sua larga mobilidade pendular com os municípios do entorno, apresentou dinâmica migratória semelhante ao município isolado de Feira de Santana.

³² A Tabela 16 encontra-se em formato texto nos anexos A20 e A21.

Tabela 16 – Municípios Selecionados: Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras, na Década 2000-2010.

Indicadores da Migração Interna na Década	Total	%L.	No Estado	%L.	Região Centro-Oeste		Região Sudeste		Região Nordeste		Região Sul		Região Norte	
					%L.	%L.	%L.	%L.	%L.	%L.	%L.	%L.	%L.	%L.
Caapo Grande - MS														
Imigração	126.079	100	59.012	46,8	12.976	10,29	27.399	21,73	6.567	5,21	13.648	10,82	6.477	5,14
Emigração	91.707	100	45.638	49,8	13.282	14,48	16.281	17,75	2.878	3,14	10.518	11,47	3.110	3,39
Diferença Migratória - DM	34.372	100	13.374	38,9	(306)	(0,89)	11.118	32,35	3.689	10,73	3.130	9,11	3.367	9,80
Proporção DM/ População Residente em 2010 (PPR em %)	4,37		1,70	(0,04)			1,41	0,47			0,40		0,43	
Feira de Santana - BA														
Imigração	64.391	100	49.276	76,5	681	1,06	6.991	10,86	5.789	8,99	899	1,40	755	1,17
Emigração	60.007	100	37.824	63,0	1.791	2,98	13.890	23,15	4.843	8,07	898	1,50	761	1,27
Diferença Migratória - DM	4.384	100	11.452	261,2	(1.110)	(25,32)	(6.899)	(157,37)	946	21,58	1	0,02	(6)	(0,14)
Proporção DM/ População Residente em 2010 (PPR em %)	0,79		2,06	(0,20)			(1,24)	0,17			0,00		(0,00)	
Londrina - PR														
Imigração	71.270	100	39.784	55,8	3.186	4,47	23.457	32,91	1.361	1,91	2.699	3,79	783	1,10
Emigração	66.974	100	36.294	54,2	4.814	7,19	17.957	26,81	1.152	1,72	5.646	8,43	1.111	1,66
Diferença Migratória - DM	4.296	100	3.490	81,2	(1.628)	(37,90)	5.500	128,03	209	4,86	(2.947)	(68,60)	(328)	(7,64)
Proporção DM/ População Residente em 2010 (PPR em %)	0,85		0,69	(0,32)			1,09	0,04			(0,58)		(0,06)	
Juiz de Fora - MG														
Imigração	58.609	100	32.266	55,1	2.128	3,63	19.745	33,69	2.305	3,93	1.066	1,82	1.099	1,88
Emigração	41.213	100	20.584	49,9	2.185	5,30	15.401	37,37	1.168	2,83	1.065	2,58	810	1,97
Diferença Migratória - DM	17.396	100	11.682	67,2	(57)	(0,33)	4.344	24,97	1.137	6,54	1	0,01	289	1,66
Proporção DM/ População Residente em 2010 (PPR em %)	3,37		2,26	(0,01)			0,84	0,22			0,00		0,06	
Uberlândia - MG														
Imigração	103.276	100	52.226	50,6	17.979	17,41	15.265	14,78	11.081	10,73	2.987	2,89	3.738	3,62
Emigração	60.984	100	25.438	41,7	17.730	29,07	8.987	14,74	3.756	6,16	2.676	4,39	2.397	3,93
Diferença Migratória - DM	42.292	100	26.788	63,3	249	0,59	6.278	14,84	7.325	17,32	311	0,74	1.341	3,17
Proporção DM/ População Residente em 2010 (PPR em %)	7,00		4,44	0,04			1,04	1,21			0,05		0,22	
Ribeirão Preto - SP														
Imigração	95.899	100	53.566	55,9	4.358	4,54	16.037	16,72	15.593	16,26	4.531	4,72	1.814	1,89
Emigração	59.884	100	38.296	64,0	4.115	6,87	8.634	14,42	4.478	7,48	3.386	5,65	975	1,63
Diferença Migratória - DM	36.015	100	15.270	42,4	243	0,67	7.403	20,56	11.115	30,86	1.145	3,18	839	2,33
Proporção DM/ População Residente em 2010 (PPR em %)	5,96		2,53	0,04			1,22	1,84			0,19		0,14	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU. Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não sabem pela estrutura de migração por município conhecida.

Os resultados líquidos da migração de longo prazo, observada na Década de 2000 para os municípios selecionados, podem apresentar especificidades se detalhados por sexo, grupos de idade ou nível de instrução dos migrantes.

A Tabela 17, ao apresentar as diferenças migratórias (DM) por sexo, calculadas para cada município, destacam que, com exceção de Londrina (PR), todos os demais municípios estudados apresentaram participação relativa maior de mulheres na composição das DMT (diferença migratória total) positivas. O município de Londrina apresentou maior participação relativa de homens na DMT, certamente devido à DMM (diferença migratória masculina) em relação à Região Sudeste, da qual originaram a maior parte dos emigrantes em direção à Londrina.

Se consideradas as DM em relação ao próprio estado em que estão inseridos os municípios em estudo, observa-se que para todos eles as mulheres representaram a maioria no resultado líquido da migração de longo prazo, sendo que para o município de Uberlândia a participação relativa de mulheres, ainda que superior, apresenta valores próximos à participação relativa de homens na DMT (Tabela 17). Pode-se considerar que, a proximidade com estes dinâmicos centros urbanos estimula a um maior contingente de mulheres a emigrarem de municípios menores e com características rurais, localizados no entorno dos mesmos.

Chama atenção, na Tabela 17, que em relação à Região Centro-Oeste, independentemente de municípios com DM positivas ou negativas, todos eles apresentaram DMM negativas, ou seja, todos os municípios estudados perderam, em termos líquidos, população masculina para esta região, certamente para as localidades de expansão agrícola e que absorvem maior contingente de homens em suas atividades agroindustriais. No caso do município de Campo Grande (MS), observa-se que o mesmo apresentou maior participação relativa de homens na composição das DMT para as Regiões Sudeste, Nordeste e Sul, sendo que relativamente à Região Norte a DMF (diferença migratória feminina) foi superior.

Em relação à Região Sudeste, os municípios de Campo Grande, Londrina e Uberlândia apresentaram DMM positivas superiores ao calculado para as mulheres. O município de Feira de Santana que contou com DMT negativa em relação ao Sudeste apresentou maior percentual de homens na composição da mesma, ou seja, apresentou maior perda líquida de população masculina para os estados da Região Sudeste. Os municípios de Juiz de Fora e Ribeirão Preto, em outro sentido, apresentaram maior percentual feminino nas DMT positivas, em relação aos demais estados do Sudeste (Tabela 17).

Tabela 17 – Municípios Selecionados: Diferença Migratória (DM) por sexo, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras, na Década 2000-2010 (%).

Diferença Migratória por Sexo e Região (%)	Total	No Estado	Região Centro-Oeste	Região Sudeste	Região Nordeste	Região Sul	Região Norte
Campo Grande - MS							
DM Feminina - DMF	56,16	25,09	1,09	15,37	4,51	4,28	5,82
DM Masculina - DMM	43,84	13,85	(1,98)	16,95	6,21	4,85	3,96
DM Total (DM = 34.372 migrantes)	100	38,94	(0,89)	32,32	10,72	9,13	9,78
Feira de Santana - BA							
DM Feminina - DMF	129,80	191,35	(8,46)	(66,67)	11,66	0,68	1,24
DM Masculina - DMM	(29,80)	70,25	(16,83)	(90,80)	9,41	(0,54)	(1,29)
DM Total (DM = 4.384 migrantes)	100	261,60	(25,29)	(157,47)	21,07	0,14	(0,05)
Londrina - PR							
DM Feminina - DMF	44,31	50,99	(19,94)	44,97	3,67	(33,26)	(2,12)
DM Masculina - DMM	55,69	30,21	(17,98)	83,16	1,23	(35,34)	(5,59)
DM Total (DM = 4.296 migrantes)	100	81,20	(37,92)	128,13	4,90	(68,60)	(7,71)
Juiz de Fora - MG							
DM Feminina - DMF	59,49	41,95	0,51	15,06	2,53	(0,73)	0,17
DM Masculina - DMM	40,51	25,18	(0,85)	9,93	4,02	0,73	1,50
DM Total (DM = 17.396 migrantes)	100	67,13	(0,34)	24,99	6,55	-	1,67
Uberlândia - MG							
DM Feminina - DMF	50,55	32,73	1,91	5,39	8,42	0,14	1,96
DM Masculina - DMM	49,45	30,66	(1,36)	9,48	8,88	0,59	1,20
DM Total (DM = 42.292 migrantes)	100	63,39	0,55	14,87	17,30	0,73	3,16
Ribeirão Preto - SP							
DM Feminina - DMF	57,88	26,65	1,23	12,67	14,50	1,26	1,57
DM Masculina - DMM	42,12	15,75	(0,55)	7,87	16,39	1,92	0,74
DM Total (DM = 36.015 migrantes)	100	42,40	0,68	20,54	30,89	3,18	2,31

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não sabem pela estrutura de migração por município conhecida.

Se analisadas as diferenças migratórias sob o prisma de grandes grupos etários, conforme detalha a Tabela 18, pode-se perceber que predominam maiores participações relativas na composição da DMT da migração no grupo etário (GE) de 20 a 44 anos, ou seja, todos os seis municípios selecionados apresentaram maior participação relativa nos ganhos líquidos de migrantes justamente naquelas idades de maior pressão para acesso ao mercado de trabalho ou de procura de educação em nível médio e superior. A transição demográfica experimentada pela população brasileira, com maior contingente de pessoas nas idades ativas, fomenta a migração de pessoas nas primeiras idades adultas na direção de municípios polos.

Feira de Santana, município do Estado da Bahia, por exemplo, apesar de apresentar a maior participação relativa de pessoas na DM do GE 20-44 anos, resultante em boa medida da DMT positiva experimentada em relação a seu respectivo estado, com larga participação relativa na composição desta da DMF, mostrou, em sentido oposto, a maior DM negativa no GE 0-19 anos, se comparados os municípios em estudo (Tabela 18). Pode-se supor que este resultado deve-se, em larga medida, aos efeitos da migração familiar na direção das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, tendo em vista que este município baiano apresentou DM negativas para quaisquer GE em relação a estas duas regiões brasileiras. Pode-se ter, assim, um fluxo maior de crianças e jovens saindo do município, acompanhando suas famílias, em direção a regiões mais dinâmicas do País, enquanto que, o maior fluxo de imigrantes que chega a Feira de Santana, com origem no interior da Bahia, provavelmente estaria constituído por pessoas nas primeiras idades adultas e sem o acompanhamento de filhos nas idades infantis.

Destaca-se também, para Feira de Santana, a maior participação relativa do GE 65 anos e mais na composição da DMT, em relação aos demais municípios. Nota-se, nos dados da Tabela 18, que esta maior participação relativa positiva diz respeito aos migrantes do próprio estado e, provavelmente, resultante da DMF. Especula-se que são idosos que buscam as amenidades de um município com melhor oferta de serviços públicos, de recursos médicos, de lazer e de outras facilidades e acessibilidades requeridas pelas pessoas com idades mais avançadas e que podem, inclusive, contar com algum tipo de deficiência ou incapacidade. Não se pode desconsiderar, de igual modo, que os idosos podem migrar acompanhando suas famílias, com características mais recentes de famílias estendidas, pois agregam diversos parentes, conforme já discutido em trabalho recente (WAJNMAN, 2012³³).

³³ WAJNMAN, S. **Demografia das Famílias e dos Domicílios Brasileiros**. Tese Professor Titular - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

Tabela 18 – Municípios Selecionados: Diferença Migratória (DM) por grandes Grupos Etários (GE) em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras, na Década 2000-2010 (%).

Diferença Migratória por Grupo Etário e Região (%)	Total	No Estado	Região Centro-Oeste	Região Sudeste	Região Nordeste	Região Sul	Região Norte
Campo Grande - MS							
GE 0 a 19 anos	16,21	4,36	0,23	4,66	2,15	1,25	3,56
GE 20 a 44 anos	67,09	30,02	(0,08)	19,83	6,85	5,60	4,87
GE 45 a 64 anos	10,09	2,50	(1,56)	5,43	0,94	1,63	1,15
GE 65 anos e mais	6,61	2,02	0,54	2,43	0,78	0,61	0,23
GE Total (DM = 34.372 migrantes)	100	38,90	(0,87)	32,35	10,72	9,09	9,81
Feira de Santana - BA							
GE 0 a 19 anos	(35,00)	(14,91)	(0,92)	(31,57)	5,44	4,94	2,02
GE 20 a 44 anos	97,64	233,43	(18,87)	(123,48)	13,32	(5,53)	(1,23)
GE 45 a 64 anos	19,96	26,19	(4,15)	(1,96)	-	0,50	(0,62)
GE 65 anos e mais	17,40	17,33	(1,37)	(0,37)	1,97	0,11	(0,27)
GE Total (DM = 4.384 migrantes)	100	262,04	(25,31)	(157,38)	20,73	0,02	(0,10)
Londrina - PR							
GE 0 a 19 anos	(3,06)	(14,18)	(4,81)	32,71	0,06	(14,06)	(2,78)
GE 20 a 44 anos	78,25	83,19	(24,79)	56,08	6,47	(35,61)	(7,09)
GE 45 a 64 anos	16,54	13,36	(6,48)	24,22	(2,98)	(14,36)	2,78
GE 65 anos e mais	8,27	0,03	(2,05)	13,42	1,41	(4,13)	(0,41)
GE Total (DM = 4.296 migrantes)	100	82,40	(38,13)	126,43	4,96	(68,16)	(7,50)
Juiz de Fora - MG							
GE 0 a 19 anos	26,57	14,43	0,40	8,32	3,38	(0,15)	0,19
GE 20 a 44 anos	45,35	38,66	(0,53)	3,00	3,31	(0,08)	0,99
GE 45 a 64 anos	21,52	11,76	0,13	8,85	(0,01)	0,40	0,39
GE 65 anos e mais	6,56	1,89	(0,31)	4,95	0,11	(0,18)	0,10
GE Total (DM = 34.372 migrantes)	100	66,74	(0,31)	25,12	6,79	(0,01)	1,67
Uberlândia - MG							
GE 0 a 19 anos	22,67	13,09	0,29	3,34	4,75	0,04	1,16
GE 20 a 44 anos	60,55	38,93	1,85	7,45	10,74	0,06	1,52
GE 45 a 64 anos	12,61	8,93	(1,55)	3,35	1,37	0,31	0,20
GE 65 anos e mais	4,17	2,39	0,02	0,70	0,45	0,33	0,28
GE Total (DM = 42.292 migrantes)	100	63,34	0,61	14,84	17,31	0,74	3,16
Ribeirão Preto - SP							
GE 0 a 19 anos	13,06	(2,23)	1,19	3,86	8,64	0,68	0,92
GE 20 a 44 anos	70,02	34,89	(0,53)	13,02	20,19	1,14	1,31
GE 45 a 64 anos	13,12	7,78	(0,36)	2,70	1,82	1,22	(0,04)
GE 65 anos e mais	3,80	1,93	0,42	0,96	0,20	0,16	0,13
GE Total (DM = 36.015 migrantes)	100	42,37	0,72	20,54	30,85	3,20	2,32

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Uberlândia (MG) também se destaca na análise por grandes grupos etários por ser o único município dos seis estudados que não apresentou DM negativa, em relação a qualquer outra região brasileira, no grupo etário composto pelas primeiras idades adultas (GE 20 a 44 anos). Certamente, por seu mercado de trabalho e por sua rede de ensino médio e superior, este município consegue reter maior contingente de adultos jovens.

E por último, se distribuídas as diferenças migratórias calculadas para cada município, por nível de instrução básico (educação infantil e ensino fundamental), ensino médio ou superior (ensino universitário, incluindo a Pós-Graduação), conforme detalha a Tabela 19, pode-se dividir os seis municípios selecionados em três duplas com padrões de DMT por nível de instrução similares: 1^a - Municípios com DMT positivas e maior participação relativa da DM dada pelo nível de instrução básico, apresentando, no entanto, participação relativa baixa da DM com nível de instrução superior; 2^a - Municípios com DMT positivas e maiores para o nível de instrução médio, mostrando, porém, DM negativas para o nível de instrução superior, e, 3^a – Municípios com DMT positivas e relevantes para os níveis de ensino básico e médio e, de maneira complementar, também apresentam significativas participações relativas da DM em nível de instrução superior.

Compõe a primeira dupla os municípios de Juiz de Fora e Uberlândia, ambos localizados no Estado de Minas Gerais, e que mostraram expressivas percentagens da DM positiva representada por migrantes com nível de instrução básica, ainda que Juiz de Fora apresente uma participação relativa da DM com instrução média similar. Estes dois municípios contaram, por outro lado, com baixos ganhos líquidos de migrantes com nível de instrução superior (Tabela 19). Apesar de não se observar DM negativas, Juiz de Fora e Uberlândia também não se beneficiaram de ganhos líquidos de população mais qualificada, aquela com curso superior completo, mas sim, promoveram maior retenção de população nos níveis de ensino básico: Infantil e Fundamental (Tabela 19).

Os municípios de Feira de Santana e Londrina apresentaram maior participação relativa referente à DM do nível de instrução médio e percentuais negativos se consideradas as DM relativas ao nível de instrução superior (Tabela 19). Apesar de Londrina também apresentar DM negativa para o nível de instrução básico, fica evidente que estes dois municípios apresentaram perdas líquidas de pessoas com maior nível de qualificação para o restante do País.

Quanto aos municípios de Campo Grande e Ribeirão Preto, ambos apresentaram valores próximos das participações relativas das DM relativas aos níveis de ensino básico e médio, mas chamaram atenção pelos maiores percentuais positivos das DM referentes ao nível de ensino

superior (Tabela 19). Estes municípios foram capazes de atrair e reter, em termos líquidos e proporcionais, maior contingente de pessoas com qualificação em nível superior, em boa medida do maior número de imigrantes vindos do próprio estado ou dos demais estados da Região Sudeste.

Estes resultados parecem sugerir, que os municípios de Juiz de Fora e Uberlândia, por contarem com maiores resultados líquidos da migração relativos aos GE 0 a 19 anos, quando observados os valores dos demais municípios; com as DM dos GE 20 a 44 superiores às daquelas (Tabela 18) e com predominância das DMF (Tabela 17), atuaram como polos de atração populacional de pessoas com nível básico e médio e que buscam educação em nível superior, a maior parte mulheres, uma vez que estes municípios contam com importantes universidades.

Já a Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, o município de Campo Grande, e o dinâmico município paulista de Ribeirão Preto, por suas diversificadas e complexas estruturas urbanas, conseguiram contar com os maiores resultados líquidos da migração compostos por migrantes com formação completa em nível superior, certamente pela atratividade que exerceram para pessoas com mais alta qualificação e que se inseriram em seus mercados de trabalho, compostos por atividades administrativas, serviços, agronegócios e parque industrial e tecnológico diversificado.

E, por fim, os municípios de Feira de Santana e Londrina perdem “cérebros”, se considerado o jargão utilizado para perda líquida de pessoas com nível educacional superior. Para estes municípios o contingente de emigrantes qualificados é superior ao número de imigrantes que fixam residência nos mesmos com qualificação superior (Tabela 19). Feira de Santana ao apresentar DM negativa de pessoas com nível superior para o estado em que está inserida sugere que esta perda líquida seja, provavelmente, para a região metropolitana nucleada pela capital Salvador. Londrina, por sua vez, ainda que apresente ganhos líquidos de população mais qualificada com origem na Região Sudeste, teve sua DM neste nível de instrução definida pela perda líquida de migrantes com nível superior para localidades mais dinâmicas, pertencentes às Regiões Centro-Oeste, Sul e Norte.

Tabela 19 – Municípios Selecionados: Diferença Migratória (DM) por Nível de Instrução, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras, na Década 2000-2010 (%).

Diferença Migratória por Grupo Etário e Região (%)	Total	No Estado	Região Centro-Oeste	Região Sudeste	Região Nordeste	Região Sul	Região Norte
Campo Grande - MS							
Nível de Instrução Básico	43,15	12,41	(1,12)	15,48	7,26	4,01	5,11
Nível de Instrução Médio	43,35	22,54	1,72	9,17	2,60	3,94	3,38
Nível de Instrução Superior	13,50	4,19	(1,53)	7,53	0,87	1,13	1,31
Total (DM = 34.372 migrantes)	100	39,14	(0,93)	32,18	10,73	9,08	9,80
Feira de Santana - BA							
Nível de Instrução Básico	34,29	161,72	(16,66)	(123,18)	10,42	1,56	0,43
Nível de Instrução Médio	70,92	110,39	(8,37)	(34,82)	7,54	(3,52)	(0,30)
Nível de Instrução Superior	(5,21)	(9,82)	(0,42)	(0,34)	3,56	2,09	(0,28)
Total (DM = 4.384 migrantes)	100	262,29	(25,45)	(158,34)	21,52	0,13	(0,15)
Londrina - PR							
Nível de Instrução Básico	(4,82)	(10,13)	(7,42)	39,26	5,59	(30,26)	(1,86)
Nível de Instrução Médio	123,42	80,67	(8,93)	70,26	1,25	(18,97)	(0,86)
Nível de Instrução Superior	(18,60)	11,85	(22,08)	18,06	(1,79)	(19,65)	(4,99)
Total (DM = 4.296 migrantes)	100	82,39	(38,43)	127,58	5,05	(68,88)	(7,71)
Juiz de Fora - MG							
Nível de Instrução Básico	49,71	29,01	0,24	15,77	4,53	(0,05)	0,21
Nível de Instrução Médio	48,32	31,48	1,18	12,48	1,33	0,36	1,49
Nível de Instrução Superior	1,97	5,73	(1,78)	(3,29)	0,67	(0,32)	0,96
Total (DM = 17.396 migrantes)	100	66,22	(0,36)	24,96	6,53	(0,01)	2,66
Uberlândia - MG							
Nível de Instrução Básico	58,34	31,08	1,54	7,70	14,62	0,59	2,81
Nível de Instrução Médio	36,19	23,86	3,61	5,04	2,70	0,27	0,71
Nível de Instrução Superior	5,47	8,40	(4,58)	2,06	0,06	(0,12)	(0,35)
Total (DM = 42.292 migrantes)	100	63,34	0,57	14,80	17,38	0,74	3,17
Ribeirão Preto - SP							
Nível de Instrução Básico	45,12	4,40	1,50	9,40	25,29	2,25	2,28
Nível de Instrução Médio	36,57	22,57	0,69	7,45	5,64	0,08	0,14
Nível de Instrução Superior	18,31	15,25	(1,52)	3,73	0,08	0,85	(0,08)
Total (DM = 36.015 migrantes)	100	42,22	0,67	20,58	31,01	3,18	2,34

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

5. Considerações Finais.

Este estudo demográfico de seis municípios selecionados: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Londrina (PR), Juiz de Fora (MG), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG) permitiu relacionar alguns aspectos similares ou destacar diferentes padrões na dinâmica populacional definida pelo ritmo de crescimento, alterações na composição por idade e sexo, ou mensurar o impacto das migrações observadas no curto ou longo prazos no tamanho das populações municipais residentes.

No que se refere ao ritmo de crescimento destes municípios, as taxas de crescimento anuais (TC), observadas nos períodos intercensitários de 1991/2000 e 2000/2010, reforçam a perspectiva de menor ritmo no crescimento demográfico para a década vigente, na qual estes municípios apresentarão TC menores que 2% a.a., possibilitando, mesmo assim, que continuem a manter a condição de polos urbanos com forte interação demográfica intraestadual, inclusive com ganhos líquidos de população, e se configurem como aglomerações eminentemente urbanas, superando a marca de 90% de seus residentes concentrados no espaço urbano, com um volume residual de população residindo no espaço rural.

Ficou evidenciado que a persistente urbanização da população brasileira se refletiu de maneira clara na distribuição por sexo dos residentes nos municípios selecionados, tendo em vista a maior proporção de mulheres no meio urbano, enquanto no meio rural predominam os homens, com exceção de Feira de Santana em que ocorre maior proporção de mulheres no urbano e no rural.

Os resultados permitem especular que, para além do município de Campo Grande (MS), os municípios de Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG) devem se consolidar como grandes aglomerações urbanas na próxima década, superando a marca de 750 mil residentes nos mesmos.

Outro aspecto similar observado entre os municípios selecionados, diz respeito à razão de dependência (RD) do contingente de crianças, adolescentes e idosos, em relação às pessoas em idade ativa, calculada a partir das informações por idade, em 2010. Todos os municípios polos selecionados apresentaram RD inferior à brasileira, devido à larga contribuição da migração para estes municípios, observada ao longo destes 30 anos, de pessoas em idades ativas. Entre os municípios selecionados, Feira de Santana mantém a maior RD (0,43), enquanto Uberlândia apresenta a menor RD (0,38), em 2010, comparados aos demais municípios.

Esta situação tem sua gênese nas proporções de pessoas no grupo etário de 15 a 64 anos que cresceu para o País como um todo, saindo de 58% em 1980, aproximadamente, para 69% do total de residentes em 2010, como também para todos os municípios selecionados. Ainda que tenham apresentado proporções aproximadas, foi o município de Uberlândia, em 2010, que apresentou a maior participação relativa de pessoas em idades ativas (72%).

As mudanças na estrutura etária confirmaram o processo de lento amadurecimento da população brasileira, mostrando que a idade mediana (IM) aumentou nos últimos trinta anos, se aproximando do centro de idades consideradas adultas, entre 15 e 65 anos. Quando se comparam as IM por sexo, observa-se que, para todos os municípios as IM das populações de mulheres são superiores em relação às aquelas calculadas para os homens, em ambos os anos em estudo. Assim, os municípios ao apresentarem elevado grau de urbanização e maior relação de sexo favorável às mulheres mostram uma população residente com idade mediana feminina superior à masculina.

Evidenciou-se, no mesmo sentido, que tanto para o Brasil, quanto para os estados e os municípios selecionados a composição da população residente, por grupos etários quinquenais, alterou-se, significativamente, com predomínio de pessoas nas idades jovens e adultas, acima de 10 anos, em 2010.

Quanto ao processo de envelhecimento populacional, as estruturas etárias confirmam o crescimento nas proporções de pessoas em idades mais avançadas. De um topo estreito, verificado nas pirâmides etárias de 1980, passa-se a observar um expressivo alargamento do topo nas estruturas etárias em 2010, com maiores proporções de pessoas com idades acima de 65 anos, inclusive com relevante aumento nas proporções dos idosos com mais de 80 anos.

Com relação à migração de curto prazo, resultante da mudança de residência de pessoas residentes nos municípios selecionados de e para os demais municípios brasileiros, nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, foi possível definir, com base na mensuração da mesma, quatro padrões:

1º O município de Campo Grande contou com saldos migratórios (SM) positivos e índice de eficácia migratória (IEM) crescentes, em ambos os quinquênios analisados;

2º Os municípios de Feira de Santana (BA) e Ribeirão Preto (SP) retornam, no quinquênio 2005-2010, a maiores SM positivos, bem como passam a contar com IEM mais robustos quando comparados com os IEM do quinquênio anterior;

3º O município de Londrina (PR) manteve estável os SM positivos e os IEM, em ambos os quinquênios;

4º e, os municípios de Juiz de Fora e Uberlândia mostraram comportamentos similares de queda no resultado líquido da migração de curto prazo, com SM positivos e menores, de um quinquênio para outro, apresentando, por isso mesmo, menor valor no IEM, no quinquênio 2005-2010, em relação ao período anterior, ainda que para o município de Uberlândia o SM e o IEM sejam bem maiores que os valores observados para o município de Juiz de Fora.

E por último, quando se analisou a migração de longo prazo, conceito de última etapa migratória que não se confunde com da migração de data fixa no quinquênio, discutido nas linhas anteriores, mudam-se os resultados com base na mudança de residência de pessoas nos municípios selecionados para outros municípios brasileiros, ao longo da Década de 2000, permitindo a definição de três padrões com base nas diferenças migratórias (DM) calculadas para cada município:

1º - Os municípios de Juiz de Fora e Uberlândia mostraram expressivas percentagens da DM positiva representada por migrantes com nível de instrução básica, ainda que Juiz de Fora apresente uma participação relativa da DM com instrução média similar. Estes dois municípios contaram, por outro lado, com baixos ganhos líquidos de migrantes com nível de instrução superior. Apesar de não se observar DM negativas, Juiz de Fora e Uberlândia também não se beneficiaram de ganhos líquidos de população mais qualificada, aquela com curso superior completo, mas sim, promoveram maior retenção de população nos níveis de ensino iniciais (infantil e fundamental). Os resultados sugeriram, assim, que os municípios de Juiz de Fora e Uberlândia, por contarem com expressivos resultados líquidos da migração relativos aos grupos etários (GE) 0 a 19 anos, com a DM dos GE 20 a 44 ainda superiores àquelas e com predominância das diferenças migratórias femininas (DMF), atuaram como polos de atração populacional predominante de pessoas com nível básico e médio, com maioria de mulheres;

2º Os municípios de Feira de Santana e Londrina apresentaram maior participação relativa referente à DM do nível de instrução médio e percentuais negativos nas DM relativas ao nível de instrução superior. Apesar de Londrina também apresentar DM negativa para o nível de instrução básico, ficou evidente que estes dois municípios apresentaram perdas líquidas de pessoas com maior nível de qualificação para o restante do País. Para eles o contingente de emigrantes qualificados é superior ao número de imigrantes que fixam residência nos mesmos com qualificação superior;

3º E, por fim, os resultados da migração de longo prazo para os municípios de Campo Grande e Ribeirão Preto chamaram atenção pelos maiores percentuais positivos das DM referentes ao nível de ensino superior. Estes municípios foram capazes de atrair e reter, em termos líquidos e proporcionais, maior contingente de pessoas com qualificação em nível superior, quando comparados aos outros municípios selecionados, em boa medida pelo maior número de imigrantes vindos do próprio estado ou dos demais estados da Região Sudeste.

Diante do exposto, com a pretensão de sintetizar os resultados obtidos, foi possível definir-se quatro padrões demográficos que emergiram das similaridades e diferenças populacionais, observadas entre os seis municípios selecionados nesta pesquisa:

1º - Os municípios de Londrina (PR) e Feira de Santana (BA) devem continuar crescendo, em termos populacionais, num ritmo próximo ao experimentado pela população brasileira, mantendo-se a condição de média aglomeração urbana, ao longo da década seguinte, e com possibilidade de dobrar seu tamanho populacional em 50 anos, aproximadamente, se considerada a taxa de crescimento anual observada na Década de 2000. Contam, desta maneira, com estruturas etárias favoráveis a menor taxa de dependência, com tendência ao amadurecimento populacional, nas próximas décadas; concentração dos residentes no meio urbano, e razão de sexo com predomínio de mulheres no meio urbano, sendo que para Feira de Santana (BA), a razão de sexo feminina predomina no urbano e no rural. A componente demográfica migração deverá contribuir para o lento crescimento populacional, nas próximas décadas, com maior efetividade na retenção de migrantes nas idades entre 20 e 44 anos e com nível de instrução básico, experimentando, em outro sentido, a perda líquida de migrantes com instrução em nível superior.

2º - O município de Juiz de Fora (MG) continuará crescendo, em termos populacionais, num ritmo similar ao experimentado pela população brasileira, mantendo-se a condição de média aglomeração urbana, ao longo da década seguinte, e com possibilidade de dobrar seu tamanho populacional em 60 anos, aproximadamente, se considerada a taxa de crescimento anual observada na Década de 2000. Conta, também, com estrutura etária favorável a menor taxa de dependência, com tendência a uma maior velocidade no amadurecimento populacional, nas próximas décadas; concentração dos residentes no meio urbano e razão de sexo com predomínio de mulheres no meio urbano.

A componente demográfica migração, de igual modo, contribuirá para o lento crescimento populacional, nas próximas décadas, com maior efetividade na retenção de migrantes nas idades entre 20 e 44 anos e com nível de instrução básico e médio.

3º - O município de Uberlândia (MG), em termos populacionais, manterá seu crescimento num ritmo elevado em relação ao crescimento da população brasileira, atingindo, provavelmente ainda em 2020, a condição de grande aglomeração urbana, superando o contingente de 700 mil residentes, e com possibilidade de dobrar seu tamanho populacional em 40 anos, aproximadamente, se considerada a taxa de crescimento anual observada na Década de 2000. Conta, também, com estrutura etária favorável a menor taxa de dependência, com tendência a lento amadurecimento populacional, nas próximas décadas, mantendo a concentração dos residentes no meio urbano e razão de sexo com predomínio de mulheres na cidade. A componente demográfica migração contribuirá para o maior crescimento populacional, nas próximas décadas, com maior efetividade na retenção de migrantes nas idades entre 20 e 44 anos e com nível de instrução básico e médio, apresentando, no entanto, pequenos ganhos líquidos de migrantes com nível de instrução superior.

4º - Os municípios de Campo Grande (MS) e Ribeirão Preto (SP) devem continuar crescendo num ritmo elevado em relação ao crescimento da população brasileira, atingindo, este último, provavelmente ainda em 2020, a condição de grande aglomeração urbana, superando, também, o contingente de 700 mil residentes. Para estes dois municípios, as estimativas apontam para a possibilidade de dobrarem seu tamanho populacional em até 40 anos, aproximadamente, se considerada a taxa de crescimento anual observada na Década de 2000. Conta, de igual modo, com estrutura etária favorável a menor taxa de dependência, com tendência a lento amadurecimento populacional, nas próximas décadas, mantendo a concentração dos residentes no meio urbano e razão de sexo com predomínio de mulheres na cidade. A componente demográfica migração, tanto no curto como no longo prazos, favorecerá a um ritmo mais intenso de crescimento populacional, na próxima década, com maior efetividade na retenção de migrantes nas idades entre 20 e 44 anos com nível de instrução básico e médio, apresentando, no entanto, expressivos ganhos líquidos de migrantes mais qualificados, com nível de instrução superior.

Anexos

Os anexos contemplam tabelas em formato texto, apresentados nas seções anteriores, com vistas a tornar os dados apresentados neste trabalho acessíveis às pessoas com deficiência visual.

Tabela A1 - BRASIL – 38 maiores Municípios Brasileiros classificados por Tamanho Populacional no ano de 2010: População Residente por período censitário 2000 e 2010 e estimativa populacional para 2017.

Município	Unidade Federação	População 2000	População 2010	População 2017	Classificação por População em 2010
São Paulo	SP	10.435.546	11.253.503	12.106.920	1
Rio de Janeiro	RJ	5.857.904	6.320.446	6.520.266	2
Salvador	BA	2.443.107	2.675.656	2.953.986	3
Brasília	DF	2.051.146	2.570.160	3.039.444	4
Fortaleza	CE	2.141.402	2.452.185	2.627.482	5
Belo Horizonte	MG	2.238.526	2.375.151	2.523.794	6
Manaus	AM	1.405.835	1.802.014	2.130.264	7
Curitiba	PR	1.587.315	1.751.907	1.908.359	8
Recife	PE	1.422.905	1.537.704	1.633.697	9
Porto Alegre	RS	1.360.590	1.409.351	1.484.941	10
Belém	PA	1.280.614	1.393.399	1.452.275	11
Goiânia	GO	1.093.007	1.302.001	1.466.105	12
Guarulhos	SP	1.072.717	1.221.979	1.349.113	13
Campinas	SP	969.396	1.080.113	1.182.429	14
São Luís	MA	870.028	1.014.837	1.091.868	15
São Gonçalo	RJ	891.119	999.728	1.049.826	16
Maceió	AL	797.759	932.748	1.029.129	17
Duque de Caxias	RJ	775.456	855.048	890.997	18
Teresina	PI	715.360	814.230	850.198	19
Natal	RN	712.317	803.739	885.180	20
Nova Iguaçu	RJ	920.599	796.257	798.647	21
Campo Grande	MS	663.621	786.797	874.210	22
São Bernardo do Campo	SP	703.177	765.463	827.437	23
João Pessoa	PB	597.934	723.515	811.598	24
Santo André	SP	649.331	676.407	715.231	25
Osasco	SP	652.593	666.740	697.886	26
Jaboatão dos Guararapes	PE	581.556	644.620	695.956	27
São José dos Campos	SP	539.313	629.921	703.219	28
Ribeirão Preto	SP	504.923	604.682	682.302	29
Uberlândia	MG	501.214	604.013	676.613	30
Contagem	MG	538.208	603.442	658.580	31
Sorocaba	SP	493.468	586.625	659.871	32
Araçaju	SE	461.534	571.149	650.106	33
Feira de Santana	BA	480.949	556.642	627.477	34
Cuiabá	MT	483.346	551.098	590.118	35
Juiz de Fora	MG	456.796	516.247	563.769	36
Joinville	SC	429.604	515.288	577.077	37
Londrina	PR	447.065	506.701	558.439	38

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010 e Estimativas Populacionais para julho de 2017.

Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A2 - BRASIL – 38 maiores Municípios Brasileiros classificados por Tamanho Populacional no ano de 2010: Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (TC), por período censitário 2000 e 2010 e estimativa populacional para 2017.

Município	Unidade Federação	TC 2000/2010	TC 2010/2017	Classificação por População em 2010	Classificação por TC 2000/2010
São Paulo	SP	0,76	1,06	1	33
Rio de Janeiro	RJ	0,76	0,45	2	32
Salvador	BA	0,91	1,44	3	28
Brasília	DF	2,28	2,45	4	2
Fortaleza	CE	1,36	1,00	5	15
Belo Horizonte	MG	0,59	0,88	6	34
Manaus	AM	2,51	2,45	7	1
Curitiba	PR	0,99	1,24	8	26
Recife	PE	0,78	0,88	9	31
Porto Alegre	RS	0,35	0,76	10	36
Belém	PA	0,85	0,60	11	30
Goiânia	GO	1,77	1,73	12	8
Guarulhos	SP	1,31	1,44	13	17
Campinas	SP	1,09	1,32	14	24
São Luís	MA	1,55	1,06	15	13
São Gonçalo	RJ	1,16	0,71	16	22
Maceió	AL	1,58	1,43	17	11
Duque de Caxias	RJ	0,98	0,60	18	27
Teresina	PI	1,30	0,63	19	18
Natal	RN	1,21	1,41	20	21
Nova Iguaçu	RJ	(1,44)	0,04	21	38
Campo Grande	MS	1,72	1,53	22	10
São Bernardo do Campo	SP	0,85	1,13	23	29
João Pessoa	PB	1,92	1,67	24	4
Santo André	SP	0,41	0,81	25	35
Osasco	SP	0,21	0,66	26	37
Jaboatão dos Guararapes	PE	1,03	1,11	27	25
São José dos Campos	SP	1,57	1,60	28	12
Ribeirão Preto	SP	1,82	1,76	29	7
Uberlândia	MG	1,88	1,65	30	5
Contagem	MG	1,15	1,27	31	23
Sorocaba	SP	1,74	1,72	32	9
Aracaju	SE	2,15	1,89	33	3
Feira de Santana	BA	1,47	1,75	34	14
Cuiabá	MT	1,32	0,99	35	16
Juiz de Fora	MG	1,23	1,28	36	20
Joinville	SC	1,84	1,65	37	6
Londrina	PR	1,26	1,42	38	19

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010 e Estimativas Populacionais para julho de 2017.
Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A3 - População Residente nos Municípios selecionados e respectivos Estados e Brasil, nos anos censitários de 1980 a 2000, e variação relativa entre os períodos intercensitários (%)

Município/Estado	População 1980	População 1991	Var. relativa 1980/91 (%)	População 2000	Var. relativa 1991/2000 (%)
Campo Grande (MS)	291.777	526.126	80,32	663.621	26,13
Estado do Mato Grosso do Sul	1.369.769	1.780.373	29,98	2.078.070	16,72
Feira de Santana (BA)	291.506	406.447	39,43	480.949	18,33
Estado da Bahia	9.455.392	11.867.991	25,52	13.085.769	10,26
Londrina (PR)	301.696	390.100	29,30	447.065	14,60
Estado do Paraná	7.629.849	8.448.713	10,73	9.564.643	13,21
Juiz de Fora (MG)	307.534	385.996	25,51	456.796	18,34
Uberlândia (MG)	240.967	367.061	52,33	501.214	36,55
Estado de Minas Gerais	13.380.105	15.743.152	17,66	17.905.134	13,73
Ribeirão Preto (SP)	318.544	436.682	37,09	504.923	15,63
Estado de São Paulo	25.042.074	31.588.925	26,14	37.035.456	17,24
Brasil	119.011.052	146.825.475	23,37	169.872.856	15,70

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 a 2000. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A4 - População Residente nos Municípios selecionados e respectivos Estados e Brasil, nos anos censitários de 2000 e 2010 e estimativa populacional para 2017, com a variação relativa entre os períodos intercensitários (%)

Município/Estado	População 2000	População 2010	Var. relativa 2000/10 (%)	População Estimada 2017	Var. relativa 2010/17 (%)
Campo Grande (MS)	663.621	786.797	18,56	874.210	11,11
Estado do Mato Grosso do Sul	2.078.070	2.449.024	17,85	2.713.147	10,78
Feira de Santana (BA)	480.949	556.642	15,74	627.477	12,73
Estado da Bahia	13.085.769	14.016.906	7,12	15.344.447	9,47
Londrina (PR)	447.065	506.701	13,34	558.439	10,21
Estado do Paraná	9.564.643	10.444.526	9,20	11.320.892	8,39
Juiz de Fora (MG)	456.796	516.247	13,01	563.769	9,21
Uberlândia (MG)	501.214	604.013	20,51	676.613	12,02
Estado de Minas Gerais	17.905.134	19.597.330	9,45	21.119.536	7,77
Ribeirão Preto (SP)	504.923	604.682	19,76	682.302	12,84
Estado de São Paulo	37.035.456	41.262.199	11,41	45.094.866	9,29
Brasil	169.872.856	190.755.799	12,29	207.660.929	8,86

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010 e Estimativas Populacionais para julho de 2017. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A5 - Proporção da População Residente Urbana e Rural nos Municípios selecionados, para os anos censitários de 1980 e 1991.

Município / Estado	População urbana 1980 (%)	População rural 1980 (%)	População urbana 1991 (%)	População rural 1991 (%)
Campo Grande (MS)	97,22	2,78	98,59	1,41
Feira de Santana (BA)	80,15	19,85	86,00	14,00
Juiz de Fora (MG)	98,10	1,90	98,51	1,49
Londrina (PR)	88,48	11,52	94,00	6,00
Ribeirão Preto (SP)	96,81	3,19	97,74	2,26
Uberlândia (MG)	96,11	3,89	97,58	2,42

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A6 - Proporção da População Residente Urbana e Rural nos Municípios selecionados, para os anos censitários de 2000 e 2010.

Município / Estado	População urbana 2000 (%)	População rural 2000 (%)	População urbana 2010 (%)	População rural 2010 (%)
Campo Grande (MS)	98,84	1,16	98,66	1,34
Feira de Santana (BA)	89,70	10,30	91,73	8,27
Juiz de Fora (MG)	99,17	0,83	98,86	1,14
Londrina (PR)	96,94	3,06	97,40	2,60
Ribeirão Preto (SP)	99,57	0,43	99,75	0,25
Uberlândia (MG)	97,56	2,44	97,23	2,77

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A7 - Proporção da População Urbana e Razão de Sexo (RS) Total nos Municípios selecionados, para os anos censitários de 1980 e 2010.

Município	RS urbana	RS rural	RS total (por dez habitantes)	População urbana (%)	População rural (%)	População total (%)
1980						
Campo Grande (MS)	9,7	12,43	9,8	97,2	2,8	100
Feira de Santana (BA)	9,1	9,73	9,2	80,1	19,9	100
Juiz de Fora (MG)	9,3	12,33	9,3	98,1	1,9	100
Londrina (PR)	9,6	11,11	9,7	88,5	11,5	100
Ribeirão Preto (SP)	9,6	11,07	9,6	96,8	3,2	100
Uberlândia (MG)	9,7	12,69	9,9	96,1	3,9	100
2010						
Campo Grande (MS)	9,4	13,61	9,4	98,7	1,3	100
Feira de Santana (BA)	9,0	9,73	9,0	91,7	8,3	100
Juiz de Fora (MG)	8,9	11,56	9,0	98,9	1,1	100
Londrina (PR)	9,1	12,88	9,2	97,4	2,6	100
Ribeirão Preto (SP)	9,2	9,42	9,2	99,8	0,3	100
Uberlândia (MG)	9,5	12,50	9,5	97,2	2,8	100

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A8 - Estruturas Etárias das Populações Residentes nos Municípios de Campo Grande (MS) e Feira de Santana (BA), por participação relativa nos grupos etários quinquenais nos anos de 1980 e 2010 - % (Total no ano = 100%).

Município / Estado	Grupo Etário	Homem (1980)	Mulher (1980)	Homem (2010)	Mulher (2010)
Campo Grande (MS)	0 a 4 anos	6,77	6,61	3,66	3,55
	5 a 9 anos	6,13	5,87	3,66	3,50
	10 a 14 anos	5,66	5,72	4,17	4,05
	15 a 19 anos	5,85	6,36	4,49	4,48
	20 a 24 anos	5,18	5,58	4,72	4,67
	25 a 29 anos	4,32	4,62	4,58	4,70
	30 a 34 anos	3,42	3,53	4,13	4,44
	35 a 39 anos	2,73	2,89	3,65	4,00
	40 a 44 anos	2,44	2,40	3,35	3,72
	45 a 49 anos	1,90	1,88	3,05	3,58
	50 a 54 anos	1,53	1,54	2,59	2,91
	55 a 59 anos	1,12	1,14	1,99	2,39
	60 a 64 anos	0,93	0,85	1,49	1,80
	65 a 69 anos	0,64	0,67	1,00	1,30
	70 a 74 anos	0,42	0,43	0,86	0,96
	75 a 79 anos	0,24	0,26	0,50	0,72
	80 anos ou mais	0,15	0,17	0,57	0,77
	Total Campo Grande	49,42	50,52	48,47	51,53
Feira de Santana (BA)	0 a 4 anos	7,99	7,75	3,66	3,65
	5 a 9 anos	6,94	6,80	4,08	3,91
	10 a 14 anos	6,25	6,61	4,44	4,34
	15 a 19 anos	5,51	6,43	4,45	4,57
	20 a 24 anos	4,45	5,16	4,71	5,13
	25 a 29 anos	3,34	4,01	4,95	5,39
	30 a 34 anos	2,81	3,26	4,37	4,85
	35 a 39 anos	2,39	2,70	3,65	4,14
	40 a 44 anos	2,05	2,24	3,17	3,75
	45 a 49 anos	1,64	1,82	2,65	3,13
	50 a 54 anos	1,39	1,41	2,13	2,64
	55 a 59 anos	0,97	1,09	1,59	1,90
	60 a 64 anos	0,78	0,86	1,19	1,53
	65 a 69 anos	0,54	0,73	0,93	1,23
	70 a 74 anos	0,40	0,57	0,61	0,91
	75 a 79 anos	0,24	0,32	0,38	0,62
	80 anos ou mais	0,15	0,27	0,47	0,87
	Total Feira de Santana	47,83	52,02	47,43	52,57

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A9 - Estruturas Etárias das Populações Residentes nos Municípios de Londrina (PR) e Juiz de Fora (MG), por participação relativa nos grupos etários quinquenais nos anos de 1980 e 2010 - % (Total no ano = 100%).

Município / Estado	Grupo Etário	Homem (1980)	Mulher (1980)	Homem (2010)	Mulher (2010)
Londrina (PR)	0 a 4 anos	6,32	6,15	3,30	3,06
	5 a 9 anos	5,50	5,40	3,37	3,25
	10 a 14 anos	5,71	5,80	3,99	3,82
	15 a 19 anos	5,80	6,07	4,09	4,13
	20 a 24 anos	4,78	5,47	4,40	4,52
	25 a 29 anos	4,12	4,56	4,27	4,46
	30 a 34 anos	3,39	3,70	3,93	4,21
	35 a 39 anos	2,92	3,03	3,45	3,72
	40 a 44 anos	2,68	2,59	3,41	3,89
	45 a 49 anos	2,16	2,14	3,19	3,71
	50 a 54 anos	1,83	1,76	2,74	3,22
	55 a 59 anos	1,37	1,29	2,32	2,83
	60 a 64 anos	0,98	1,02	1,81	2,18
	65 a 69 anos	0,75	0,73	1,44	1,67
	70 a 74 anos	0,49	0,44	0,98	1,46
	75 a 79 anos	0,29	0,27	0,65	0,89
	80 anos ou mais	0,17	0,23	0,61	1,02
	Total Londrina	49,24	50,67	47,97	52,03
Juiz de Fora (MG)	0 a 4 anos	5,33	5,11	2,86	2,78
	5 a 9 anos	4,61	4,52	3,11	3,01
	10 a 14 anos	5,14	5,18	3,73	3,65
	15 a 19 anos	5,85	6,02	4,09	4,06
	20 a 24 anos	5,48	5,80	4,39	4,46
	25 a 29 anos	4,25	4,67	4,15	4,40
	30 a 34 anos	3,39	3,75	3,85	4,10
	35 a 39 anos	2,60	3,02	3,24	3,66
	40 a 44 anos	2,43	2,74	3,39	3,86
	45 a 49 anos	2,18	2,46	3,41	3,97
	50 a 54 anos	1,99	2,34	3,09	3,69
	55 a 59 anos	1,60	1,85	2,43	3,05
	60 a 64 anos	1,25	1,43	1,89	2,49
	65 a 69 anos	0,96	1,12	1,37	1,64
	70 a 74 anos	0,60	0,77	0,98	1,49
	75 a 79 anos	0,34	0,55	0,61	1,03
	80 anos ou mais	0,22	0,40	0,68	1,38
	Total Juiz de Fora	48,22	51,73	47,27	52,73

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A10 - Estruturas Etárias das Populações Residentes nos Municípios de Uberlândia (MG) e Ribeirão Preto (SP), por participação relativa nos grupos etários quinquenais nos anos de 1980 e 2010 - % (Total no ano = 100%).

Município / Estado	Grupo Etário	Homem (1980)	Mulher (1980)	Homem (2010)	Mulher (2010)
Uberlândia (MG)	0 a 4 anos	6,31	6,08	3,31	3,19
	5 a 9 anos	5,41	5,27	3,45	3,33
	10 a 14 anos	5,53	5,46	3,83	3,70
	15 a 19 anos	6,17	6,36	4,23	4,19
	20 a 24 anos	5,69	5,88	4,83	4,75
	25 a 29 anos	4,58	4,66	4,73	4,73
	30 a 34 anos	3,43	3,51	4,40	4,52
	35 a 39 anos	2,77	2,83	3,78	3,95
	40 a 44 anos	2,52	2,60	3,56	3,83
	45 a 49 anos	2,03	2,03	3,28	3,65
	50 a 54 anos	1,67	1,73	2,72	3,13
	55 a 59 anos	1,21	1,29	2,20	2,51
	60 a 64 anos	0,86	0,99	1,48	1,78
	65 a 69 anos	0,61	0,71	1,17	1,34
	70 a 74 anos	0,37	0,45	0,78	1,10
	75 a 79 anos	0,24	0,30	0,54	0,66
	80 anos ou mais	0,16	0,22	0,55	0,82
	Total Uberlândia	49,57	50,38	48,83	51,17
Ribeirão Preto (SP)	0 a 4 anos	5,79	5,44	3,04	2,93
	5 a 9 anos	4,92	4,77	3,26	3,14
	10 a 14 anos	4,80	4,80	3,65	3,52
	15 a 19 anos	5,46	5,47	4,01	3,84
	20 a 24 anos	5,24	5,55	4,57	4,68
	25 a 29 anos	4,47	4,73	4,79	4,96
	30 a 34 anos	3,58	3,83	4,27	4,46
	35 a 39 anos	2,89	3,14	3,66	3,88
	40 a 44 anos	2,67	2,87	3,36	3,54
	45 a 49 anos	2,33	2,47	3,14	3,61
	50 a 54 anos	2,07	2,26	2,70	3,31
	55 a 59 anos	1,54	1,62	2,44	2,71
	60 a 64 anos	1,11	1,34	1,66	2,35
	65 a 69 anos	0,97	1,08	1,20	1,60
	70 a 74 anos	0,58	0,74	1,01	1,31
	75 a 79 anos	0,34	0,50	0,60	0,95
	80 anos ou mais	0,24	0,33	0,64	1,22
	Total Ribeirão Preto	49,01	50,94	47,99	52,01

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A11 - Estruturas Etárias das Populações Residentes no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul, por participação relativa nos grupos etários quinquenais nos anos de 1980 e 2010 - % (Total no ano = 100%).

Município / Estado	Grupo Etário	Homem (1980)	Mulher (1980)	Homem (2010)	Mulher (2010)
Brasil	0 a 4 anos	6,98	6,82	3,68	3,55
	5 a 9 anos	6,28	6,13	4,00	3,85
	10 a 14 anos	6,01	5,96	4,58	4,42
	15 a 19 anos	5,63	5,77	4,49	4,42
	20 a 24 anos	4,77	4,91	4,52	4,52
	25 a 29 anos	3,91	4,03	4,43	4,53
	30 a 34 anos	3,20	3,27	4,05	4,21
	35 a 39 anos	2,63	2,71	3,55	3,73
	40 a 44 anos	2,40	2,41	3,31	3,51
	45 a 49 anos	1,93	1,98	2,98	3,22
	50 a 54 anos	1,71	1,74	2,53	2,78
	55 a 59 anos	1,31	1,33	2,05	2,29
	60 a 64 anos	0,99	1,05	1,59	1,82
	65 a 69 anos	0,83	0,88	1,17	1,38
	70 a 74 anos	0,53	0,58	0,88	1,08
	75 a 79 anos	0,32	0,38	0,57	0,78
	80 anos ou mais	0,20	0,29	0,59	0,94
		Total Brasil	49,65	50,26	48,97
Mato Grosso do Sul	0 a 4 anos	7,31	7,12	3,98	3,84
	5 a 9 anos	6,90	6,61	4,13	3,95
	10 a 14 anos	6,48	6,31	4,61	4,46
	15 a 19 anos	6,07	5,91	4,66	4,57
	20 a 24 anos	4,91	4,81	4,54	4,44
	25 a 29 anos	3,98	3,87	4,41	4,46
	30 a 34 anos	3,24	3,05	4,05	4,14
	35 a 39 anos	2,74	2,55	3,65	3,76
	40 a 44 anos	2,55	2,16	3,38	3,50
	45 a 49 anos	2,00	1,66	3,08	3,23
	50 a 54 anos	1,65	1,33	2,54	2,64
	55 a 59 anos	1,21	0,99	2,04	2,15
	60 a 64 anos	0,92	0,73	1,53	1,61
	65 a 69 anos	0,74	0,60	1,15	1,23
	70 a 74 anos	0,43	0,35	0,92	0,92
	75 a 79 anos	0,26	0,23	0,55	0,62
	80 anos ou mais	0,16	0,14	0,58	0,68
		Total Mato Grosso do Sul	51,52	48,40	49,81

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A12 - Estruturas Etárias das Populações Residentes nos Estados da Bahia e Paraná, por participação relativa nos grupos etários quinquenais nos anos de 1980 e 2010 - % (Total no ano = 100%).

Município / Estado	Grupo Etário	Homem (1980)	Mulher (1980)	Homem (2010)	Mulher (2010)
Bahia	0 a 4 anos	8,20	8,07	3,85	3,73
	5 a 9 anos	7,24	7,08	4,33	4,17
	10 a 14 anos	6,65	6,63	4,86	4,69
	15 a 19 anos	5,54	5,74	4,77	4,70
	20 a 24 anos	4,19	4,48	4,61	4,69
	25 a 29 anos	3,21	3,45	4,59	4,75
	30 a 34 anos	2,69	2,85	4,09	4,27
	35 a 39 anos	2,30	2,48	3,41	3,60
	40 a 44 anos	2,10	2,20	3,13	3,31
	45 a 49 anos	1,62	1,74	2,70	2,87
	50 a 54 anos	1,48	1,52	2,27	2,48
	55 a 59 anos	1,14	1,13	1,80	2,00
	60 a 64 anos	0,93	0,96	1,47	1,64
	65 a 69 anos	0,87	0,90	1,13	1,31
	70 a 74 anos	0,58	0,61	0,85	1,02
	75 a 79 anos	0,33	0,38	0,55	0,73
	80 anos ou mais	0,22	0,31	0,67	0,97
	Total Bahia	49,30	50,54	49,07	50,93
Paraná	0 a 4 anos	6,81	6,64	3,48	3,35
	5 a 9 anos	6,60	6,41	3,74	3,61
	10 a 14 anos	6,57	6,44	4,44	4,27
	15 a 19 anos	5,97	6,05	4,50	4,39
	20 a 24 anos	4,72	4,89	4,32	4,30
	25 a 29 anos	3,87	3,95	4,18	4,25
	30 a 34 anos	3,20	3,18	3,93	4,08
	35 a 39 anos	2,71	2,66	3,68	3,86
	40 a 44 anos	2,48	2,29	3,56	3,78
	45 a 49 anos	2,01	1,87	3,22	3,48
	50 a 54 anos	1,69	1,54	2,72	2,98
	55 a 59 anos	1,27	1,17	2,21	2,45
	60 a 64 anos	0,93	0,87	1,73	1,92
	65 a 69 anos	0,73	0,69	1,28	1,46
	70 a 74 anos	0,46	0,41	0,95	1,11
	75 a 79 anos	0,26	0,26	0,62	0,76
	80 anos ou mais	0,16	0,17	0,55	0,83
	Total Paraná	50,44	49,48	49,13	50,87

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A13 - Estruturas Etárias das Populações Residentes nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, por participação relativa nos grupos etários quinquenais nos anos de 1980 e 2010 - % (Total no ano = 100%).

Município / Estado	Grupo Etário	Homem (1980)	Mulher (1980)	Homem (2010)	Mulher (2010)
Minas Gerais	0 a 4 anos	6,78	6,61	3,32	3,19
	5 a 9 anos	6,25	6,08	3,71	3,59
	10 a 14 anos	6,20	6,12	4,38	4,23
	15 a 19 anos	5,95	6,03	4,43	4,34
	20 a 24 anos	4,95	4,99	4,46	4,38
	25 a 29 anos	3,83	3,90	4,34	4,35
	30 a 34 anos	3,04	3,09	4,03	4,11
	35 a 39 anos	2,57	2,66	3,54	3,68
	40 a 44 anos	2,38	2,40	3,43	3,58
	45 a 49 anos	1,97	2,00	3,21	3,40
	50 a 54 anos	1,68	1,72	2,79	2,98
	55 a 59 anos	1,31	1,32	2,26	2,46
	60 a 64 anos	1,01	1,07	1,73	1,92
	65 a 69 anos	0,85	0,89	1,28	1,49
	70 a 74 anos	0,52	0,57	0,99	1,20
	75 a 79 anos	0,31	0,37	0,66	0,86
	80 anos ou mais	0,20	0,29	0,65	1,03
	Total Minas Gerais	49,81	50,12	49,20	50,80
São Paulo	0 a 4 anos	6,18	5,99	3,31	3,19
	5 a 9 anos	5,39	5,26	3,53	3,40
	10 a 14 anos	5,11	5,04	4,09	3,97
	15 a 19 anos	5,29	5,38	4,04	3,96
	20 a 24 anos	5,40	5,30	4,45	4,37
	25 a 29 anos	4,70	4,61	4,56	4,63
	30 a 34 anos	3,78	3,72	4,22	4,40
	35 a 39 anos	2,97	2,96	3,76	3,96
	40 a 44 anos	2,65	2,61	3,50	3,72
	45 a 49 anos	2,19	2,21	3,17	3,50
	50 a 54 anos	1,94	1,99	2,77	3,12
	55 a 59 anos	1,44	1,50	2,27	2,56
	60 a 64 anos	1,06	1,17	1,70	2,02
	65 a 69 anos	0,81	0,92	1,21	1,48
	70 a 74 anos	0,52	0,61	0,91	1,16
	75 a 79 anos	0,31	0,39	0,60	0,86
	80 anos ou mais	0,20	0,31	0,58	1,04
	Total São Paulo	49,97	49,96	48,66	51,34

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela A14 – Município de Campo Grande (Estado de Mato Grosso do Sul): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	% L.	No Estado	% L.	Região Centro-Oeste	% L.	Região Sudeste	% L.
Quinquênio 1995-2000								
Imigração	71.080	100	38.485	54,1	6.100	8,58	14.448	20,33
Emigração	50.328	100	20.495	40,7	7.509	14,92	10.885	21,63
Volume Migratório	121.408	100	58.980	48,6	13.609	11,21	25.333	20,87
Saldo Migratório - SM	20.752	100	17.990	86,7	(1.409)	(6,79)	3.563	17,17
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	3,13		2,71		(0,21)		0,54	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,17		0,31		(0,10)		0,14	
Quinquênio 2005-2010								
Imigração	84.686	100	52.791	62,3	7.022	8,29	13.442	15,87
Emigração	49.280	100	25.874	52,5	5.745	11,66	9.340	18,95
Volume Migratório	133.966	100	78.665	58,7	12.767	9,53	22.782	17,01
Saldo Migratório - SM	35.406	100	26.917	76,0	1.277	3,61	4.102	11,59
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	4,50		3,42		0,16		0,52	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,26		0,34		0,10		0,18	

Continuação

Indicadores da Migração Interna	Região Nordeste	% L.	Região Sul	% L.	Região Norte	% L.
Quinquênio 1995-2000						
Imigração	3.016	4,24	6.547	9,21	2.484	3,49
Emigração	2.313	4,60	7.008	13,92	2.118	4,21
Volume Migratório	5.329	4,39	13.555	11,16	4.602	3,79
Saldo Migratório - SM	703	3,39	(461)	(2,22)	366	1,76
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,11		(0,07)		0,06	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,13		(0,03)		0,08	
Quinquênio 2005-2010						
Imigração	2.965	3,50	5.675	6,70	2.791	3,30
Emigração	1.539	3,12	5.171	10,49	1.611	3,27
Volume Migratório	4.504	3,36	10.846	8,10	4.402	3,29
Saldo Migratório - SM	1.426	4,03	504	1,42	1.180	3,33
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,18		0,06		0,15	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,32		0,05		0,27	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não souberam responder pela estrutura de migração por município conhecida.

Tabela A15 – Município de Feira de Santana (Estado da Bahia): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	% L.	No Estado	% L.	Região Centro-Oeste	% L.	Região Sudeste	% L.
Quinquênio 1995-2000								
Imigração	32.803	100	25.939	79,1	315	0,96	3.554	10,83
Emigração	32.612	100	18.886	57,9	984	3,02	9.023	27,67
Volume Migratório	65.415	100	44.825	68,5	1.299	1,99	12.577	19,23
Saldo Migratório - SM	191	100	7.053	3.692,7	(669)	(350,26)	(5.469)	(2.863,35)
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,04		1,47		(0,14)		(1,14)	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,00		0,16		(0,52)		(0,43)	
Quinquênio 2005-2010								
Imigração	43.024	100	35.187	81,8	327	0,76	3.611	8,39
Emigração	28.431	100	16.986	59,7	1.106	3,89	6.778	23,84
Volume Migratório	71.455	100	52.173	73,0	1.433	2,01	10.389	14,54
Saldo Migratório - SM	14.593	100	18.201	124,7	(779)	(5,34)	(3.167)	(21,70)
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	2,62		3,27		(0,14)		(0,57)	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,20		0,35		(0,54)		(0,30)	

Continuação

Indicadores da Migração Interna	Região Nordeste	% L.	Região Sul	% L.	Região Norte	% L.
Quinquênio 1995-2000						
Imigração	2.501	7,62	244	0,74	250	0,76
Emigração	3.126	9,59	160	0,49	433	1,33
Volume Migratório	5.627	8,60	404	0,62	683	1,04
Saldo Migratório - SM	(625)	(327,23)	84	43,98	(183)	(95,81)
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	(0,13)		0,02		(0,04)	
Índice Eficácia Migratória - IEM	(0,11)		0,21		(0,27)	
Quinquênio 2005-2010						
Imigração	2.916	6,78	409	0,95	574	1,33
Emigração	2.669	9,39	628	2,21	264	0,93
Volume Migratório	5.585	7,82	1.037	1,45	838	1,17
Saldo Migratório - SM	247	1,69	(219)	(1,50)	310	2,12
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,04		(0,04)		0,06	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,04		(0,21)		0,37	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não souberam responder pela estrutura de migração por município conhecida.

Tabela A16 – Município de Londrina (Estado do Paraná): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	% L.	No Estado	% L.	Região Centro-Oeste	% L.	Região Sudeste	% L.
Quinquênio 1995-2000								
Imigração	44.567	100	24.796	55,6	2.902	6,51	14.157	31,77
Emigração	35.312	100	20.586	58,3	2.742	7,77	8.941	25,32
Volume Migratório	79.879	100	45.382	56,8	5.644	7,07	23.098	28,92
Saldo Migratório - SM	9.255	100	4.210	45,5	160	1,73	5.216	56,36
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	2,07		0,94		0,04		1,17	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,12		0,09		0,03		0,23	
Quinquênio 2005-2010								
Imigração	48.758	100	32.204	66,0	1.677	3,44	12.053	24,72
Emigração	34.661	100	18.583	53,6	2.083	6,01	9.248	26,68
Volume Migratório	83.419	100	50.787	60,9	3.760	4,51	21.301	25,53
Saldo Migratório - SM	14.097	100	13.621	96,6	(406)	(2,88)	2.805	19,90
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	2,78		2,69		(0,08)		0,55	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,17		0,27		(0,11)		0,13	

Continuação

Indicadores da Migração Interna	Região Nordeste	% L.	Região Sul	% L.	Região Norte	% L.
Quinquênio 1995-2000						
Imigração	861	1,93	1.384	3,11	467	1,05
Emigração	652	1,85	1.719	4,87	672	1,90
Volume Migratório	1.513	1,89	3.103	3,88	1.139	1,43
Saldo Migratório - SM	209	2,26	(335)	(3,62)	(205)	(2,22)
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,05		(0,07)		(0,05)	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,14		(0,11)		(0,18)	
Quinquênio 2005-2010						
Imigração	783	1,61	1.697	3,48	344	0,71
Emigração	642	1,85	3.563	10,28	542	1,56
Volume Migratório	1.425	1,71	5.260	6,31	886	1,06
Saldo Migratório - SM	141	1,00	(1.866)	(13,24)	(198)	(1,40)
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,03		(0,37)		(0,04)	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,10		(0,35)		(0,22)	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não souberam responder pela estrutura de migração por município conhecida.

Tabela A17 – Município de Juiz de Fora (Estado de Minas Gerais): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	% L.	No Estado	% L.	Região Centro-Oeste	% L.	Região Sudeste	% L.
Quinquênio 1995-2000								
Imigração	35.191	100	18.304	52,0	889	2,53	12.931	36,75
Emigração	20.747	100	10.804	52,1	890	4,29	7.203	34,72
Volume Migratório	55.938	100	29.108	52,0	1.779	3,18	20.134	35,99
Saldo Migratório - SM	14.444	100	7.500	51,9	(1)	(0,01)	5.728	39,66
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	3,16		1,64		(0,00)		1,25	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,26		0,26		(0,00)		0,28	
Quinquênio 2005-2010								
Imigração	29.554	100	16.466	55,7	948	3,21	10.005	33,85
Emigração	22.949	100	11.176	48,7	1.573	6,85	8.140	35,47
Volume Migratório	52.503	100	27.642	52,6	2.521	4,80	18.145	34,56
Saldo Migratório - SM	6.605	100	5.290	80,1	(625)	(9,46)	1.865	28,24
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	1,28		1,02		(0,12)		0,36	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,13		0,19		(0,25)		0,10	

Continuação

Indicadores da Migração Interna	Região Nordeste	% L.	Região Sul	% L.	Região Norte	% L.
Quinquênio 1995-2000						
Imigração	1.961	5,57	444	1,26	662	1,88
Emigração	677	3,26	727	3,50	446	2,15
Volume Migratório	2.638	4,72	1.171	2,09	1.108	1,98
Saldo Migratório - SM	1.284	8,89	(283)	(1,96)	216	1,50
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,28		(0,06)		0,05	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,49		(0,24)		0,19	
Quinquênio 2005-2010						
Imigração	1.294	4,38	403	1,36	438	1,48
Emigração	590	2,57	915	3,99	555	2,42
Volume Migratório	1.884	3,59	1.318	2,51	993	1,89
Saldo Migratório - SM	704	10,66	(512)	(7,75)	(117)	(1,77)
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,14		(0,10)		(0,02)	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,37		(0,39)		(0,12)	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não souberam responder pela estrutura de migração por município conhecida.

Tabela A18 – Município de Uberlândia (Estado de Minas Gerais): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	% L.	No Estado	% L.	Região Centro-Oeste	% L.	Região Sudeste	% L.
Quinquênio 1995-2000								
Imigração	61.102	100	28.889	47,3	13.687	22,40	9.089	14,88
Emigração	29.607	100	12.662	42,8	8.436	28,49	4.166	14,07
Volume Migratório	90.709	100	41.551	45,8	22.123	24,39	13.255	14,61
Saldo Migratório - SM	31.495	100	16.227	51,5	5.251	16,67	4.923	15,63
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	6,28		3,24		1,05		0,98	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,35		0,39		0,24		0,37	
Quinquênio 2005-2010								
Imigração	55.659	100	29.179	52,4	9.540	17,14	7.698	13,83
Emigração	32.830	100	14.567	44,4	8.635	26,30	5.057	15,40
Volume Migratório	88.489	100	43.746	49,4	18.175	20,54	12.755	14,41
Saldo Migratório - SM	22.829	100	14.612	64,0	905	3,96	2.641	11,57
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	3,78		2,42		0,15		0,44	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,26		0,33		0,05		0,21	

Continuação

Indicadores da Migração Interna	Região Nordeste	% L.	Região Sul	% L.	Região Norte	% L.
Quinquênio 1995-2000						
Imigração	5.565	9,11	1.850	3,03	2.022	3,31
Emigração	1.716	5,80	1.051	3,55	1.576	5,32
Volume Migratório	7.281	8,03	2.901	3,20	3.598	3,97
Saldo Migratório - SM	3.849	12,22	799	2,54	446	1,42
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,77		0,16		0,09	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,53		0,28		0,12	
Quinquênio 2005-2010						
Imigração	6.316	11,35	1.160	2,08	1.766	3,17
Emigração	2.042	6,22	1.405	4,28	1.124	3,42
Volume Migratório	8.358	9,45	2.565	2,90	2.890	3,27
Saldo Migratório - SM	4.274	18,72	(245)	(1,07)	642	2,81
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,71		(0,04)		0,11	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,51		(0,10)		0,22	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não souberam responder pela estrutura de migração por município conhecida.

Tabela A19 – Município de Ribeirão Preto (Estado de São Paulo): Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Brasileiras – nos Quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Indicadores da Migração Interna	Total	% L.	No Estado	% L.	Região Centro-Oeste	% L.	Região Sudeste	% L.
Quinquênio 1995-2000								
Imigração	39.128	100	22.204	56,7	2.339	5,98	6.389	16,33
Emigração	35.889	100	23.005	64,1	2.756	7,68	5.701	15,89
Volume Migratório	75.017	100	45.209	60,3	5.095	6,79	12.090	16,12
Saldo Migratório - SM	3.239	100	(801)	(24,7)	(417)	(12,87)	688	21,24
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,64		(0,16)		(0,08)		0,14	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,04		(0,02)		(0,08)		0,06	
Quinquênio 2005-2010								
Imigração	48.481	100	27.526	56,8	2.314	4,77	7.431	15,33
Emigração	30.333	100	19.174	63,2	2.476	8,16	3.977	13,11
Volume Migratório	78.814	100	46.700	59,3	4.790	6,08	11.408	14,47
Saldo Migratório - SM	18.148	100	8.352	46,0	(162)	(0,89)	3.454	19,03
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	3,00		1,38		(0,03)		0,57	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,23		0,18		(0,03)		0,30	

Continuação

Indicadores da Migração Interna	Região Nordeste	% L.	Região Sul	% L.	Região Norte	% L.
Quinquênio 1995-2000						
Imigração	5.352	13,68	1.920	4,91	924	2,36
Emigração	2.257	6,29	1.711	4,77	459	1,28
Volume Migratório	7.609	10,14	3.631	4,84	1.383	1,84
Saldo Migratório - SM	3.095	95,55	209	6,45	465	14,36
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,61		0,04		0,09	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,41		0,06		0,34	
Quinquênio 2005-2010						
Imigração	7.912	16,32	2.535	5,23	763	1,57
Emigração	2.301	7,59	2.002	6,60	403	1,33
Volume Migratório	10.213	12,96	4.537	5,76	1.166	1,48
Saldo Migratório - SM	5.611	30,92	533	2,94	360	1,98
Taxa Líquida Migração - TLM (%)	0,93		0,09		0,06	
Índice Eficácia Migratória - IEM	0,55		0,12		0,31	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não souberam responder pela estrutura de migração por município conhecida.

Tabela A20 – Municípios Selecionados: Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação aos demais municípios do respectivo Estado e das Regiões Centro-Oeste e Sudeste, na Década 2000-2010.

Indicadores da Migração Interna na Década	Total	% L.	No Estado	% L.	Região Centro-Oeste	% L.	Região Sudeste	% L.
Campo Grande - MS								
Imigração	126.079	100	59.012	46,8	12.976	10,29	27.399	21,73
Emigração	91.707	100	45.638	49,8	13.282	14,48	16.281	17,75
Diferença Migratória - DM	34.372	100	13.374	38,9	(306)	(0,89)	11.118	32,35
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	4,37		1,70		(0,04)		1,41	
Feira de Santana - BA								
Imigração	64.391	100	49.276	76,5	681	1,06	6.991	10,86
Emigração	60.007	100	37.824	63,0	1.791	2,98	13.890	23,15
Diferença Migratória - DM	4.384	100	11.452	261,2	(1.110)	(25,32)	(6.899)	(157,37)
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	0,79		2,06		(0,20)		(1,24)	
Londrina - PR								
Imigração	71.270	100	39.784	55,8	3.186	4,47	23.457	32,91
Emigração	66.974	100	36.294	54,2	4.814	7,19	17.957	26,81
Diferença Migratória - DM	4.296	100	3.490	81,2	(1.628)	(37,90)	5.500	128,03
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	0,85		0,69		(0,32)		1,09	
Juiz de Fora - MG								
Imigração	58.609	100	32.266	55,1	2.128	3,63	19.745	33,69
Emigração	41.213	100	20.584	49,9	2.185	5,30	15.401	37,37
Diferença Migratória - DM	17.396	100	11.682	67,2	(57)	(0,33)	4.344	24,97
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	3,37		2,26		(0,01)		0,84	
Uberlândia - MG								
Imigração	103.276	100	52.226	50,6	17.979	17,41	15.265	14,78
Emigração	60.984	100	25.438	41,7	17.730	29,07	8.987	14,74
Diferença Migratória - DM	42.292	100	26.788	63,3	249	0,59	6.278	14,84
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	7,00		4,44		0,04		1,04	
Ribeirão Preto - SP								
Imigração	95.899	100	53.566	55,9	4.358	4,54	16.037	16,72
Emigração	59.884	100	38.296	64,0	4.115	6,87	8.634	14,42
Diferença Migratória - DM	36.015	100	15.270	42,4	243	0,67	7.403	20,56
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	5,96		2,53		0,04		1,22	

Fonte: IBGE - Censo Demográficos de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não souberam responder pela estrutura de migração por município conhecida.

Tabela A21 – Municípios Selecionados: Imigração e Emigração em números de Migrantes e outros Indicadores da Migração Interna, em relação às Regiões Nordeste, Sul e Norte, na Década 2000-2010.

Indicadores da Migração Interna na Década	Total	% L.	Região Nordeste	% L.	Região Sul	% L.	Região Norte	% L.
Campo Grande - MS								
Imigração	126.079	100	6.567	5,21	13.648	10,82	6.477	5,14
Emigração	91.707	100	2.878	3,14	10.518	11,47	3.110	3,39
Diferença Migratória - DM	34.372	100	3.689	10,73	3.130	9,11	3.367	9,80
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	4,37		0,47		0,40		0,43	
Feira de Santana - BA								
Imigração	64.391	100	5.789	8,99	899	1,40	755	1,17
Emigração	60.007	100	4.843	8,07	898	1,50	761	1,27
Diferença Migratória - DM	4.384	100	946	21,58	1	0,02	(6)	(0,14)
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	0,79		0,17		0,00		(0,00)	
Londrina - PR								
Imigração	71.270	100	1.361	1,91	2.699	3,79	783	1,10
Emigração	66.974	100	1.152	1,72	5.646	8,43	1.111	1,66
Diferença Migratória - DM	4.296	100	209	4,86	(2.947)	(68,60)	(328)	(7,64)
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	0,85		0,04		(0,58)		(0,06)	
Juiz de Fora - MG								
Imigração	58.609	100	2.305	3,93	1.066	1,82	1.099	1,88
Emigração	41.213	100	1.168	2,83	1.065	2,58	810	1,97
Diferença Migratória - DM	17.396	100	1.137	6,54	1	0,01	289	1,66
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	3,37		0,22		0,00		0,06	
Uberlândia - MG								
Imigração	103.276	100	11.081	10,73	2.987	2,89	3.738	3,62
Emigração	60.984	100	3.756	6,16	2.676	4,39	2.397	3,93
Diferença Migratória - DM	42.292	100	7.325	17,32	311	0,74	1.341	3,17
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	7,00		1,21		0,05		0,22	
Ribeirão Preto - SP								
Imigração	95.899	100	15.593	16,26	4.531	4,72	1.814	1,89
Emigração	59.884	100	4.478	7,48	3.386	5,65	975	1,63
Diferença Migratória - DM	36.015	100	11.115	30,86	1.145	3,18	839	2,33
Proporção DM / População Residente em 2010 (PPR em %)	5,96		1,84		0,19		0,14	

Fonte: IBGE - Censo Demográficos de 2010. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observação: Totais considerando a redistribuição dos migrantes com municípios de origem ou destino não declarados ou que não souberam responder pela estrutura de migração por município conhecida.

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1J – Sala 1J 132
Campus Santa Mônica CEP: 38.400-902. Uberlândia – Minas Gerais.

Fone: (34) 3239-4157 / (34) 3239-4322 / Fax: (34) 3239-4321

Site: <http://www.ie.ufu.br/cepes>

e-mail: cepes@ufu.br